



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

RUDINEI JOSÉ CENCI

**RESISTÊNCIA CONTRA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPIRANGA:
A EXPERIÊNCIA DOS ATINGIDOS**

CHAPECÓ

2021

RUDINEI JOSÉ CENCI

**RESISTÊNCIA CONTRA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPIRANGA:
A EXPERIÊNCIA DOS ATINGIDOS**

Dissertação apresentada à banca de qualificação do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em história sob a orientação do Prof. Dr. Emerson Neves da Silva.

CHAPECÓ

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Cenci, Rudinei José
RESISTÊNCIA CONTRA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE
ITAPIRANGA: A EXPERIÊNCIA DOS ATINGIDOS / Rudinei José
Cenci. -- 2021.
139 f.:il.

Orientador: Doutor em história Êmerson Neves da Silva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2021.

1. Resistência. 2. Experiência. 3. Movimento dos
Atingidos por Barragens. 4. Barragem de Itapiranga. 5.
Organização social. I. Silva, Êmerson Neves da, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

RUDINEI JOSÉ CENCI

**RESISTÊNCIA CONTRA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE
ITAPIRANGA: A EXPERIÊNCIA DOS ATINGIDOS**

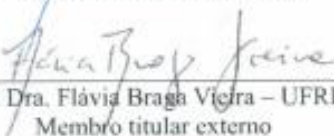
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em História, defendido em banca examinadora em 10/12/2021.

Aprovado em: 10/12/2021


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Emerson Neves da Silva – UFFS
Presidente da banca/orientador



Prof. Dra. Flávia Braga Vieira – UFRRJ
Membro titular externo



Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino – UFFS
Membro titular interno



Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda – UFFS
Membro interno

Chapecó/SC, dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares e amigos, pelo constante incentivo para continuar estudando e buscando conhecimento.

A minha esposa Eliane e meu filho Arthur, pela paciência, pela espera, pelo companheirismo, por dividir comigo as angústias e vitórias deste processo.

A todos que direta ou indiretamente lutaram pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), pois dessa forma tive a oportunidade de estudar em uma universidade pública e de qualidade.

Ao professor Dr. Émerson Neves da Silva, pelas orientações nesta pesquisa, pelas conversas que me permitiram crescer academicamente e humanamente, durante toda a elaboração do trabalho. Aos membros da banca de qualificação e defesa desta dissertação, que não mediram esforços para ajudar a melhorar o trabalho.

Aos colegas da turma do Mestrado em História, pelos conhecimentos compartilhados e oportunidades de aprendizado e novas amizades formadas.

Ao grupo de professores do Mestrado em História, pela rigorosidade acadêmica e conhecimento compartilhado.

Agradeço ao Movimento dos Atingidos por Barragens pela oportunidade em aprofundar os estudos e poder contribuir com a luta dos atingidos (as).

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se efetivasse.

RESUMO

A história de resistência ao projeto da barragem de Itapiranga/SC destaca a experiência de mobilização das possíveis comunidades atingidas contra a construção, o que contribuiu para a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Os objetivos dessa pesquisa são entender como foram os passos dessa organização, desde os anos 1970 até 2017, quais entidades estavam envolvidas, quais as ações foram realizadas para que a barragem não fosse construída e os impactos que esse projeto já deixou na região ameaçada. A pesquisa buscou entender quais motivos levaram diferentes sujeitos sociais a resistirem contra a efetivação do projeto e as diversas ações de resistência que foram realizadas nesta região. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se de fontes orais e bibliográficas, jornais e gravação de audiência pública e as dimensões históricas desse trabalho deram-se em torno da história social e cultural, baseado nos escritos de Thompson (1981, 1987, 1988). Através da memória dos envolvidos, é esclarecido como a resistência constrói uma identidade de sujeitos sociais na defesa de seus direitos e a construção de um projeto energético popular. Quatro pontos são apontados como experiências de destaque: a ação direta das famílias ameaçadas nas comunidades, a realização de levantamento econômico para contrapor à propaganda a favor da construção, a constituição da comissão interestadual e a efetivação de geração de energia através do biogás. Este estudo demonstra que a experiência de luta e resistência à construção da barragem de Itapiranga-SC é destaque, visto que não foram observadas outras a nível nacional com tal diversidade e êxito.

Palavras-chave: Resistência. Experiência. Memória. Movimento dos Atingidos por Barragens. Itapiranga.

ABSTRACT

The history of resistance to the Itapiranga/SC dam project highlights the experience of mobilizing of the possible affected communities against the construction, which contributed to the formation of the Movement of People Affected by Dams - MAB. The aims of this research are to understand the steps taken by this organization, from the 1970s to 2017, which entities were involved, what actions were taken so that the dam was not built and the impacts that this project has already left in the threatened region. The research sought to understand what reasons led different social subjects to resist the project implementation and the various resistance actions that were taken in this region. To carry out this research, we used oral and bibliographic sources, newspapers and public audience recordings and the historical dimensions of this work are about the social and cultural history, based on the writings of Thompson (1981, 1987, 1988). Through the memory of those involved, it is clarified how resistance builds an identity of social subjects in the defense of their rights and the construction of a popular energy project. Four points are highlighted as outstanding experiences: the direct action of threatened families in the communities, the carrying out of an economic survey to oppose the propaganda in favor of construction, the constitution of the interstate commission and the realization of energy generation through biogas. This study demonstrates that the experience of struggle and resistance to the construction of the Itapiranga-SC dam is highlighted, as no others were observed at the national level with such diversity and success.

Keywords: Resistance. Experience. Memory. Movement of People Affected by Dams - MAB. Itapiranga.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A bacia hidrográfica do Rio Uruguai.....	22
Figura 2 - Gráfico sobre a matriz elétrica brasileira.....	27
Figura 3 - Sistema de distribuição de energia brasileira.....	28
Figura 4 - Bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragens	34
Figura 5 - Situação dos empreendimentos hidrelétricos na bacia do Rio Uruguai.....	36
Figura 6 – Projeto indicando a localização da barragem de Itapiranga.....	37
Figura 7 - Fragmentos de cerâmica encontradas na lavoura	51
Figura 8 - Urnas funerárias e peças arqueológicas	52
Figura 9 - Primeira Capela da comunidade de Catres- Mondai/SC	59
Figura 10 - Igreja da comunidade de Catres- Mondai/SC.....	60
Figura 11 - Ata de Reunião escrita em língua alemã.....	62
Figura 12 - Igreja da Linha Chapéu- Itapiranga/SC	63
Figura 13 - Túmulos e casa dos primeiros moradores da comunidade	64
Figura 14 - Vista aérea das estruturas do colégio agrícola.....	65
Figura 15 - Capa de jornal de 1985 informando ações dos atingidos.....	74
Figura 16 - Ata de reunião ocorrida em 1984 (1).....	75
Figura 17 - Ata de reunião ocorrida em 1984 (2).....	76
Figura 18 - Imagem das cruzes colocadas como símbolo de resistência.....	78
Figura 19 - Instalação da cruz em Linha Santa Fé	85
Figura 20 - Declaração do prefeito municipal de São João do Oeste.....	88
Figura 21 - Manifesto da empresa Sicoob	90
Figura 22 - Entrevista com o prefeito de Mondai.....	93
Figura 23 - Reportagem sobre a resistência das comunidades atingidas por barragens.....	96
Figura 24 - Reportagem sobre a resistência das comunidades atingidas por barragens.....	97
Figura 25 - Reportagem de outubro de 2009.....	99
Figura 26 - Reportagem sobre entrega de pauta de reivindicações à presidenta.....	104
Figura 27 - Manifesto pedindo a retirada da Eletrosul de Itapiranga	105
Figura 28 - Foto da audiência pública de 2 de abril de 2014.....	108
Figura 29 - Jornal Globo Regional de 08 de junho de 2017, destacando a conquista que o movimento teve com a luta de resistência	109
Figura 30 - Monumento em homenagem ao Tenente Portela e seus companheiros, representado pelo túmulo e 30 cruzes.....	117
Figura 31 - Capa do folder do convite para seminário	125
Figura 32 - Mapa dos municípios pertencentes ao projeto.....	126
Figura 33 - Modelo de biodigestores	127
Figura 34 - Mini Central de biogás e biodigestores de aço e madeira.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela dos municípios e comunidades ameaçadas pela barragem.....	38
Tabela 2 - Compensação financeira da usina devedora Foz do Chapecó:	44
Tabela 3 - Movimento econômico dos municípios da AMEOSC	46
Tabela 4 - Movimento agropecuário das comunidades de Itapiranga/SC	47
Tabela 5 - Movimentação econômica das comunidades em comparação aos valores	
Royalties	115

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BREVE HISTÓRICO DO SETOR ELÉTRICO.....	18
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO SETOR HIDRELÉTRICO NA BACIA DO RIO URUGUAI.....	21
2.2 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA ...	24
2.3 A ATUAL MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA	26
2.4 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)	29
3 BARRAGEM DE ITAPIRANGA	36
3.1 OS DIFERENTES DISCURSOS SOBRE “DESENVOLVIMENTO” UHE FOZ DO CHAPECÓ E UHE ITAPIRANGA.....	40
3.2 BREVE HISTÓRICO DA REGIÃO DE ITAPIRANGA: OS POVOS INDÍGENAS, CABOCLOS E A COLONIZAÇÃO COM SUA CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DA REGIÃO.....	48
3.2.1 <i>Os Povos Indígenas</i>	49
3.2.2 <i>Os caboclos</i>	53
3.2.3 <i>A Colonização</i>	55
3.2.4 <i>Aspectos históricos e culturais das comunidades ameaçadas</i>	57
4 A EXPERIÊNCIA DE LUTA E RESISTÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS	67
4.1 A EXPERIÊNCIA DE LUTA E A ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS: A COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS EM ITAPIRANGA	69
4.2 AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CONTRA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM	83
4.3 OS DIFERENTES SUJEITOS SOCIAIS NA RESISTÊNCIA CONTRA A BARRAGEM.....	112
4.4 ENERGIA ALTERNATIVA COMO CONTRAPONTO AO MODELO ENERGÉTICO VIGENTE: PROJETO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ATRAVÉS DE BIOGÁS EM COMUNIDADE AMEAÇADA DE ITAPIRANGA.....	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS	134

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado à linha de pesquisa História dos movimentos e relações sociais do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS; tem como objeto de estudo a experiência de resistência das comunidades de Itapiranga à barragem, a qual contribuiu para a formação do MAB. Um fator importante a destacar é que nesse processo de resistência participaram vários movimentos e entidades da região e algumas dessas entidades envolvidas no processo de edificação de outras barragens se colocam a favor e muitas vezes legitimam a construção. Foi a partir disso que surgiu o problema da pesquisa, entender como diferentes sujeitos da sociedade se articulam e atuam no processo de resistência. O objetivo desta pesquisa é compreender que fatores levaram esses diferentes sujeitos sociais a resistirem contra a construção da barragem de Itapiranga.

É importante salientar que por estar atuando no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), esse trabalho foi motivado por perceber que atualmente a resistência à construção da barragem de Itapiranga é vista a nível nacional como um dos únicos exemplos de luta e resistência que impediu a construção da obra. Cabe destacar que essa pesquisa é continuidade da investigação realizada como Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História.

A Barragem de Itapiranga foi um dos primeiros projetos a ser pensado para a bacia do rio Uruguai, ela fazia parte de um amplo projeto de produção de energia nos anos 1960. Encontra-se projetada entre os municípios de Itapiranga/SC e Pinheirinho do Vale/RS, prevê um eixo de 560 metros de comprimento e 36 metros de altura, seu reservatório seria de 61 km² com 110 km de comprimento. A barragem atingiria nesse projeto os municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Mondaí no lado catarinense, além de Pinheirinho do Vale, Caiçara, Vicente Dutra e Vista Alegre no Rio Grande do Sul. Segundo a ANEEL, a potência da usina está prevista para 724 MW, com técnica de construção de modelo de barragem a fio d'água. É pertinente destacar uma peculiaridade da implementação do projeto: em virtude da significativa mobilização da sociedade local, o projeto não foi efetivado. Dessa forma, é destaque de experiência "bem sucedida" de forças populares no processo de impedimento da execução do projeto de estabelecimento de barragem no Brasil.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Plano Decenal 2022-2026 prevê a construção da barragem de Itapiranga, porém está aguardando posição do órgão ambiental responsável para dar continuidade ao projeto. Diante disso, a população continua a vivenciar incertezas sobre seu futuro, mas segue resistindo ao projeto.

O interesse pelo Rio Uruguai como fonte para a geração de energia parte dos anos 1960, ocasião em que foram efetuados os primeiros estudos visando um inventário hidroenergético da região Sul pela então empresa estatal Eletrosul. Os estudos de inventário da Bacia do Rio Uruguai apresentaram como resultado a possibilidade de construção de 22 barragens, sendo 19 para a geração de energia e 3 para a regulação de vazão. Entre as 22 barragens, previa-se como potencial a construção da UHE Itaipiranga.

O caráter de implantação de barragens nesse período era ditatorial, empenhava-se em colocar a barragem em operação independente dos meios que seriam utilizados. Seguindo a lógica do regime autoritário, os moradores locais e quaisquer que fossem suas propriedades eram desconsideradas. A política de remanejamento nem sequer era colocada em prática antes de inundar os bens e a vida dos camponeses. Na bacia do Rio Uruguai, o caso mais conhecido nesse período foi a construção da barragem de Passo Fundo/RS, que deixou um rastro de direitos violados, restando aos atingidos a luta por direitos.

Os conflitos e as diversas formas de violência em virtude das construções de hidrelétricas resultaram na organização dos moradores locais potencialmente prejudicados pela construção das barragens em todo o Brasil, com diferentes formas organizativas apoiadas pela Igreja e entidades sindicais. A resistência e a luta por direitos é um marco histórico para a consolidação de um movimento social.

O Brasil tem o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo, atrás apenas da Rússia e da China. Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, em 2010 estavam em operação no Brasil 2.209 usinas de geração de energia elétrica. Da capacidade instalada, 75,3% é proveniente de hidrelétricas, sendo 160 de grande e médio porte, e 333 Pequenas Centrais Elétricas-PCH. As demais fontes de produção (usinas eólicas, nucleares e termoelétricas a gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira e biomassa) são responsáveis pelos 24,7% restantes.

Para Rocha (2012), a instalação de hidrelétricas implica no “deslocamento compulsório” de um grande número de pessoas nas respectivas regiões, e mesmo com mais de um século de hidroeletricidade no Brasil ainda não existe uma legislação específica para o remanejamento populacional. A cada nova hidrelétrica a ser instalada, é firmado um Termo de Acordo de Conduta (TAC) entre os agentes sociais envolvidos.

Nem as empresas, nem os governos sabem precisar com exatidão o número de pessoas que tiveram que sair de suas terras em função da instalação de barragens no mundo. Conforme relatório divulgado em novembro de 2000 pela Comissão Mundial de Barragens, no mundo já

foram deslocadas entre 40 e 80 milhões de pessoas com a construção de barragens. No Brasil, o MAB estima em um milhão o número de atingidos por barragens e outros 850 mil ameaçados de perderem suas terras e ambientes de vida com a ameaça de novas barragens. “Dados revelam que sete em cada dez famílias atingidas pelo impacto da construção de uma barragem não têm seus direitos atendidos.” (BENINCÁ, 2010, p. 40).

Frente a essa ofensiva do governo e das empresas destaca-se o papel do MAB, que surgiu no final dos anos 1980 e tem a função de apresentar as contradições, mobilizar a população atingida e propor alternativas de produção de energia, bem como um modelo energético popular. A presente pesquisa lança um olhar sobre este cenário, tentando entender a lógica subjacente ao modelo energético vigente, vinculado de modo estreito ao capitalismo, o qual se move pelo lucro a qualquer custo.

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a palavra "modelo" remete à Política Energética necessária ao desenvolvimento das forças produtivas que sirva ao conjunto da nação, com respeito ao meio ambiente e à soberania nacional. No entanto, para os setores que controlam a energia no Brasil, modelo Energético refere-se às fontes/matriz de produção da energia, porque esses setores já têm clara a finalidade da energia: responder à demanda do mercado, à voracidade das grandes corporações que controlam a indústria de eletricidade, à indústria eletrointensiva e ao aumento da produtividade a qualquer preço.

Ao destacar a história do MAB, Benincá (2010) afirma que a trincheira de resistência, ou identidade defensiva, dos “oprimidos” torna possível a manutenção, o resgate ou a conquista de direitos, o que, em última análise, significa a sobrevivência enquanto indivíduos e a afirmação da cidadania. A identidade de resistência, formada em meio aos conflitos, pode se transformar em identidade de projeto. No caso, os atingidos por barragens podem transmutar da condição passiva, de objetos a que são muitas vezes relegados, para a posição de sujeitos sociais. Resistindo aos projetos hidrelétricos, o MAB enfrenta ao mesmo tempo o sistema capitalista, com seu caráter economicamente explorador, socialmente excludente, ideologicamente imperialista e colonizador e o modelo energético, que se apropria dos bens naturais e maximiza seus lucros, causando os mais diversos tipos de impactos.

A questão energética tem sido nos últimos anos um debate central no plano de desenvolvimento dos países e é importante entender os interesses que estão envolvidos nesse processo, ou seja, para que se destina a energia e para quem. Além disso, é fundamental buscar conhecer melhor as fontes produtoras de energia, visto que dessa forma podemos entender o conflito presente no processo de implantação da barragem de Itaipiranga.

Os impactos que decorrem da formação das barragens têm um reflexo muito maior do que a área diretamente inundada, pois atingem a comunidade local e regional e não atingem simplesmente as questões econômicas, dado que envolvem também valores culturais, sentimentais, econômicos e ambientais.

Na implantação de barragens, a região atingida normalmente passa a conviver com conflitos de interesses, de um lado há aqueles que defendem a implantação e do outro, os contrários à ideia. No caso da barragem Itapiranga, esta pesquisa aponta que não existem forças que defendem a construção da usina ou, se existem, até o momento não encontraram espaço para expor sua posição. O problema da pesquisa foi identificar que fatores levam todas as entidades a resistirem à construção da barragem.

Nesta perspectiva, o presente trabalho teve como objeto de estudo o movimento de resistência contra a barragem de Itapiranga, uma organização que se consolidou como MAB, tendo como espaço temporal os anos 1960, período em que surgiu um grande conflito e resistência contra a barragem, até 2017, ano em que paralisou novamente a ofensiva em construí-la. Neste caso, o estudo busca entender como foram os primeiros passos e o processo de resistência em geral, que resultou na organização e consolidação desse movimento, bem como que fatores levaram a ter uma unidade regional contrária à construção da barragem e que ações foram realizadas durante esse período impedindo a efetivação da obra.

A necessidade de pesquisar sobre o assunto é indispensável para o futuro da região ameaçada pela construção da barragem. Conhecer os anseios da população em relação ao tema é ajudar na elaboração de novas políticas do setor elétrico para com as populações e municípios atingidos.

O estudo também pretende contribuir para o setor elétrico brasileiro e para os governantes a fim de que possam construir políticas públicas que atendam aos interesses da sociedade como um todo. Além disso, objetiva instrumentalizar a sociedade civil organizada para que possa exercer seu papel de cidadão no processo decisório e, assim, no fortalecimento da democracia no país.

Segundo Rocha (2012), é importante discutir a questão hidrelétrica pela demanda de energia que a sociedade busca para manter seu estilo de vida.

A discussão sobre a questão hidrelétrica se justifica pela importância estratégica da energia na manutenção do estilo de vida da sociedade atual, além de refletir a complexidade desta através da pluralidade de áreas de abordagem (engenharia, direito, economia, ambientalismo) e agentes sociais envolvidos na instalação das usinas, abrangendo desde consórcios de empresas de capital transnacional até

ribeirinhos que poucas vezes em suas vidas deixaram a barranca do rio, o que caracteriza um cenário heterogêneo com diferentes discursos e ações através das quais esses agentes tentam fazer valer seus pontos de vista. (ROCHA, 2012, p.36)

Considerando a resistência à construção da barragem de Itapiranga como um objeto a ser estudado a partir de um processo social amplo, é preciso esclarecer qual o enfoque pretendido por este estudo. Daí a importância da abordagem do campo social, no qual sujeitos com distintos interesses estão em relação. Neste trabalho, privilegiaremos o campo social sendo permeado principalmente por aspectos da organização, experiência e da resistência.

As dimensões históricas desse trabalho estão balizadas em torno da história social, pois como produto social de massa pode enquadrar o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens no que se refere aos interesses de uma história de resistência.

Segundo Burke (1992), antes de ser um campo definido por uma postura historiográfica, que resulta num alargamento do interesse histórico, construído em oposição às limitações da historiografia tradicional, a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. Ante a crescente tendência à fragmentação das abordagens historiográficas, esta acepção da expressão é mantida por muitos historiadores como horizonte da disciplina.

O processo de resistência à construção da barragem de Itapiranga e a luta histórica do Movimento dos Atingidos por Barragens nessa região pode ser relacionada com a história cultural de Thompson (1981), pois ele valoriza a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e o cotidiano das classes populares num contexto histórico de transformação. Ele considera que é no processo de luta que se forja a identidade social das classes populares, e não pela difusão dogmática de qualquer doutrina, de sorte que a “classe operária” pode perfeitamente adquirir uma dimensão própria de sua identidade social oposta à ordem burguesa, sem que tal identidade assuma necessariamente um caráter revolucionário. É neste sentido que Thompson (1981, 1984, 1987, 1988 e 2001) se lançou ao estudo das resistências das classes subalternas procurando valorizar atitudes e comportamentos que, apesar de aparentemente insignificantes ou imediatistas, eram no fundo reveladores de uma identidade social em construção.

Sendo assim, a organização e resistência dos atingidos por barragens estão nesse contexto caracterizados enquanto identidade social e inseridos em uma luta de classe, pois ao assumirem sua identificação, lutam e defendem seus direitos.

Nesse sentido, ao pesquisar sobre esses moradores locais, pretende-se dar voz aos que são sujeitos socioculturais, buscando a valorização da cultura popular. Segundo Ginzburg (1987), a cultura popular se define também, de outro lado, pelas relações que mantém com a cultura dominante, filtrada pelas classes subalternas de acordo com seus próprios valores e condições de vida. Outro aspecto desta construção precisa ser mencionado, que é aquele onde a condição de atingido se aproxima da ideia de identidade social.

Ao estudar a história desses sujeitos sociais, Peter Burke (1992) dialoga com Thompson ao sugerir que a história é vista de baixo (conceito este proposto por Thompson), ou seja, está relacionada com as questões mais amplas da estrutura social:

Como nossos sentimentos nos recordam, a expressão "história vista de baixo" implica que há algo acima para ser relacionado. Esta suposição, por sua vez, presume que a história das "pessoas comuns", mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociada das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social. (BURKE, 1992, p.54)

Segundo o autor, por mais valiosa que a história vista de baixo possa ser no auxílio ao estabelecimento da identidade das classes subalternas, ela deve ser retirada do gueto e usada para criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história. Aqueles que escreveram a história vista de baixo não apenas proporcionaram um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado: também tornaram claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas.

Segundo Castells (2008), a identidade de resistência dá origem a formas de reação coletiva diante de determinadas opressões que não seriam suportáveis de maneira individualizada. A identidade de uma organização social perpassa necessariamente as pessoas que a integram, os objetivos que buscam, as ideias que defendem, as estratégias que utilizam, os símbolos que adotam e a linguagem que empregam.

Para a elaboração deste trabalho, uma das principais fontes de investigação foram entrevistas (fontes orais) realizadas com representantes de entidades que participaram do processo de organização e resistência contra a barragem de Itapiranga. Os entrevistados fazem parte do MAB, da Igreja Católica, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil – IECLB, entidades locais, representação comercial, prefeituras, escolas, associações, bancos e sindicatos. Ademais, foram utilizados livros, cartilhas, imagens, atas, jornais e gravação de uma audiência pública, o que possibilitou ter informações mais precisas sobre o período estudado.

Para Pinski (2008), o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade.

Corroborando com esse pensamento, Gil (2008) afirma que “[...] a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.” (GIL, 2008, p.109).

O principal referencial teórico utilizado foi Thompson (1981,1987,1988), para quem a experiência humana lembra que ela expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos construtores do devir e do presente. Segundo ele, ainda, não são as estruturas que constroem a história, mas as pessoas carregadas de experiência. Essa experiência é trabalhada na cultura das pessoas e dos agrupamentos das mesmas de acordo com suas afinidades. A cultura é engendrada no âmago da experiência social, toma corpo, constrói uma coerência interna e passa a atuar, por sua vez, no embate de outras experiências (a cultura aqui é compreendida como valores, modos de vida, visões de mundo, sentimentos, aspirações, projetos, crenças, formas simbólicas de dominação e resistência, tradições, mitos, etc). O conjunto dessas experiências orienta, dá os vetores e os caminhos das novas lutas. O grau de consciência social, conquistado na experiência e na cultura, determina os caminhos da história, que no processo é indeterminada. É o que os atingidos pela barragem de Itaipiranga experimentaram: diferentes experiências, ligadas à organização, à militância social, resistência, construção de identidade e conflitos de interesses.

De acordo com Thompson (1987), é importante conhecer e resgatar a formação de ações coletivas originárias de movimentos sociais e populares. Desta forma, a cultura popular é o elemento formador das ações coletivas e das estratégias de resistência, a luta de classes é o elemento fundamental para a construção da autonomia e consciência classista, e a ação humana é a transformadora da sociedade.

Para o autor, o que importa é desvendar a identidade sociocultural das classes subalternas no contexto específico da formação do capitalismo, o que faz de sua obra um modelo para o estudo da formação da ordem burguesa na ótica dos “vencidos”. A luta dos atingidos está inserida nessa luta contra o capital, por isso sua contribuição teórica na pesquisa.

No primeiro capítulo deste trabalho é apresentado de maneira geral o contexto histórico do setor elétrico brasileiro, com a intenção de compreender o modelo energético atual e como ele se estrutura na lógica do desenvolvimento do capital, caracterizando esse processo através

da construção de hidrelétricas com o conceito de hidronegócio. Segundo Roberto Malvezzi (2005), o governo brasileiro não investe em fontes alternativas de energia e sobrecarrega os rios brasileiros com a construção das barragens. A energia de origem hídrica que move nosso país é um mega ramo do hidronegócio para empreiteiras, corporações técnicas, indústria de turbinas, geradoras e distribuidoras de energia – essas últimas praticamente privatizadas. Em decorrência, vê-se a enorme dificuldade de implementar um “mixer” de outras fontes de energia, mais sustentáveis e mais limpas, como por exemplo a energia solar, eólica e biomassa.

O segundo capítulo descreve o processo de colonização e caracterização social, cultural e econômica da região. Será apresentado o projeto da barragem e suas características, o que permite conhecer mais o local do estudo para depois focar no objeto do estudo.

No terceiro capítulo, é destacado o processo de resistência e organização dos atingidos da barragem de Itapiranga. Neste capítulo é evidenciada a memória da resistência, ações, entidades envolvidas na organização contra a barragem, assim como a construção de uma identidade coletiva através da luta de resistência. Nesse sentido buscarei apresentar os debates que abrangem a temática de resistência, bem como as ações realizadas que marcaram o processo contrário à construção da barragem.

Para finalizar, buscou-se trazer os principais elementos dessa pesquisa para compreender o processo de resistência da população local, suas indagações, perspectivas e principais fatores que levaram à luta e à organização dos mesmos.

2 BREVE HISTÓRICO DO SETOR ELÉTRICO

Este capítulo apresenta de forma breve o processo de estruturação do sistema elétrico brasileiro, destacando os principais momentos dessa trajetória e dando ênfase à bacia do Rio Uruguai, à atual matriz elétrica e à história do MAB.

O setor elétrico nacional é marcado por grandes períodos na história do país, segundo Benincá (2010) são 04 (quatro) períodos que marcam o desenvolvimento do setor elétrico nacional, onde foram adotadas várias políticas energéticas pelo Estado. O primeiro período ocorreu desde a Proclamação da República (1889) até a Revolução de 1930, quando a economia brasileira se caracterizava pela produção primário-exportadora e a energia estava baseada em fontes vegetais.

Para Rocha, Pase & Locatelli (2014), a eletricidade se consolidou no Brasil juntamente com a República. Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição da República, prevendo que os recursos naturais (dentre os quais, os hídricos) seriam acessórios à propriedade da terra, ou seja, de direito de exploração dos proprietários. Devido ao predomínio agrário-exportador, os projetos ficaram restritos às iniciativas locais, o que limitou o desenvolvimento do setor elétrico nos primeiros anos do Brasil.

O segundo período abrangeu os anos de 1930 a 1945. Durante esses anos, o país deu os primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, devido ao início do processo de industrialização. Foi nesse contexto que, em 1934, foi promulgado o Código de Águas, determinando que as propriedades das quedas de água pertenciam ao Estado, o que representou um grande passo na estruturação do setor com protagonismo e coordenação do Estado. (BENINCÁ, 2010, p.29)

Esse período também foi marcado pelo início da urbanização e do êxodo rural. Segundo Ribeiro (1995), a moderna industrialização brasileira teve seu impulso através de dois atos de guerra. Getúlio Vargas impôs aos aliados a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e a devolução das jazidas de ferro (Vale do Rio Doce) como condição de dar seu apoio em tropas e matérias primas.

Conforme Benincá (2010), a terceira fase ocorreu de 1945 ao final da década de 1980. Esse momento foi marcado pela intervenção direta do Estado sobre o setor energético. Durante o regime ditatorial, o governo embasou o desenvolvimento industrial do país na megaeletricidade, aproveitando o potencial da grande quantidade de rios existentes para a construção de barragens.

Nesta conjuntura, Benincá (2010) afirma que o Estado brasileiro assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas aos interesses do capital transnacional. O modelo estatal de energia promoveu a ocupação violenta de territórios, gerou sérios impactos ambientais, culturais e sociais. Tudo em nome do progresso da nação.

Para apresentar o contexto do setor hidrelétrico é importante destacar a situação social, política e econômica que o Brasil estava vivenciando nesse período. Caio Prado Junior (2004) fala da exploração das riquezas do país pelo capital internacional, além de discutir sobre as fragilidades que a classe trabalhadora vivenciava:

Em primeiro lugar, o imperialismo atua como um poderoso fator de exploração da riqueza nacional; não é outro seu objetivo que acaparar em proveito próprio a mais-valia do trabalho brasileiro ao seu alcance. Nisto ele age como qualquer outra forma de capital, e não tem aí nada de particularmente interessante. Mas o que o distingue é que tal exploração não se faz em benefício de uma classe brasileira, uma burguesia indígena (a não ser grupos insignificantes ligados diretamente ao capital financeiro, e tão internacionais quanto ele), mas de classes e interesses completamente estranhos ao país. Isto é muito importante, porque neste processo não é apenas a classe trabalhadora que se desfalca, mas o país em conjunto que vê escoar-se para fora de suas fronteiras a melhor parcela de suas riquezas e recursos. (PRADO JUNIOR, 2004, p.214)

Relacionado a esse processo, o Estado brasileiro buscou um ambiente propício à entrada de novos capitais estrangeiros e à retomada do crescimento econômico. No setor elétrico, o Estado retomou investimentos de infraestrutura, o que permitiu a determinados segmentos da produção capitalista ampliar os mercados através da iniciativa estatal.

Esse período de 1968 a 1973, segundo Rocha, Pase & Locatelli (2014), ficou conhecido como “milagre econômico”, quando através da industrialização e da urbanização houve um aumento da demanda de energia, afetada pela crise do petróleo (1973). Dessa forma, aumentou significativamente o interesse por projetos hidrelétricos.

Conforme Prado Junior (2004), este processo deve ser analisado considerando a relação econômica internacional que o Brasil havia adotado.

É curioso notar que na análise desse tão louvado e incensado modelo brasileiro de desenvolvimento que se elevou à categoria de "milagre econômico", e que em linguagem mais simples e despretensiosa, e sobretudo mais verdadeira, quer dizer "o comportamento imprimido à economia brasileira em sua fase mais recente e atual" [...]. Refiro-me à situação, no essencial, de dependência e subordinação da economia brasileira com respeito ao contexto internacional do capitalismo em que nos enquadrados, e onde comandam os centros financeiros do sistema: as matrizes dos velhos trustes conhecidos hoje pela eufêmica designação de "multinacionais". (PRADO JUNIOR, 2004, p.261).

Conforme o autor, o “milagre econômico” deve ser analisado no contexto econômico que o país vivenciava naquele momento. Para o mesmo, a economia brasileira estava dependente e subordinada ao contexto internacional do capitalismo multinacional.

Para Locatelli (2015), a inserção internacional do Brasil produziu profundos impactos no setor elétrico nacional. Segundo ele, o país foi um dos mais afetados pelo movimento internacional dos fatores de produção, sendo um dos maiores receptores de capital e investimento e contando com maior presença de transnacionais na indústria, apoiado pelo governo da época.

Neste período, pela nova divisão do trabalho, várias empresas eletrointensivas se deslocaram para o Brasil fugindo de leis trabalhistas e ambientais. Para Picoli (2012), o Brasil se inseriu naquele momento como um país exportador de insumos ou produtos intermediários, de alto consumo energético e baixo valor agregado.

De acordo com Locatelli (2015), o enorme potencial hidrelétrico brasileiro alimentou discursos acerca do progresso econômico e social que poderia advir através de um projeto nacional desenvolvimentista que durante os anos de 1950 e 1970 era propagandeado na imprensa, ressaltando o progresso e a modernização com a visão de “empreendimentos” grandiosos indispensáveis para a evolução econômica.

O desenvolvimento era uma grande bandeira desse período, porém cabe ressaltar a origem desse discurso. Segundo Benincá (2010), o conceito de desenvolvimento foi identificado por muitos como possibilidade de progresso, concepção que era muito forte após a guerra mundial em países de baixo crescimento.

[...] O significado ideológico do conceito passou a ter uma força simbólica semelhante ao colonialismo do século XIX, agora com enfoque centrado no setor industrial. Na prática, desenvolvimento foi identificado por muitos com a noção de crescimento, modernização, industrialização, sem que isso implicasse necessariamente distribuição da riqueza. Tal concepção permeou todo o pensamento desenvolvimentista do pós-guerra. (BENINCÁ, 2010, p.115)

Os discursos de progresso, modernização e evolução econômica foram estratégias comunicativas para legitimar o regime e também consolidar na sociedade a importância de executar os projetos propostos. Além disso, tratava-se de um discurso falso deste período, pois o país estava com grandes dificuldades econômicas.

Antes de construir as barragens houve promessas de emprego, desenvolvimento e progresso. Para Cervinski (2010), essas promessas têm sido uma grande mentira divulgada

pelas empresas, pelos governos e por todos os defensores deste modelo. O verdadeiro significado do “desenvolvimento” nada mais é que a busca de altas taxas de lucro para as empresas privadas através da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

2.1 Contexto histórico do setor hidrelétrico na bacia do Rio Uruguai

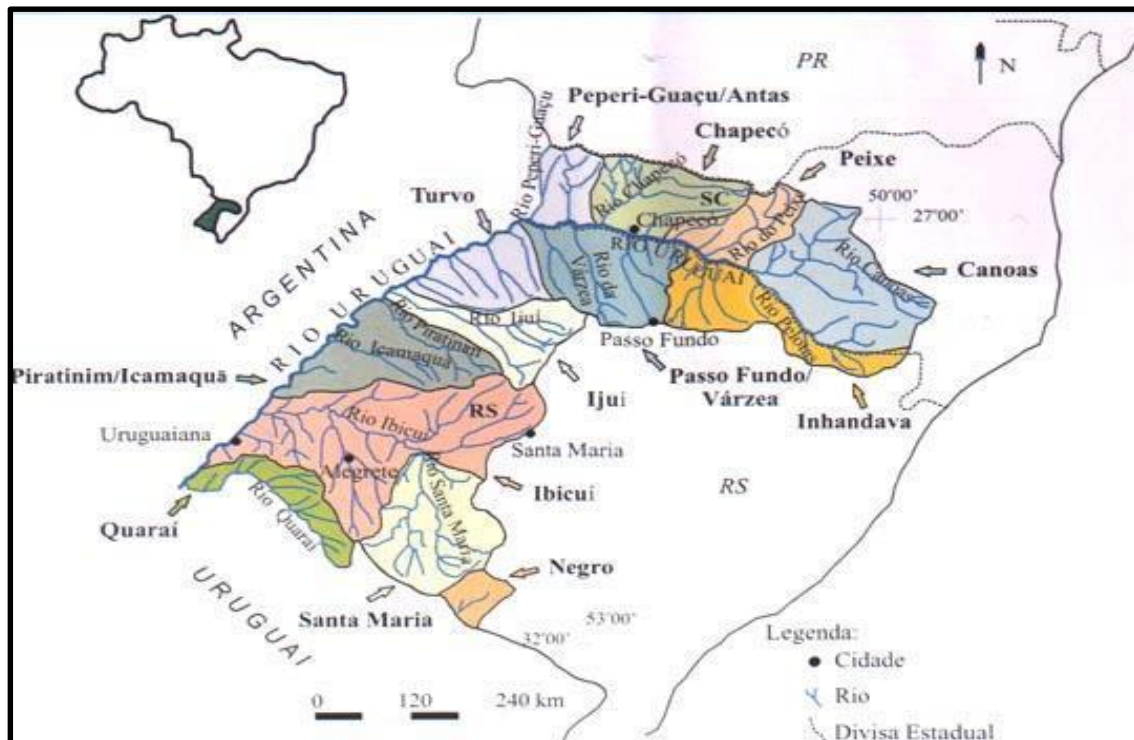
É nesse contexto destacado anteriormente, que a bacia do Rio Uruguai passou a ser fortemente estudada e cobiçada para exploração de energia, através da construção de grandes barragens. Para Locatelli (2015), no planejamento da oferta da energia elétrica nacional, o aproveitamento do potencial do Rio Uruguai e seus afluentes foi considerado estratégico pelo Estado nos anos 60, tanto por sua localização quanto por suas características geográficas, que a tornam perfeita para o aproveitamento de grandes projetos hidrelétricos.

De acordo com Picoli (2012), embora esboçando algumas iniciativas nas décadas de 1940 e 1950, foi apenas no contexto da década de 1960 que uma política nacional de geração de energia começou a ganhar corpo. Foi nesse período que o governo federal se tornou articulador e gerenciador efetivo dos recursos energéticos, com a criação da Estatal Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), em 1962.

Contudo, foi em 1966 que o governo militar deu continuidade com o Programa Energético para a Região Sul, sendo a Eletrobrás coordenadora dos estudos com suporte técnico internacional de Canadenses e Americanos (Consórcio Canambra Engineering Consultants Limited). Segundo Picoli (2012), o estudo, encerrado em 1969, previa a construção de 25 grandes barragens na bacia do Rio Uruguai, o que acarretaria inúmeros danos ambientais e sociais às populações ameaçadas.

Conforme Picoli (2012), entre 1977 e 1981 os estudos para o aproveitamento da bacia hidrográfica do Rio Uruguai foram reformulados pela Eletrosul, com assessoria do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. (CNEC). Os estudos de inventário da Bacia do Rio Uruguai apresentavam como resultado a possibilidade de construção de 22 barragens, sendo 19 para a geração de energia e 03 para a regulação de vazão. Destaca-se entre as 22 barragens, como potencial a construção da UHE Itapiranga.

Figura 1 - A bacia hidrográfica do Rio Uruguai



Fonte: Mapa da bacia do Rio Uruguai. Disponível em <

<https://www.google.com/search?q=mapa+das+barragens+na+bacia+do+rio+uruguai+&tbm>>. Acesso dia 28 de fevereiro de 2021.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o governo brasileiro iniciou a construção da maior usina hidrelétrica do mundo, a UHE Itaipu Binacional, em aproveitamento do Rio Paraná. Segundo Benincá (2010), diante da construção da hidrelétrica de Itaipu/PR, os agricultores expropriados criaram o Movimento Justiça e Terra com a finalidade de reivindicar justa indenização de suas propriedades. O movimento estruturou-se a partir da assembleia realizada no dia 16 de outubro de 1978 para discutir as indenizações insignificantes oferecidas pela construtora.

De acordo com Picoli (2012), a primeira hidrelétrica a ser construída na bacia do Rio Uruguai foi a UHE Passo Fundo, que entrou em funcionamento em 1973, no Rio Passo Fundo. A barragem foi instalada entre os municípios de São Valentim e Entre Rios do Sul/RS.

A construção dessa usina gerou grandes contradições sociais, deixando um grande número de atingidos sem nenhum tipo de indenização. Picoli (2012) afirma que esses habitantes tiveram que se organizar para lutar pela terra.

Muitos posseiros e arrendatários- grupos que não receberam nenhum tipo de indenização por não possuir o título de propriedade, que dependiam das áreas de terras lindeiras ao rio que foram alagadas pelo reservatório, tornaram-se mão-de-obra ociosa, contribuindo para o aumento da pressão demográfica naquela região. Em conjunto com outros camponeses desposados por motivos diversos, no final da década de 1970, no alto Uruguai Sul riograndense e Catarinense, estes atingidos deram origem ao que viria a ser em 1985, o MST. (PICOLI, 2012, p.92)

De acordo com Rocha, Pase & Locatelli (2014), nesse apanhado histórico das décadas de 1970 e 1980 é possível perceber a forma de tratamento dispensada à população atingida por barragens. O autor destaca que na primeira fase dos anos 70, o caráter de implantação era dominante, pois se tentava colocar a barragem em operação independente dos meios que seriam utilizados. Seguindo a lógica do regime autoritário, a figura do atingido e quaisquer que fossem suas propriedades eram desconsideradas. A política de remanejamento nem sequer era colocada em prática antes de inundar os bens e a vida dos camponeses.

Os conflitos e as diversas formas de violência, em virtude das construções de hidrelétricas, resultaram na organização dos atingidos em todo o Brasil com apoio da Igreja e entidades sindicais. A resistência é um marco histórico para a consolidação de um movimento social.

Segundo Benincá (2010), na região Sul, na bacia do Rio Uruguai, em dezembro de 1979 foi criada uma Comissão de Barragens em oposição à construção das barragens de Machadinho/RS e Itá/SC. A partir de 1980, passou a se chamar Comissão Regional de Barragens e, posteriormente, Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). A CRAB objetivava discutir com a população formas de enfrentar o projeto que se impunha. Pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se mobilizar e se organizar antes do início da obra.

No Nordeste, organizou-se o Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub- Médio São Francisco, com a primeira concentração de atingidos em agosto de 1979, em Petrolândia/PE. Para Benincá (2010), a trágica situação social provocada pela construção da barragem de Sobradinho/BA motivou a determinação para enfrentar as ameaças e impactos que seriam gerados pela barragem de Itaparica, no médio São Francisco, entre Pernambuco e Bahia.

De acordo com Benincá (2010), na região Norte surgiu no final de 1981 o chamado Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí/PA. A barragem inundou 2.830 Km² e deslocou mais de 25 mil pessoas. Ainda em 1978, a Eletronorte – responsável pela obra – à revelia de qualquer acordo ou esclarecimento à população atingida, começou a cadastrar as famílias para efeitos de indenização.

Com a instalação de um conjunto de hidrelétricas em várias regiões do país, conforme mencionado, começaram a aparecer diversas organizações regionais de atingidos. Tais movimentos localizados estão entre as expressões de resistências camponesas mais importantes surgidas neste período, que se levantaram para questionar a estrutura injusta da sociedade e os projetos de concentração capitalista. Seus militantes passaram a identificar as barragens como uma das múltiplas formas de “colonialismo moderno” que impõem a dominação e a exclusão social. (BENINCÁ, 2010, p.76)

A população local que seria afetada pela construção das barragens teve papel importante no questionamento dos projetos capitalistas e passaram a se organizar e resistir aos projetos de barragens daquele período. Essas resistências, segundo o autor, foram as principais expressões de organização regional desse contexto histórico.

Segundo Benincá (2010), o quarto período que marca o desenvolvimento do setor elétrico nacional iniciou-se na década de 1990, quando se consolidou o Plano Nacional de Energia Elétrica, baseado na implantação de grandes hidrelétricas, e se aprofundou no modelo neoliberal associado ao processo de privatização do setor elétrico. Este período se prolonga até os dias atuais.

Para Rocha, Pase & Locatelli (2014), desde o início dos anos 1990 até o final da primeira década de 2000 foram privatizadas 68 empresas. No setor elétrico foram três, e mais cerca de 50 potenciais geradores de eletricidade e 20 linhas de transmissão foram leiloadas e entregues para empresas privadas. Segundo o autor, atualmente o setor elétrico funciona com parcerias público-privadas, ou seja, concessões públicas para empresas privadas com o estado atuando como mediador e regulador.

É importante destacar que desde a primeira fase, que teve início em 1989, passando pelos demais períodos até chegar no estágio atual, pode-se identificar certa ligação entre o estatal e o privado, seja na parceria formalizada nos consórcios, seja em relações pontuais para realização de serviços.

2.2 Desenvolvimento e crescimento econômico: modernização conservadora

O tema da modernização conservadora do setor energético brasileiro é discutido por Espíndola (2009), para quem esse processo está ligado entre as reações das economias centrais do sistema capitalista. Ali, destacou-se na transferência de grande parte da indústria pesada dos países hegemônicos, com destaque para as indústrias eletrointensivas (que utilizam grandes quantidades de eletricidade), para os países periféricos, principalmente os que apresentavam

um bom potencial de geração de energia hidrelétrica ou termoelétrica, intensificando uma tendência que já podia ser verificada desde fins da década de 1950.

Ainda segundo o autor, seguindo as diretrizes desta nova divisão internacional do trabalho, o governo militar brasileiro programou uma política de construção de grandes hidrelétricas, custeadas por um profundo endividamento externo. Estas, por sua vez, forneceram energia barata para as indústrias transnacionais e para os aglomerados urbanos que cresciam desordenadamente em decorrência do êxodo rural, fruto do aprofundamento das relações capitalistas no campo. As indústrias eletrointensivas das empresas transnacionais foram instaladas em grande número, o que levou os planejadores contratados pelo governo militar a projetarem novos aproveitamentos para o fornecimento de energia hidrelétrica, dentre eles os localizados na Bacia do Rio Uruguai.

Para Silva (2020), a partir da década de 1960 o capitalismo mundial iniciou o processo de internacionalização da produção sob a “coordenação” dos Estados Unidos, ou seja, as empresas transnacionais passaram a procurar novas áreas de produção que possibilitassem a ampliação da acumulação capitalista.

No período da ditadura militar no Brasil, implementou-se através desse regime condições políticas e sociais para a estruturação de um novo modelo capitalista assentado no capital estrangeiro. A agricultura empresarial articulou-se com a indústria e imprimiu um novo padrão produtivo baseado no cultivo intensivo do solo, na utilização de insumos químicos e no emprego de máquinas industrializadas. (Silva, 2020)

Esse período também ficou conhecido como “revolução verde”, através do uso do pacote tecnológico, com alto uso de agrotóxicos e sementes modificadas geneticamente, causando uma grande dependência dos camponeses das indústrias de produção desses produtos agrícolas.

A elite brasileira, mais uma vez, efetivou um pacto com o capital internacional e, conforme conceituação de Florestan Fernandes, imprimiu uma política econômica denominada capitalismo dependente, ou seja, o desenvolvimento nacional a partir da articulação de segmentos da elite nacional com o sistema monopolista internacional. Todavia, verificamos que historicamente essa associação não rendeu o desenvolvimento social e econômico anunciado por seus “idealizadores”; ao contrário aprofundou as contradições sociais já existentes. (Silva, 2020, p.24)

Foi nessa lógica do desenvolvimento que foi empreendida a projeção de grandes hidrelétricas no país, com a postura do regime militar, causando grandes conflitos sociais. Os “mega projetos” (como eram conhecidos) tiveram o papel de atender os interesses de uma elite

nacional articulada com grandes empresas transnacionais. Muito do que foi pensado nesse período se reflete no modelo atual de geração de energia como veremos no próximo subcapítulo.

2.3 A atual matriz elétrica brasileira

Para entender a matriz elétrica brasileira é importante primeiramente destacar que indiferente de sua origem, a energia é vista como um dos principais alicerces necessários ao “crescimento” e “desenvolvimento”. Na sociedade atual, com grande dependência de energia, as barragens se multiplicam e isso traz inúmeros benefícios, mas ao mesmo tempo muitos efeitos negativos na questão social, ambiental e econômica para a região atingida.

Conforme Gonçalves (2007), a indústria de eletricidade, o setor elétrico, ou um sistema de energia elétrica consiste em um conjunto de estruturas que possibilitam gerar, transportar e usar a energia elétrica para o atendimento das diferentes necessidades determinadas pela sociedade.

Segundo Cervinski (2010), a energia é um tema bastante amplo, pois envolve diferentes fontes e formas de energia e todas tem sua importância dentro da atual lógica deste sistema de produção. Porém, a energia produzida através de barragens tem sido uma das formas de geração mais disputadas pelos setores privados hegemônicos. A eletricidade é uma mercadoria diferenciada, porque possui dupla função, pode ser um bem de consumo e também pode ser um bem de produção.

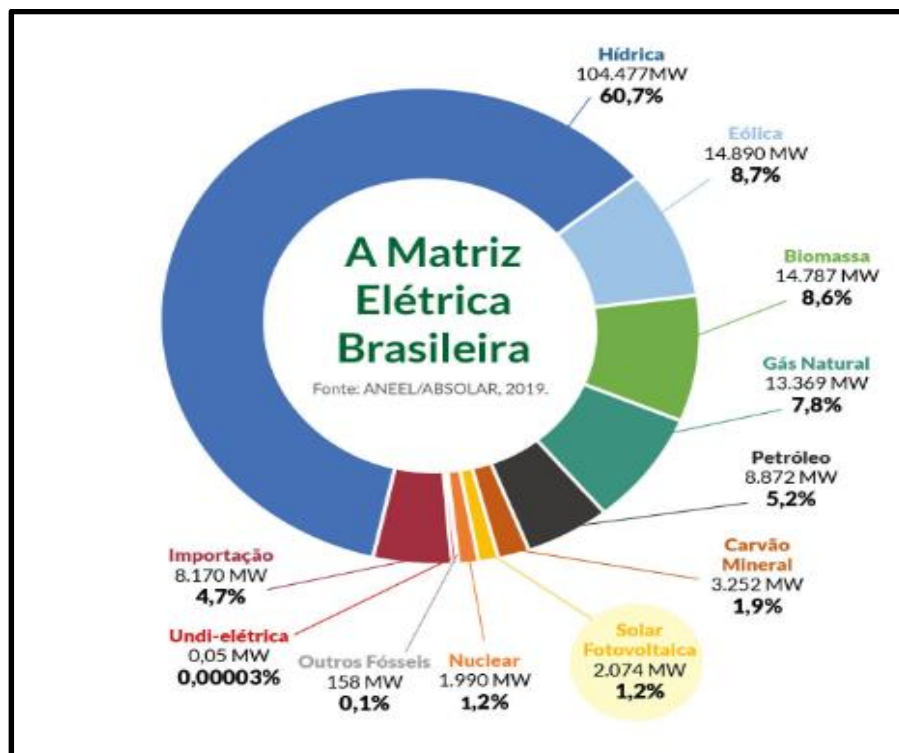
De acordo com Locatelli (2014), para atender seus interesses, o capital busca investir onde houver maior produtividade do trabalho, ou onde ele consegue as maiores taxas de lucro. Como bem de produção, a energia hídrica passa a ser a mais disputada, porque possibilita aos detentores dos meios de produção tornar o trabalho dos trabalhadores mais produtivo e conseqüentemente se apropriar do valor suplementar.

Assim sendo, pelo baixo custo de produção de energia que as barragens possuem, elas têm gerado o que Gonçalves (2007) chama de lucro suplementar da indústria elétrica:

O lucro suplementar da geração da eletricidade hidráulica é resultado da diferença do preço de produção social médio – térmicas a combustíveis fósseis – e o preço de produção próprio das hidrelétricas. Esta noção – lucro suplementar – é neste estudo uma das categorias basilares para a aproximação e entendimento da produção de energia elétrica no Brasil. Pois, ela historicamente, e, principalmente na atualidade, tem sido um dos fatores centrais na “disputa pelas fontes” e controle dos excedentes” da indústria elétrica brasileira. (GONÇALVES, 2007, p.175)

Observa-se através da figura abaixo que a principal matriz elétrica hoje é a hídrica, energia produzida por barragens. Muitas são as vantagens em produzir energia através dessa matriz, pois as empresas e o governo consideram a água como produção de energia limpa, de baixo custo e de fonte renovável. Atualmente o Brasil tem um potencial muito grande, pois possui grandes rios que cortam o país, dessa forma as barragens se tornam uma fonte de grande disputa entre as empresas que querem construir.

Figura 2 - Gráfico sobre a matriz elétrica brasileira



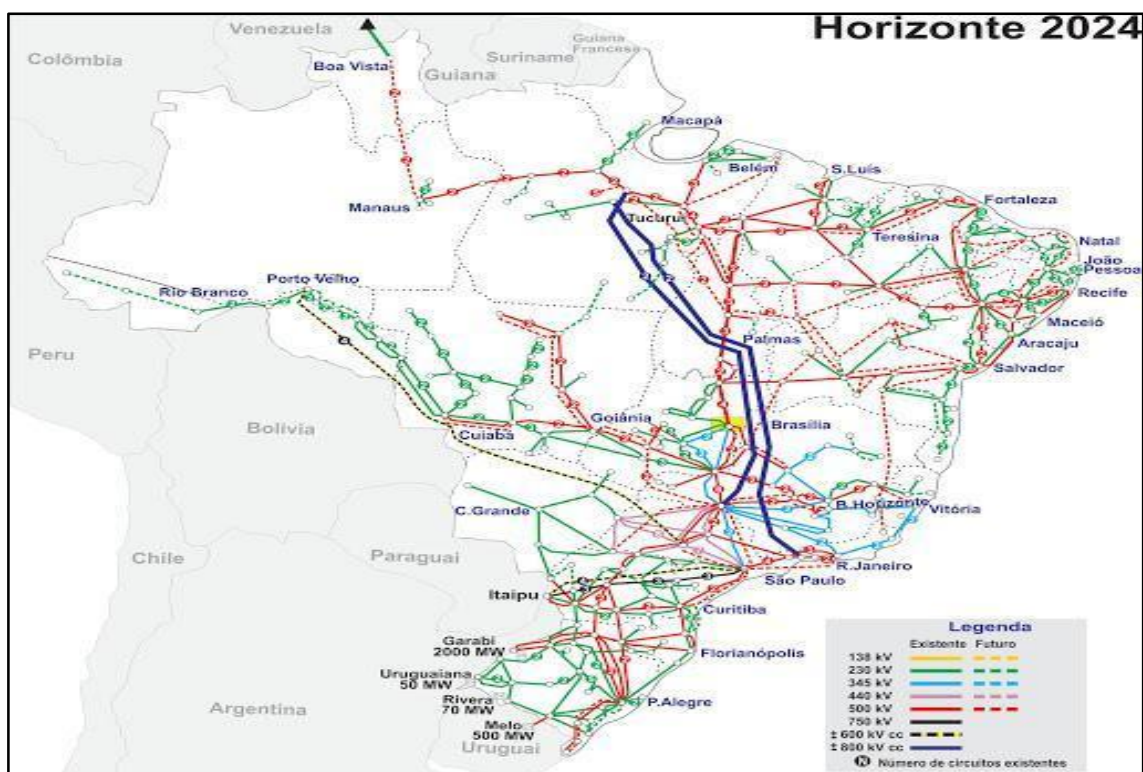
Fonte: ANEEL/Absolar, 2019.

Como é possível perceber, a matriz elétrica brasileira é representada por cerca de 60% de fonte hídrica, sendo considerada uma das mais eficientes e a que mais produz energia no Brasil, o que nos leva a imaginar que os brasileiros pagam uma das menores tarifas de energia. Portanto, o que se tem visto nos últimos anos é que a sociedade brasileira tem pagado uma das tarifas mais caras do mundo, considerando os países que tem em sua matriz a produção de energia através de petróleo.

Existem várias formas de produzir eletricidade, porém a termoelétrica é a forma que predomina no mundo. Apesar disso, a hidroeletricidade é a forma mais eficiente, com 92%, enquanto as demais tecnologias ficam em torno de 30%.

O Brasil tem o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo, atrás apenas da Rússia e da China. Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, em 2010 estavam em operação no Brasil 2.209 usinas de geração de energia elétrica. Da capacidade instalada, 75,3% é proveniente de hidrelétricas, sendo 160 de grande e médio porte e 333 Pequenas Centrais Elétricas-PCH. As demais fontes de produção, ou seja, usinas eólicas, nucleares e termoelétricas a gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira e biomassa são responsáveis pelos 24,7% restantes. Destaca-se também o sistema de distribuição de energia de forma interligada, ou seja, a energia produzida na região sul abastece todo o território nacional, pois as diversas hidrelétricas em operação estão ligadas nessa rede. Abaixo veremos como ele funciona de forma ilustrativa.

Figura 3 - Sistema de distribuição de energia brasileira



Fonte: ANEEL, 2015. Disponível em: <<https://www.aneel.gov.br/transmissao5>>.

Acesso em 19 de abril de 2021.

O Plano Decenal de Energia-PDE, entre 2019 e 2026 prevê a construção de grandes usinas, a maior parte nas regiões Norte e Nordeste, com grandes impactos socioambientais. Neste plano, encontra-se também o projeto da barragem de Itapiranga, com data prevista para entrar em operação em 2026, tendo 725 MW de potência.

Segundo Rocha (2012), a instalação de hidrelétricas implica no “deslocamento compulsório” de um grande número de pessoas nas respectivas regiões, e mesmo com mais de um século de hidroeletricidade no Brasil ainda não existe uma legislação específica para o remanejamento populacional. A cada nova hidrelétrica instalada, é firmado um Termo de Acordo de Conduta (TAC) entre os agentes sociais envolvidos.

Nem as empresas, nem os governos sabem precisar com exatidão o número de pessoas que tiveram que sair de suas terras em função da instalação de barragens no mundo. Conforme relatório divulgado em novembro de 2000 pela Comissão Mundial de Barragens, no mundo já foram deslocadas entre 40 e 80 milhões de pessoas com a construção de barragens. No Brasil, o MAB estima em um milhão o número de atingidos por barragens e outros 850 mil já foram ameaçados de perderem suas terras e ambientes de vida com a ameaça de novas barragens. “Dados revelam que sete em cada dez famílias atingidas pelo impacto da construção de uma barragem não têm seus direitos atendidos.” BENINCÁ (2010, p.40).

Frente a essa ofensiva do governo e das empresas destaca-se o papel do MAB, que surgiu no final dos anos 1980 e tem como principal objetivo apresentar as contradições, mobilizar a população atingida e propor alternativas de produção de energia, bem como um modelo energético popular, onde o controle das riquezas possa estar sob o controle da sociedade brasileira.

Segundo o MAB, não existe a nível nacional uma política de tratamento da população atingida, em cada obra os direitos são tratados de forma diferente de uma para outra, por isso muitas famílias acabam ficando sem nenhuma forma de reparação.

2.4 Breve histórico do movimento dos atingidos por barragens (MAB)

Segundo o histórico do MAB, os primeiros passos da organização dos atingidos por barragens tiveram início ainda no final da década de 1970, na ditadura militar, período em que ocorreu a retirada forçada de direitos civis e políticos. Ao mesmo tempo em que a ditadura restringia os direitos da população, a indignação contra o regime fez com que surgissem várias formas de organização e luta. Foi neste período que também surgiram várias forças importantes

de trabalhadores como o Movimento Sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores e o próprio Partido dos Trabalhadores. (MAB, 2018)

No Brasil, conforme o MAB, a Eletrobrás foi responsável por desenvolver um estudo aprofundado sobre o potencial hidrelétrico, análise dos rios e bacias hidrográficas. Como nosso país é rico em água doce, rios com grande volume de água e quedas suficientes para gerar energia elétrica, a conclusão do estudo foi um mapeamento detalhado de onde poderiam ser construídas as usinas hidrelétricas.

Imediatamente iniciou-se a construção de grandes usinas em várias regiões do país e, ao mesmo tempo em que havia um estudo sobre o potencial e o aproveitamento da energia, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios. A consequência disso foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossando as fileiras de sem-terras.

Segundo o MAB, gerou-se um clima de insatisfação das famílias e surgiram vários focos de resistência onde as obras estavam sendo construídas. Os principais locais de luta foram: Tucuruí (PA) no norte do país, Itaipu (binacional com Paraguai) no Sul, Sobradinho e Itaparica no Nordeste. E mais adiante, Itá e Machadinho (também na região sul). Nessas regiões, os atingidos iniciaram revoltas, lutas por indenização e logo formaram organizações locais e regionais de resistência. Eram as chamadas Comissões de Atingidos: CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) na região Sul, CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí) e CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu).

Para o MAB, esse processo de organização a nível regional conseguiu desencadear lutas e obter conquistas importantes para os envolvidos, como foi o caso dos atingidos pela UHE Itá em 1987, quando as famílias conquistaram um acordo sobre a construção de reassentamentos coletivos. Esse acordo estabeleceu regras e critérios de avaliação sobre o nível em que as famílias foram atingidas e também sobre os padrões de casa, terra e assistência técnica para as famílias reassentadas.

De acordo com Benincá (2010), a mobilização da população local contou com a ajuda de segmentos da Igreja Católica, sobretudo lideranças da Comissão da Pastoral da Terra-CPT, das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), de alguns sindicatos combativos, membros da Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior (FAPES) de Erechim e outras organizações sociais. Os movimentos localizados estão entre as expressões de resistência camponesa mais importantes surgidas neste

período, que se levantaram para questionar a estrutura injusta da sociedade e os projetos de concentração capitalista.

Foschiera (2009) destaca o papel das igrejas e a participação de professores universitários na organização dos atingidos:

A Igreja Católica progressista, influenciada pela Teologia da Libertação, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de suas Pastorais, foi a principal organizadora e formadora de lideranças de atingidos por barragens num primeiro momento, sendo que, no Sul do Brasil e em Rondônia, mais especificamente em áreas nas quais se localizavam descendentes de imigrantes alemães (Itaipu, Itapiranga, Foz do Chapecó, Ji-Parná etc.), contou com a participação e colaboração de integrantes da Igreja Luterana. Também é importante destacar a participação de professores universitários identificados com as lutas populares, que colaboraram na organização e na formação da matriz discursiva dos atingidos. Neste período, alguns signos de linguagem como “caminhada, povo oprimido e libertação”, do símbolo da cruz, de cantos e rituais como missas, procissões e romarias, marcaram as ações dos atingidos, demonstrando a influência da Igreja sobre os mesmos. (FOSCHIERA, 2009, p.31)

No ano de 1989 foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que contou com a participação de representantes de várias regiões do País e através do qual se realizou um levantamento das lutas e experiências dos moradores que foram afetados de alguma maneira pela construção de barragens em todo o país. A partir desse evento foi decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional, para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens.

Em março de 1991, em Brasília, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, com a fundação oficial do MAB, congregando experiências existentes em várias partes do Brasil. O Movimento adquiriu, então, uma dimensão nacional, com a missão de organizar e mobilizar as lutas em defesa dos direitos dos atingidos.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. Somos um movimento popular, reivindicatório e político. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo e nossa luta se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e à vida. (MAB, 2018)

Conforme o trecho acima, nesse Congresso se decidiu que o MAB deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. Estes,

por sua vez, passaram a ser realizados a cada 03 anos, sempre contando com a participação de atingidos de todos os locais do país onde o movimento está organizado.

Conforme Benincá (2010), em março de 1997 o MAB realizou o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, em Curitiba/PR. O encontro contou com a participação de 20 países, dentre eles, indivíduos afetados de alguma maneira pela construção de barragens e organizações de apoio. Desse encontro, resultou a declaração de Curitiba como a cidade que unifica as lutas internacionais e institui o dia 14 de março como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens.

Em novembro de 1999, o MAB realizou seu IV Congresso Nacional em Minas Gerais, onde foi reafirmado o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal e proposto um Projeto Popular para o Brasil que incluía um novo modelo energético.

De acordo com o MAB (2018), em junho de 2003 aconteceu o 1º Encontro Nacional do MAB em Brasília, no qual se reafirmou a luta popular como o único instrumento capaz de obter conquistas concretas para o povo. No ano seguinte, o MAB realizou uma marcha histórica com cerca de 600 militantes. Foi a Marcha Nacional Águas pela Vida, percorrida de Goiânia a Brasília, para exigir do governo federal o cumprimento dos direitos dos atingidos.

O movimento destaca, ainda, que em março de 2006 aconteceu o 2º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens em Curitiba/PR. No encontro estavam presentes 1200 pessoas afetadas de alguma maneira pela construção de barragens de todo o Brasil, que reafirmaram o caráter nacional do MAB, a importância das especificidades regionais e o caráter popular, sindical e político do movimento.

Mais recentemente tem se intensificado o debate sobre gênero e as violações de direitos das mulheres atingidas por barragens, tema que foi tomando corpo dentro da organização, culminando no primeiro Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens, realizado em abril de 2011 em Brasília. O encontro contou com a presença de 500 mulheres, que debateram a situação de violência vivenciada na construção de barragens.

De 2 a 5 de setembro de 2013, em São Paulo, o MAB realizou o 7º Encontro Nacional e durante esse encontro o movimento destacou as importantes conquistas que teve ao longo de sua história, também reforçando as principais bandeiras de luta, dentre elas a garantia dos direitos dos atingidos(as) e a construção de um projeto popular energético para o país.

Conforme o MAB (2018), durante os dias 01 a 05 de outubro de 2017 no Rio de Janeiro, foi realizado o 8º Encontro Nacional do MAB. Com o lema “Água e energia com soberania,

distribuição da riqueza e controle popular”, o evento reuniu milhares de atingidos de todas as regiões do Brasil.

Durante os encontros da organização sempre foram reafirmados os objetivos apresentados a seguir por Benincá (2010):

Os principais objetivos do Movimento são: resistir contra a construção de barragens que provocam danos sociais e ambientais; lutar para que nenhuma barragem seja construída sem acordo com a população; defender a permanência do povo na terra; reivindicar garantia de justa indenização ou reassentamento aos atingidos; proporcionar formação aos integrantes do Movimento; ampliar o número de militantes; discutir e propor um novo projeto energético para o país que garanta, entre outros itens, utilização de fontes alternativas de geração, acesso à energia para todos, com tarifas populares para os consumidores familiares. (BENINCÁ, 2010, p.83)

Ainda conforme o autor, o movimento reúne um público historicamente marginalizado que resiste ao processo de construção de barragens e luta para garantir os direitos das populações afetadas. Ademais, propõe a necessidade de mudar a matriz energética, reduzir o consumo de energia e diminuir o uso de combustíveis fósseis, enquanto estes não forem substituídos por fontes renováveis e mais “limpas”.

O MAB se insere entre os movimentos que questionam e recusam o modelo econômico dominante responsável pelo desemprego estrutural, desigualdades sociais, miséria de multidões e violência institucionalizada. Segundo Benincá (2010), o movimento desempenha uma função social e política relevante, defendendo sujeitos impossibilitados e excluídos. Também fortalece a consciência dos direitos ambientais na medida em que, por um lado, combate a tendência hegemônica que trata a água e a energia como mercadorias e, por outro, procura preservar a vida, empunhando a bandeira “água para a vida, não para morte”, que orienta a caminhada desde sua origem.

Ao destacar a história do MAB, Benincá (2010) afirma que a trincheira de resistência, ou identidade defensiva, dos “oprimidos” torna possível a manutenção, o resgate ou a conquista de direitos, o que, em última análise, significa a sobrevivência enquanto indivíduos e a afirmação da cidadania. A identidade de resistência, formada em meio aos conflitos, pode se transformar em identidade de projeto. No caso, os atingidos por barragens podem transmutar da condição passiva, de objetos a que são muitas vezes relegados, para a posição de sujeitos sociais. Resistindo aos projetos hidrelétricos, o MAB enfrenta ao mesmo tempo o sistema capitalista com seu caráter economicamente explorador, socialmente excludente, ideologicamente imperialista e colonizador e o modelo energético, que se apropria dos bens naturais e maximiza seus lucros, causando os mais diversos tipos de impactos.

Atualmente, o MAB está presente em 16 estados do Brasil e se articula com organizações de atingidos de outros países. Também se integra de forma orgânica à Via Campesina, composta pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), CPT, Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). O MAB interage com a Comissão Mundial de Barragens, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências multilaterais.

A bandeira do MAB, ilustrada a seguir, é resultado de um processo de construção coletiva. De acordo com documentos do movimento, os agricultores tiveram participação na escolha dos símbolos e das cores que estão na bandeira.

Figura 4 - Bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragens



Fonte: MAB, sem data. Disponível em: <<https://mab.org.br>>. Acesso em 02 de março de 2021.

Ao falar da bandeira, Benincá (2010) destaca que a torre e os fios ficam dentro e fora do mapa. Os fios tomam a direção Norte, dando a entender que a energia elétrica é um bem gerado aqui, mas beneficia quem não é daqui. O mapa, em verde, retrata uma nação idealizada sem problemas com desmatamento ou devastação da flora. Ao aparecer mergulhado na água, transmite-se a noção de um país que vai se afogando em barragens.

A torre alude claramente à implantação das hidrelétricas, em razão das quais uma pessoa é “crucificada”, ou seja, forçada a sair de seu território onde estão fixadas suas “raízes” e migrar, muitas vezes para as periferias das cidades. Este indivíduo, ao ter rosto indefinido, pode representar um número indeterminado de atingidos por barragens de diferentes etnias. Na torre

ainda se vê uma enxada e uma foice que simbolizam o trabalho na agricultura camponesa, projeto defendido pelo MAB.

As cores estampadas na bandeira trazem implícitamente a conjugação de diferentes ideias: de paz (branca), de preservação ambiental (verde e azul); de morte (preta); e de luta na perspectiva socialista (vermelha). Todos esses elementos simbólicos são características da identidade do MAB.

Foschiera (2009), ao discutir sobre a organização dos moradores locais afetados pela construção de barragens, destaca que cada uma delas e/ou cada região tem suas especificidades, além de possuir pontos comuns com o que ocorre em outras barragens e/ou regiões. Dentro das especificidades, podemos destacar que o momento da execução do projeto da barragem em que ocorre a formação do Movimento é muito variado, os mediadores e as referências políticas não são sempre as mesmas, as características sociais, culturais e econômicas da população afetada são diversificadas. A organização dos atingidos se dá em diferentes momentos do desenvolvimento dos projetos hidrelétricos, etc.

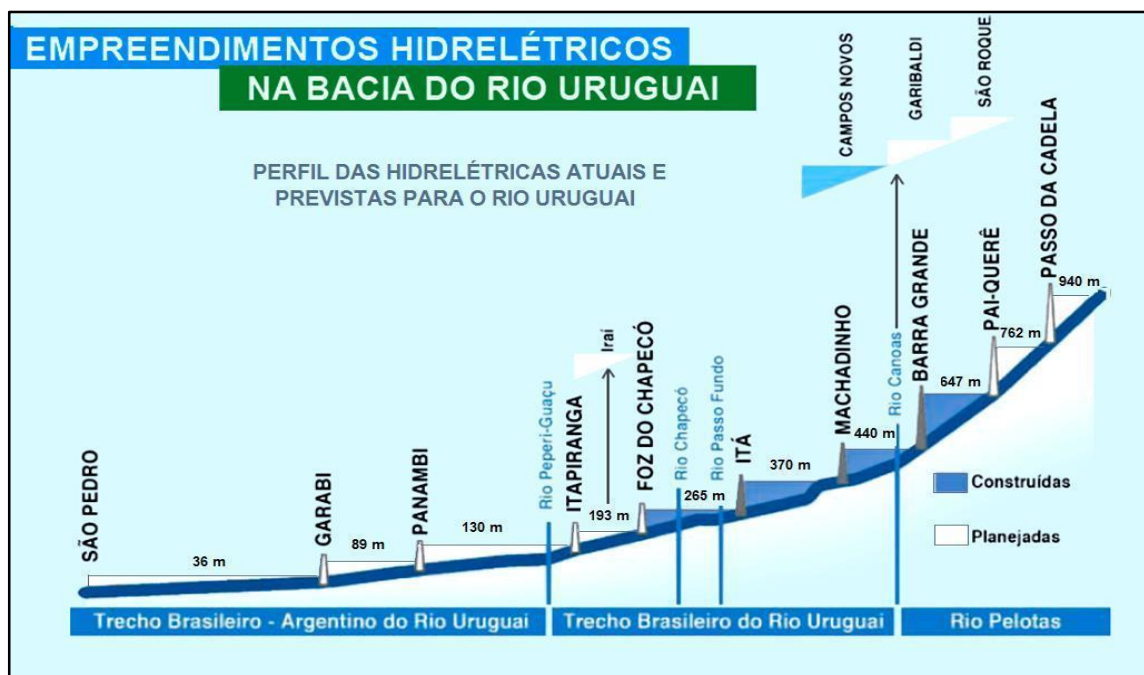
Em muitos lugares a resistência popular barrou a instalação de hidrelétricas, exemplo disso é a barragem de Itapiranga. Por mais de 30 anos o projeto de construção da barragem de Itapiranga tem sido pautado, mas sempre rejeitado pelos ameaçados e entidades regionais. A partir desse processo histórico, no próximo capítulo será apresentado o projeto da UHE Itapiranga, discutindo a organização e resistência das famílias ameaçadas e a consolidação do Movimento dos Atingidos por Barragens nesta região.

3 BARRAGEM DE ITAPIRANGA

O Rio Uruguai é formado pelo encontro do Rio Pelota com o Rio Canoas, que deságua na Bacia Hidrográfica do Prata, que por sua vez é formada pela união dos Rios Paraná e Uruguai, estendendo-se por três países: Brasil, Argentina e Uruguai. No total, o Rio Uruguai possui 2.200 km de extensão e divide os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Seu relevo acidentado, com vales e serras, torna o rio cobijado para a construção de hidrelétricas.

As primeiras barragens construídas na bacia do Rio Uruguai, Machadinho e Itá, foram autorizadas para a construção em 1982. Com as concessões em mãos da iniciativa privada, a partir da década de 1990 foram concluídas cinco UHEs no trecho brasileiro: Itá (1999), Machadinho (2001), Barra Grande (2006), Campos Novos (2008) e Foz do Chapecó (2010). Como pode ser visto através da figura abaixo, o projeto da barragem de Itapiranga, se for efetivado, transforma o rio Uruguai em território brasileiro em grandes lagos.

Figura 5 - Situação dos empreendimentos hidrelétricos na bacia do Rio Uruguai

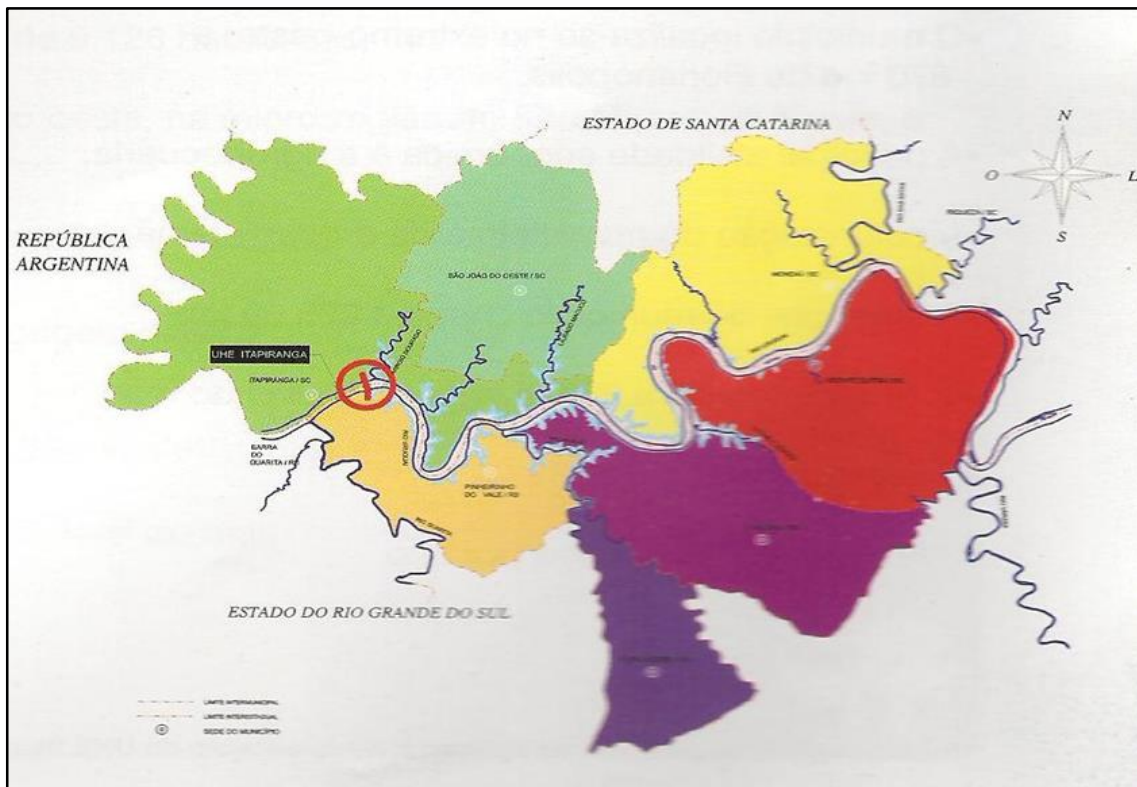


Fonte: Via Biodiversa, 2016. Disponível em <<http://viabiodiversa.blogspot.com/2016/08/projetos-de-hidreletricas-no-rio.html>>. Acesso em 05 de março de 2021.

A Barragem de Itapiranga foi um dos primeiros projetos a ser pensado para a bacia do Rio Uruguai que ainda não foi construído, pois ela já fazia parte de um amplo projeto de produção de energia dos anos 1970. Encontra-se projetada entre os municípios de

Itapiranga/SC, e Pinheirinho do Vale/RS, prevê um eixo de 560 metros de comprimento e 36 metros de altura, e um reservatório de 61 km² com 110 km de comprimento. A barragem atingiria nesse projeto os municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Mondaí no lado catarinense, além de Pinheirinho do Vale, Caiçara, Vicente Dutra e Vista Alegre no Rio Grande do Sul. A potência da usina está prevista para 724 MW, com técnica de construção de modelo de barragem a fio d'água.

Figura 6 – Projeto indicando a localização da barragem de Itapiranga



Fonte: Cartilha Desenvix (Norueguesa Statkraft), 2009, p.9.

A barragem no contexto da bacia do Rio Uruguai, com seu atual projeto, apresentado pela Engevix em 1992, seria a 5^a maior usina em produção de energia. O projeto inicial da barragem previa uma altura de 57 metros, com potência de 936 MW, mas no decorrer dos anos ele sofreu alterações por motivos econômicos e políticos. Diante disso, a diminuição do alagamento seria uma forma de justificar a construção.

Segue abaixo uma tabela com a relação das comunidades ameaçadas pela barragem de cada município através de levantamento feito pelo MAB.

Tabela 1 - Tabela dos municípios e comunidades ameaçadas pela barragem

01- ITAPIRANGA/ SC	04-SÃO JOÃO DO OESTE/SC	06-PINHEIRINHO DO VALE/RS
01- Sede Capela	01- Linha Fortaleza	01- Linha Capivara
02- Linha Chapéu	02- Linha Itacuruçu	02- Lageado União
03- Linha Santa Cruz	03- Linha Macuco	03- Linha União
04- Linha Santa Fé Alta	05-CAIÇARA/RS	04- Linha Barroso
05- Linha Santa Fé Baixa	01- Linha Mendes	05- Volta Grande
06- Linha Santa Fé	02- Linha João Correa	06- Linha Escola
07- Linha Dourado	03- Linha Moraes	07- Linha Escola II
08- Linha Cordilheira	04- Linha Barra Nova	08- L. Peixe Assado
09- Sede	05- Linha Ipuacu	09- Sede
02- MONDAÍ/SC	06- Linha Barra do Pardo	
01- Vila Catres	07- Boa Vista do Pardo	
02- Taipa Baixa	08- Linha Catres	
03- Mondaizinho	09- Sanga dos Catres	
04- Linha Uruguai	10- Linha Pescoço	
05- Linha Bonita	11- Linha Napoleão	
06- Linha Ervas	12- Lageado Napoleão	
03-VICENTE DUTRA/RS	13- Linha Rocha	
01- Linha Mendes	14- Linha Bonita	

02- Linha Caminhão	15- Linha Caixão do Pardo	
03- Sanga José	16- Linha João Pedro	
04- Linha Ervas	17- Linha Forquilhas	
05- Linha Taipas	18- Linha Matias	
06- L. Cabeceira das Ervas	19- Linha Sobra Dois	

Fonte: Arquivos do MAB, tabela adaptada pelo autor.

De acordo com Rocha, Pase & Locatelli (2014), entre os anos de 1980 e 1990, a ELETROSUL interessou-se pelo projeto de usina em Itapiranga e estava com liberdade para iniciar e acompanhar o projeto com autorização do Ministério de Minas e Energia. Devido à reação desfavorável da população local, a ELETROSUL abandonou o projeto nesse período, porém este sempre continuou nos planos do governo e das empresas, tendo várias tentativas de estudos na região nos anos 2000. Os estudos eram para identificar a alternativa econômica e social mais viável em relação ao empreendimento.

A aneel, em novembro de 2008, através de despacho nº 4.273/08, autorizou a empresa Desenvix a realizar o estudo de viabilidade técnica, econômica e socioambiental da usina de Itapiranga. Este estudo teve como escopo, a partir da avaliação do potencial do impacto da obra, realizar a análise e a comparação dos projetos de expansão da oferta de energia hidrelétrica, levando em conta os aspectos ambientais e socioeconômicos. Os indicadores utilizados para analisar e avaliar os potenciais impactos causados por usinas hidrelétricas são selecionados a partir de verificações dos principais danos associados a esse tipo de empreendimento. (ROCHA, 2014, p.179)

Após esses estudos, a empresa Desenvix teve dificuldade de continuar o projeto. Em julho de 2010, o Ministério Público Federal-MPF instaurou inquérito civil público para fiscalizar e exigir o cumprimento das normas ambientais na construção da barragem de Itapiranga. O inquérito foi motivado pelo MAB e pela comissão interestadual dos municípios atingidos. Em 2012, depois de várias recomendações feitas para o IBAMA sobre os estudos da barragem de Itapiranga, os quais não foram cumpridos, o MPF determinou a suspensão do processo de licenciamento ambiental da barragem.

Em abril de 2014, foi realizada uma audiência pública convocada pela Justiça Federal de São Miguel do Oeste, Ministério Público Federal e IBAMA, para discutir a ação civil pública que suspendia a mais de 2 anos o processo de licenciamento ambiental da barragem. O objetivo

foi ouvir a sociedade, entidades, prefeitos, vereadores, comerciantes, lideranças religiosas, sindicais e movimentos sociais sobre a posição frente à construção da barragem prevista há mais de 30 anos. Todas as entidades presentes pediram o cancelamento definitivo da barragem e os mais de 20 depoimentos apresentados na audiência foram colocados nos autos da Ação Civil Pública. Em 2017 a Desenvix desistiu do estudo de viabilidade de Itapiranga, o que mostra o jornal de circulação local:

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Superintendência de Concessões e Autorização de Geração, emitiu o despacho nº1.265 de 8 de maio de 2017, inativando a empresa Desenvix Energias Renováveis S.A, com a desistência formal da própria empresa que tinha autorização para realizar os Estudos de Viabilidade da UHE Itapiranga, com potência prevista de 724.600 kW, localizada no rio Uruguai, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A decisão foi publicada no dia 10 de maio de 2017 no Diário Oficial (seção 1, p. 50, v. 154, n. 88). (Jornal Expresso do Oeste, 2018, apud MAB, 2018)

A notícia sobre a desistência da empresa em realizar os estudos foi comemorada na região. Segundo o jornal, para o MAB a desistência da Desenvix é fruto da luta de resistência contra a barragem e a denúncia do movimento na fraude dos estudos ajudou a cancelá-los.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Plano Decenal 2022-2026 prevê a construção da barragem de Itapiranga, porém está aguardando posição do órgão ambiental responsável para dar continuidade ao projeto. Diante disso, a população continua a vivenciar incertezas sobre seu futuro, mas segue resistindo ao projeto.

Antes de falar do histórico da região, bem como sua caracterização cultural e social, será feita uma apresentação comparativa sobre a noção de desenvolvimento entre a barragem Foz do Chapecó, já construída, e o que os ameaçados pela barragem de Itapiranga entendem por desenvolvimento nessa região, um debate econômico que é também muito utilizado pelas empresas construtoras de barragens para legitimar a obra.

3.1 Os diferentes discursos sobre “desenvolvimento” UHE Foz do Chapecó e UHE Itapiranga

Na implantação de hidrelétricas o debate sobre desenvolvimento é um dos elementos que norteiam e justificam a execução da obra. Nesse sentido este tópico visa analisar o processo de implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó e o processo de tentativa em construir a Usina Hidrelétrica de Itapiranga, ambas localizadas no Rio Uruguai, entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo é analisar de certa forma os dois projetos, em especial a concepção de desenvolvimento empreendida por cada uma. Serão apresentadas brevemente

as diferentes visões do desenvolvimento enquanto discurso no processo de implantação das barragens na região. O objetivo é destacar como a noção de desenvolvimento é compreendida em cada uma delas, no caso de uma obra construída e outra em que os atingidos resistem e lutam contra.

Segundo Foucault (1996), a ideia de discurso sempre se produz em razão de relações de poder.

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.8)

Revel (2005) apresenta a designação do discurso por Foucault:

O discurso designa, em geral, para Foucault, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente lingüísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinada (por exemplo, a grande separação entre razão/desrazão): a "ordem do discutir o" própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas (REVEL, 2005, p.37)

Uma prática muito comum no processo de construção de hidrelétricas é o uso de estratégias para minimizar a complexidade da construção da hidrelétrica. O uso do discurso do desenvolvimento, muito reproduzido pelas empresas, pelo governo e agentes envolvidos, fez parte do processo que implantou a construção da hidrelétrica Foz do Chapecó.

É importante destacar a noção de desenvolvimento que é feita na propaganda. Segundo Locatelli (2014), o desenvolvimento sob todas as suas formas é em essência uma atividade espacial. E o desenvolvimento capitalista tem como pré-condição a oferta crescente de recursos naturais, entre eles a energia, para suprir uma demanda também crescente impulsionada pela própria lógica do sistema.

Para Cervinski (2010), desde o anúncio dos primeiros planos de barragens na região, o discurso oficial dos governos, das empresas e de seus apoiadores foi de que “as hidrelétricas trariam progresso e desenvolvimento para a região”. Este discurso foi e tem sido a justificativa ideológica para a concretização destes projetos. Geração de emprego, risco de ‘apagão’, diminuição das tarifas, melhoria de vida do povo da região, turismo, royalties, são algumas das propagandas utilizadas publicamente para convencer a população.

Foi dessa forma que a empresa e o governo construíram um senso comum na região, principalmente para aqueles que não seriam atingidos diretamente pela usina. Esse processo conquistou a sociedade local e grande parte dos prefeitos dos municípios afetados. Parte da população atingida organizada no MAB questionava esse processo, mas foram vencidos pelo debate do dito “desenvolvimento”.

Segundo Baron & Renk (2012), a noção convencional de desenvolvimento é consolidada em todo o mundo. Quem se opõe a essa concepção ideológica é tachado de atrasado, que é o caso do movimento dos atingidos por barragens. Com este modelo de “desenvolvimento” onde se usa alta tecnologia e produção em grande escala, os agricultores ribeirinhos são chamados de “atrasados”. Portanto, nessa visão do que é desenvolvimento, se justifica a retirada dos mesmos para a construção das barragens e o êxodo rural é visto como algo natural, pois também já ocorreu o mesmo fenômeno nos países ditos “desenvolvidos”.

Nesse sentido, Locatelli (2014) destaca as diferentes forças que emergem nesse processo.

[...] No caso das barragens apontam os autores, duas racionalidades “com forças desiguais” emergem dessa luta em um único cenário de conflito: das comunidades locais, na qual o território é inseparável da própria existência, a modos de se construir enquanto indivíduo e grupo, e do setor elétrico, que tende a ver esse espaço como propriedade, logo passível de representação monetária. (LOCATELLI, 2014, p.117)

No site da empresa se encontra a imagem abaixo com a frase destacada como propaganda. Nesse caso cabe a pergunta: energia e desenvolvimento para que? E para quem?

Figura 7 - Usina hidrelétrica Foz do Chapecó



Fonte: Foz do Chapecó Energia S.A., sem data. Disponível em: < <http://www.fozdochapeco.com.br>>. Acesso em 08 de abril de 2021.

Cervinski (2010) destaca o significado de “desenvolvimento” como um maior aumento dos lucros das empresas.

Antes de construir as barragens houve promessas de emprego, desenvolvimento, progresso. Na verdade, estas promessas têm sido uma grande mentira divulgada pelas empresas, pelos governos e por todos os defensores deste modelo, inclusive os próprios municípios caem com frequência nestas promessas. O verdadeiro significado do “desenvolvimento” nada mais é que a busca de altas taxas de lucro para as empresas privadas, através da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. (CERVINSKI, 2010, p.17)

Segundo Locatelli (2014), se crescer economicamente é um imperativo que perpassa o colonialismo e a modernidade e ter energia é a condição essencial desse imperativo, do ponto de vista do paradigma de desenvolvimento vigente parece não haver muito espaço para discussão sobre suas premissas, pois isso implica não apenas discutir o modelo de desenvolvimento, mas o próprio modo de produção capitalista.

Rocha (2012) destaca que as populações locais tendem a arcar com os efeitos negativos desses projetos que são pautados pela lógica do desenvolvimento.

O Brasil ampara suas decisões principalmente na necessidade de energia em vista do PAC, em que temer como “crescimento”, “progresso”, e “desenvolvimento”, são mencionados como sinônimos de uma política dirigida pelo estado e o capital privado visando o interesse da maioria da população do país, muitas vezes diminuindo o fato de que as populações locais tendem a arcar com os efeitos negativos desses projetos. De qualquer forma, os empreendedores não encontram maiores dificuldades para justificar seus projetos através da idéia de “desenvolvimento” que é difundido genericamente como sinônimo de “progresso”, “melhoria de vida” e como um caminho inevitável (ROCHA, 2012, p.30)

Para Spezzato (2012) o discurso da mídia local estava atrelado aos interesses da empresa, pois o jornal no qual desenvolveu sua pesquisa tinha negócios com a empresa. A grande maioria das matérias publicadas no processo de implantação da usina Hidrelétrica Foz do Chapecó se deu no campo do econômico, enfatizando o valor investido na obra, as compensações e a geração de emprego. Destaca ainda que o imaginário local, a partir das publicações do *Jornal Expresso do Oeste* (apud MAB, 2018), teve uma tendência muito grande a ser formado por um viés econômico. Em sua pesquisa o autor apresenta que de cada 10 matérias publicadas pelo jornal investigado, 3 eram de caráter ambiental e 5 eram de âmbito social.

Na esfera do estado, segundo Locatelli (2014), do ponto de vista discursivo a análise agregada de materiais de comunicação produzidos pelas organizações do estado nas esferas federal, estadual e municipal possibilita identificar diversos enquadramentos e argumentos, que se enquadram e configuram o que se está denominando de matrizes cognitivas

desenvolvimentistas, que sempre realçam aspectos positivos desses processos, e criticam quem procura desvelar seus impactos, distorções e omissões.

Na fase do licenciamento prévio da UHE Foz do Chapecó prefeitos da região reuniram-se com representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) reivindicando que o licenciamento fosse conduzido “de forma bastante madura e até de maneira definitiva, no sentido de conceder essa licença ambiental de instalação”, pois, ainda no entendimento dos representantes do poder público, a hidrelétrica em questão seria “promotora do desenvolvimento para nossa região, uma vez que também a geração de energia deverá incrementar a renda dos nossos municípios, como Royalties, e também por ser uma obra aguardada a algum tempo” (ROCHA, 2012, p.31)

Para os prefeitos, além de aumentar a capacidade energética do país, o desenvolvimento vai ocorrer com incremento dos Royalties, valor repassado aos municípios atingidos, aos estados e à União. Existia uma expectativa muito grande desses prefeitos em aumentar a renda dos municípios, porém eles não consideraram os prejuízos que poderiam ter com a diminuição de população e das atividades desenvolvidas na área atingida.

A compensação para os municípios, estados e União pode ser observada pela tabela abaixo, que demonstra a distribuição mensal do ano de 2014 (ano em que foram repassados cerca de R\$ 27.813.057,67).

**Tabela 2 - Compensação financeira da usina devedora Foz do Chapecó:
pagamentos realizados**

PAGAMENTO	GERAÇÃO(MWh)	CMPFRH	COMPETÊNCIA	MULTA	TOTAL RECEBIDO
17/12/2014	528.929,92	R\$ 2.851.580,21	10/2014		R\$ 2.851.580,21
19/11/2014	482.367,29	R\$ 2.600.550,57	09/2014		R\$ 2.600.550,57
20/10/2014	441.310,60	R\$ 2.379.204,72	08/2014		R\$ 2.379.204,72
19/09/2014	557.421,41	R\$ 3.005.184,22	07/2014		R\$ 3.005.184,22
19/08/2014	482.770,70	R\$ 2.602.725,47	06/2014		R\$ 2.602.725,47
21/07/2014	472.390,25	R\$ 2.546.762,11	05/2014		R\$ 2.546.762,11
18/06/2014	417.335,24	R\$ 2.249.948,20	04/2014		R\$ 2.249.948,20
20/05/2014	363.104,46	R\$ 1.957.577,86	03/2014		R\$ 1.957.577,86
22/04/2014	252.333,54	R\$ 1.360.386,89	02/2014		R\$ 1.360.386,89
24/03/2014	416.648,92	R\$ 2.246.248,05	01/2014		R\$ 2.246.248,05
19/02/2014	328.626,20	R\$ 1.673.652,17	12/2013		R\$ 1.673.652,17
20/01/2014	459.315,65	R\$ 2.339.237,18	11/2013		R\$ 2.339.237,18
TOTAL 2014	5.202.554,17	R\$ 27.813.057,67		R\$ 0,00	R\$ 27.813.057,67

Ano de 2014, valores distribuídos aos beneficiários da UHE-Foz do Chapecó

Fonte: ANEEL, sem data. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial>>. Acesso em 15 de abril de 2021.

Ao buscar dados de seu faturamento, constatou-se que a UHE Foz do Chapecó está vendendo 30% de sua energia em contrato bilateral a um preço médio de R\$ 222,00 o MW. Então, se for feito o cálculo dos 432MW que ela produz de energia firme, ela está vendendo no contrato bilateral cerca de 115 MW médios de energia. Então 115MW x 222, calculado por hora, dia e ano, gera um valor aproximado de R\$ 223 milhões de lucro com o contrato bilateral por ano. Em busca dos 70% restantes da energia vendida, não foi possível conseguir a fonte dos leilões realizados, nem dos possíveis valores pagos.

Através de leituras do site do MAB, verifica-se que com o avanço do capital privado a energia passou a ser uma mercadoria como tantas outras, possível de ser comprada e vendida pelo preço que interessasse aos capitalistas. A natureza se tornou mercadoria a ser explorada para gerar lucros. Os atingidos foram percebendo que a luta pelos direitos só se concretiza ao ser feita com o questionamento à construção das hidrelétricas e ao modelo energético de forma geral. As empresas privadas, além de construírem as hidrelétricas com o único interesse de gerar lucro, também criminalizam todos que questionam o modelo e lutam por seus direitos.

Os discursos de progresso, modernização e evolução econômica foram estratégias comunicativas para legitimar o regime e também consolidar na sociedade a importância de executar os projetos propostos. Além disso, tratava-se de um discurso falso deste período, pois o país estava com grandes dificuldades econômicas.

É o que pode ser visto na cartilha da empresa interessada em construir a barragem de Itapiranga:

“A UHE Itapiranga vai contribuir com o desenvolvimento do País por meio da geração de energia e também vai permitir o maior desenvolvimento da região onde está inserida. [...] Durante a obra deverá injetar na economia da região abrangida grande quantidade de recursos financeiros e irá provocar o aumento de demanda dos mais variados serviços. [...] Principais benefícios:
 - Criação de novos postos de trabalho;
 - Aumento na arrecadação de impostos e royalties para os municípios atingidos;
 - Diversos programas de desenvolvimento econômico para os municípios;” (Cartilha Desenvix (Norueguesa Statkraft), 2009, p.9)

Mas a noção de desenvolvimento para ameaçados pela barragem de Itapiranga é o desenvolvimento sem barragem. Segundo o MAB em conjunto com os municípios ameaçados, realizou-se um levantamento econômico da área que poderia ser alagada com a construção da usina. Segue resultado do levantamento realizado pelo MAB e prefeituras.

A região ameaçada pela barragem de Itapiranga envolve municípios com base na agricultura familiar. No ano de 2009, foi realizado um estudo econômico de todos os municípios atingidos e, segundo dados da Secretaria da Agricultura de Pinheirinho do Vale, o retorno da barragem chegaria a cerca de R\$36 milhões, sendo que o município arrecadou mais de R\$100 milhões naquele ano. Isto significa que a construção deste empreendimento, geraria prejuízos significativos para as atividades econômicas de toda a região (agricultura e indústria), além de enorme destruição socioambiental. (MAB, 2019)

Outro estudo que apresenta uma perda econômica para a região, caso a barragem for construída é de Rambo (2019). Ele levantou dados econômicos do município de Itapiranga/SC e de suas comunidades que seriam atingidas.

Abaixo seguem duas tabelas, uma do movimento econômico dos 19 municípios da AMEOSC (Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina), e outra do movimento agropecuário das comunidades de Itapiranga. O município tem o maior movimento econômico da região, com um crescimento de 3,66% em 2018.

Tabela 3 - Movimento econômico dos municípios da AMEOSC

MUNICÍPIO	TOTAL
Itapiranga	840.729.987,33
São Miguel do Oeste	772.369.127,06
Mondaí	503.868.323,20
Guaraciaba	482.905.320,57
São João do Oeste	384.943.520,12
Iporã do Oeste	342.046.273,58
São José do Cedro	313.009.303,48
Dionísio Cerqueira	257.522.593,60
Tunápolis	249.720.330,47
Descanso	246.428.092,54

Palma Sola	236.428.092,54
Guarujá do Sul	140.250.016,10
Anchieta	131.936.822,82
Paraíso	100.357.434,46
Santa Helena	88.428.926,89
Princesa	83.449.573,35
Belmonte	65.004.677,28
Bandeirante	57.822.988,52
Barra Bonita	41.761.088,79

Fonte: RAMBO, 2019. Tabela adaptada pelo autor.

Tabela 4 - Movimento agropecuário das comunidades de Itapiranga/SC

LOCALIDADE	2017	2018
SEDE CAPELA	35.041.168,09	36.032.389,08
PRESIDENTE BECKER	28.604.963,74	29.085.005,99
SANTA FÉ ALTA	24.809.102,74	26.492.385,06
POPI	25.589.231,58	25.392.858,68
COTOVELO	22.305.367,07	24.025.880,17
SANTA CRUZ	18.353.239,21	22.901.467,00
COQUEIRO	19.498.677,49	21.097.623,64
SANTO ANTONIO	16.690.314,20	17.344.354,47
SANTA ISABEL	13.528.436,28	16.790.096,94
CONCEIÇÃO	15.811.941,96	16.734.160,87
SANTA FÉ BAIXA	15.679.791,39	16.723.250,74
BELEZA	17.305.568,01	16.378.844,56
CHAPÉU	13.826.072,35	14.257.204,40
DOURADO	9.989.640,27	11.990.294,25
APARECIDA	9.617.581,70	11.838.569,82
LARANJEIRA	9.567.388,59	10.643.424,18
SÃO LUDGERO	10.262.602,52	10.015.893,78
SÃO SEBASTIÃO	9.873.237,93	9.547.109,33
SOLEDADE	9.980.769,91	7.829.713,29
MARIA GORETTI	8.136.213,99	7.573.799,22
RIKIA	4.720.369,82	5.078.748,48
CORDILHEIRA	6.133.921,67	4.816.975,98
DOIS SALTINHOS	4.100.407,07	4.639.405,16
BAU	3.640.776,27	3.729.070,16
GLORIA	3.534.185,80	3.306.304,44
SANTA TEREZA	1.424.921,93	1.761.776,25
GUABIROBA	1.068.387,91	1.104.407,08
ESCONDIDA	375.264,27	431.642,00
CHACARA	349.234,78	174.924,66
RUA CABO PEDRO	6.575,00	4.640,00
RUA SÃO BONIFÁCIO	550,00	670,00
TOTAL	R\$ 359.825.903,54	R\$ 377.742.889,68

Fonte: RAMBO (2019).

É importante destacar que a comunidade de Sede Capela, que aparece com maior retorno econômico, é uma das ameaçadas pela construção da barragem. Segundo os dados apresentados acima ela representa aproximadamente 9,53% do movimento econômico total de Itapiranga.

Através desses dados é possível perceber que o discurso do desenvolvimento nessa região é contestado, deixando as empresas e o próprio governo sem condição de legitimar a implantação da obra com o argumento de que a barragem traria desenvolvimento para a região.

Mais adiante será apresentado estudo feito do levantamento econômico de todos os municípios ameaçados e também o posicionamento da população em relação a esse tema econômico. O que pode ser observado até o momento é que esse discurso utilizado pelas empresas na perspectiva do desenvolvimento que foi usado em vários locais para legitimar a construção da barragem, na região de Itapiranga passa a ser contestado.

3.2 Breve histórico da região de Itapiranga: os povos indígenas, caboclos e a colonização com sua caracterização social e cultural da região

Ao descrever o processo histórico da região de Itapiranga, é importante destacar os cuidados que devem ser tomados ao falar da história dos municípios originados do processo de fundação de colônias. Para Zarth (2016), o processo de colonização é visto como progresso, enquanto os indígenas e caboclos são apenas mencionados e não fazem parte desse processo.

Os textos tradicionais sobre a história dos municípios originados do processo de colonização produziram a idéia de que tudo começou com a fundação das colônias, numa espécie de mito fundador. As histórias locais, geralmente, se dividem entre antes e depois da colonização. Ainda que os povos indígenas e caboclos sejam mencionados, a fundação das colônias sempre aparece como ponto de inflexão na história e associada à ideologia do progresso e do pioneirismo. O próprio site oficial da Mesorregião Fronteira do Mercosul na Internet também enfatiza a versão dos colonizadores sobre a história regional, afirmando que a identidade histórica da região está relacionada com os imigrantes europeus no Sul do Brasil: (ZARTH, 2016, p.14)

Segundo Radin (2016), às ideias de progresso e de civilização ou de sua ausência, difundidas principalmente no final do século XIX e na primeira metade do século seguinte, perpassaram o processo de colonização da fronteira sul. A região, em geral ocupada por indígenas e caboclos, era representada de forma a se evidenciar a falta de progresso e de civilização.

As imagens da extensa floresta, do modo de trabalhar das populações locais, do pouco aproveitamento econômico, das poucas e pequenas lavouras existentes, entre outras, eram usadas para explicar o atraso, o abandono, a inércia em que se vivia. Aos olhos dos governantes

e de formadores de opinião, desejava-se superar tal realidade. Essas percepções provocavam tensões entre os grupos que tradicionalmente habitavam a região e os que nela passaram a residir, especialmente pela contraposição de seus diferentes modos de vida.

De acordo com Radin (2016), o processo de colonização foi o grande responsável pela espoliação dos indígenas e dos caboclos. Na disputa entre “os de fora” e “os estabelecidos”, os colonizadores se impuseram.

3.2.1 Os Povos Indígenas

Na região do projeto da barragem de Itapiranga não existem atualmente áreas indígenas. No município de Vicente Dutra/RS moram várias famílias de caingangues, mas a área não é diretamente ameaçada pela barragem. A partir das pesquisas realizadas, é possível observar que existem nas margens do Rio Uruguai, nessa região de Itapiranga, um grande número de sítios arqueológicos de ocupação indígena.

As informações desses sítios arqueológicos são descritas por Roque Jungblut, Mirian Carbonera, Alfredo Rohr e outras referências bibliográficas que estudaram sobre o assunto. Outras informações e materiais analisados encontram-se no Museu Comunitário Almiro Theobaldo Muller de Itapiranga, salvaguardado no Instituto Anchieta de Pesquisas, também no Museu do Homem do Sambaqui.

Segundo Carbonera (2021), as pesquisas na região iniciaram ainda na década de 1940, com o Padre Balduído Rambo, catedrático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estimulando os estudantes do Instituto de Assistência e Educação São Pedro Canísio - localizado em Sede Capela, município de Itapiranga, esse instituto depois tornou-se a Escola Agrícola São José - a reunir na instituição os vestígios arqueológicos encontrados pelos familiares. Estes objetos estão salvaguardados no Instituto Anchieta de Pesquisas, em São Leopoldo/RS e no Museu do Homem do Sambaqui “Pe. João Alfredo Rohr”, mantido pelo Colégio Catarinense em Florianópolis/SC.

Ainda de acordo com Carbonera (2021), devido à riqueza dos materiais encontrados na região de Itapiranga, na década de 1950, o Padre Pedro Ignácio Schmitz, arqueólogo e fundador do Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, publicou o primeiro artigo que se conhece para a região do Alto Rio Uruguai, apresentando dados dos sítios arqueológicos guarani registrados nas terras do Pré-seminário São Pedro Canísio. Schmitz apud Carbonera(2021) descreveu principalmente fragmentos de cerâmica com diferentes tipos de acabamento de superfície,

sepultamentos em urna, manchas de terra preta, além de machados polidos, mãos-de-pilão e pontas de flecha.

A autora ainda destaca que depois foi a vez do Padre João Alfredo Rohr visitar o extremo oeste catarinense, entre abril e junho de 1966, em “viagem de prospecção de sítios arqueológicos custeada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)” (ROHR, 1966, p.21). Rohr realizou o registro de sítios arqueológicos especialmente às margens do rio Uruguai, além de algumas escavações, já que muitos deles vinham sendo impactados em decorrência de atividades agrícolas e olarias. Ele registrou um total de 53 sítios arqueológicos, a grande maioria relacionados aos ceramistas guarani e à cultura altoparanaense. A identificação dos sítios era feita por siglas: SC=Santa Catarina; U=rio Uruguai; 1-53 número do sítio na ordem do levantamento feito (ROHR, 1966). O Padre Rohr teve um papel importante na conscientização da população local para a preservação dos sítios arqueológicos.

“[...] passamos a fazer intensa campanha de esclarecimento pelo rádio, por conferências e palestras, evidenciando que o patrimônio cultural do Município estava sendo leviana e irreparavelmente delapidado. Conseguimos induzir as autoridades locais a fundar um Museu Arqueológico Municipal, ao qual serão recolhidos todos os artefatos indígenas, acaso encontrados nas roças, nos campos e nos pastos. Provisoriamente o Museu tem como sede a Caixa Rural, sendo o gerente da Caixa, Sr. Wilibaldo Stuelp, a alma do Museu incipiente” (ROHR, 1966, p. 28).

O Museu concretizou-se no final da década de 1970 e salvaguarda uma coleção arqueológica que representa os sítios dessa região. Segundo Carbonera (2021), com os trabalhos de campo feitos recentemente, a maioria dos sítios foram localizados e também foram encontrados novos sítios, o que aumenta de maneira significativa a quantidade de sítios para este município.

Devido a visitas na região de Itapiranga, em atividades do movimento na comunidade de Sede Capela, o comunitário apresentou achados em sua propriedade de restos de cerâmica, carvão e pedras que impressionam pela quantidade. Abaixo foto de alguns fragmentos de cerâmica que foram encontrados na lavoura ao arar a terra para plantio.

Figura 7 - Fragmentos de cerâmica encontradas na lavoura



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Para Arsélio Mossmann (2018), morador da comunidade de Sede Capela Itapiranga, se o povo não tivesse lutado contra a barragem, toda essa riqueza cultural e arqueológica estaria embaixo da água.

No Museu Almiro Theobaldo Müller de Itapiranga, encontram-se algumas peças e conjunto funerário encontrados na região, conforme imagem abaixo.

Figura 8 - Urnas funerárias e peças arqueológicas



Fonte: Portal de turismo de Itapiranga, sem data. Disponível em: <<https://turismo.itapiranga.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/7211>>. Acesso em 09 de março de 2021.

Segundo o relatório do Projeto de Recadastramento de Sítios Arqueológicos das Mesorregiões Oeste e Planalto de Santa Catarina (PRESASC) volume II, a quantidade de sítios a serem recadastrados no município de Itapiranga e relacionados pelo IPHAN alcançou a quantidade de 70 sítios arqueológicos, número que aumentou depois dos dados coletados anteriormente.

Através desses dados citados acima é reforçada a importância da história indígena na região Sul, pois segundo Lino (2016) essas populações muitas vezes haviam sido esquecidas por parte da história tradicional:

[...] Podemos constatar que a maior parte da história da trajetória humana na região é do ponto de vista cronológico composta pelo que denominamos de “pré-história”, ou seja, por um período de tempo que antecede a chegada dos primeiros povoadores europeus nestas terras. Por si só, esta conclusão já nos coloca a importância de conhecermos esta parte da nossa história, mas não é só isso. De fato, estamos tratando da história dos primeiros habitantes de todo o continente americano, com contribuições culturais muito importantes, apesar de que por muito tempo tenham sido esquecidos e alijados da história regional tradicional, que estava ocupada com a exaltação do modelo preferencial de colonização de origem europeia, reproduzindo as concepções eurocêntricas instaladas a partir da chegada de Cristóvão Colombo e sua frota em 1492. Por estas e outras razões, o objetivo primordial é colocar os povos indígenas de ontem e de hoje, na história do Sul do Brasil de modo geral, compondo juntamente com outros sistemas de povoamento o quadro humano que vemos hoje. (LINO, 2016, p.92)

De acordo com o pesquisador Francisco Noelli apud Lino (2016), houve três diferentes levadas migratórias em tempos pré-históricos para o território sul do Brasil: (1) os primeiros povoadores humanos, formados por grupos caçadores-coletores nômades; (2) povos de matriz linguística jê e; (3) povos de matriz linguística tupi-guarani. De acordo com dados da Funai (Fundação Nacional do Índio), existem hoje aproximadamente 40 terras indígenas no sul do Brasil, algumas demarcadas, outras ainda em processo de demarcação. Dos cerca de 30 mil índios do sul do Brasil, a maioria é formada pelos caingangues, e em menor número, por indivíduos das etnias guarani, xoclengue e charrua.

Segundo Lino (2016) os povos indígenas continuam sua marcha pelo território. Vítimas do espólio, do extermínio e do etnocídio causado pelo processo de conquista colonial europeia, ainda hoje lutam por parcelas de seus territórios originais, sofrendo com o preconceito da sociedade de modo geral, além dos desafios para resolverem seus problemas internos resultantes dos novos tempos e dos contatos interculturais que transformam continuamente as culturas tradicionais.

Diante disso é importante destacar que atualmente existe uma ofensiva sobre esses povos. As sociedades indígenas, de modo geral, estão incluídas dentro de minorias étnicas, sofrendo genocídio e etnocídio em mais de cinco séculos. Atualmente, o Estado e suas políticas de desenvolvimento continuam o processo histórico de esbulho dos minguados territórios indígenas.

3.2.2 *Os caboclos*

Para Jaci Poli (2006), que apresenta um estudo sobre os caboclos no Oeste de Santa Catarina, entendê-los é fundamental; lembrá-los torna-se uma obrigação iniludível e estudá-los, uma necessidade histórica. Ainda segundo o autor, quase sempre pobres, raramente proprietários das terras que exploravam, estes caboclos desbravaram os sertões, embora, via de regra, seja menosprezada a importância de sua contribuição, por terem uma filosofia de vida divergente com a dominante nas atuais comunidades.

Para Poli (2006) o caboclo foi o desbravador do oeste catarinense:

Quando se pesquisa o contingente populacional formador das primeiras comunidades do oeste catarinense, percebe-se uma predominância marcante de luso-brasileiros, pouco conhecidos, aos quais aplica-se hoje a denominação de caboclos. Os levantamentos feitos, tanto nos registros eclesiásticos como nos cartoriais, pelos pós-

graduados do curso de história (convênio UFSC/FUNDESTE) que remontaram às épocas mais antigas de vários municípios do oeste catarinense, constataram que comunidades, hoje com populações preeminente alemã ou italiana, receberam, no seu início, o aporte étnico luso-brasileiro. (POLI, 2006, p.150)

Ainda segundo Poli (2006) o estudo da evolução demográfica do Oeste Catarinense permite deduzir que, na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas.

De acordo com Picoli (2012), tanto o processo de territorialização dos colonos do Alto Uruguai catarinense, como quase todo o processo de construção de território e de identidade, não se deu sem enfrentamentos e fricções interétnicas. Ele aborda ainda sobre a questão dos caboclos que habitavam a região, que segundo o relatório de terras e colonização de 1917 da diretoria, já demonstrava certa preocupação em relação à ação das colonizadoras contra os habitantes locais.

Já segundo Jungblut (2000), no ano de 1922 ao ocupar a região de Itapiranga, os colonizadores encontraram habitantes de etnia diferente. Alguns eram parecidos com índios, outros eram bastante morenos, genericamente eles mesmos se denominavam de caboclos ou brasileiros. Havia centenas de famílias dessas que residiam nos dois lados do Rio Uruguai. Para o autor, os colonos tinham consciência que não eram donos das terras e por isso não reagiram ao serem desalojados. Poucos foram indenizados e ainda, segundo ele, nenhum conflito ou crime foi registrado no processo de ocupação das terras em Porto Novo.

Ao comentar sobre o relacionamento dos caboclos com os alemães, o autor descreve:

Para o alemão, todo caboclo é do grupo étnico Neger ou seja negro. Durante os primeiros anos, até por volta de 1980, os negros ou caboclos eram encarados pelas mulheres e crianças como estrupadores, ladrões e criminosos. Tal preconceito racial era, em parte ainda é, infiltrado nas crianças desde os primeiros anos de vida quando se lhes inculcia temor alertando-as de uma terrível ameaça: “Ein Neger Kommt”- vem vindo um negro ou caboclo!. qualquer roubo que acontecia em alguma propriedade era quase que natural atribuí-lo a algum negro ou caboclo, mesmo que não se tivesse prova alguma. (JUNGBLUT, 2000, p.69)

Os caboclos eram tratados com diversos atributos raciais: de inferioridade, de trabalho mal feito e outros. Mas como as colônias de Porto Feliz e Porto Novo foram reservadas para católicos e evangélicos, os Alemães foram tomando os espaços dos caboclos.

Segundo Radin (2016) as colonizadoras até ofereciam as terras aos caboclos, entretanto, sob condições impagáveis. Como a política das empresas era para que comprassem ou

deixassem o local, o “não sair” significava o uso da violência e muitos caboclos optavam por migrar para regiões onde a fronteira agrícola estivesse em fase de expansão, ou para regiões mais acidentadas, que não interessavam aos colonizadores.

A partir dos anos 70, conforme Jungblut (2000), a condição do caboclo melhorou, porém financeiramente continuou marginalizada e até mesmo desafortunada. Os caboclos formam um povo à parte dentro da população alemã. Eles se visitam, se ajudam e preferem não se misturar com os alemães, pois a rejeição parece ser recíproca.

3.2.3 A Colonização

Para entender o processo de colonização da região, principalmente de Itapiranga, é preciso contextualizar como originou-se esse grupo colonizador. Segundo Franzen & Mayer (2016), as colonizações pensadas a partir do Rio Grande do Sul que motivaram a fundação das colônias Serro Azul e Porto Novo, tiveram suas origens no ano de 1849, quando os jesuítas da Alemanha aceitaram vir para o Rio Grande do Sul para dar assistência aos alemães que já estavam ali aos milhares, a contar de 1824.

No ano de 1872 os jesuítas foram expulsos da Alemanha, vindo trabalhar no sul do Brasil. Com o aumento do número de religiosos, esse evento também trouxe pessoas altamente instruídas e capazes para ajudar as colonizações alemãs do Rio Grande do Sul. O primeiro passo foi o de buscar o mínimo de organização social e assistencial, quais sejam estruturar o ensino e a religião. Ambas as questões passaram de inexistentes a satisfatórias até por volta do ano de 1895. Depois de 50 anos que os jesuítas já estavam assentados no Rio Grande do Sul, foi possível criar as primeiras associações entre os descendentes de europeus, sendo as primeiras iniciativas colocadas em prática a partir de 1898, na região da velha e grande São Leopoldo.

De acordo com os autores, no ano de 1900 foi fundado em São José do Hortêncio, através do padre Theodor Amstad, o *Bauernverein* - associação de agricultores, centrada na assistência técnica e econômica, na busca de novas fronteiras de colonização, no associativismo, cooperativismo comercial e bancário. A falta de terra para novas famílias era grande nesse período no qual a associação poderia dar conta de realizar essa tarefa, porém em 1910 a *Bauernverein* teve que encerrar suas atividades, cerceado por legislações do governo sul-rio-grandense.

Foi então que os católicos, especialmente os padres Max Von Lassberg, Theodor Amstad e João Evangelista Rick, retomaram um sonho antigo de criar uma associação

semelhante ao *Bauernverein*, mas que se destinasse somente para alemães católicos. Em 1912 foi criada a *Volksverein*, para atender as demandas dos alemães católicos.

A associação fez várias tentativas de compra de terras para alemães católicos no Rio Grande do Sul, mas não teve sucesso pela intolerância do governo gaúcho. Após esse processo, o padre Rick veio conhecer as terras que em 1925 haviam sido oferecidas pela colonizadora de Porto Feliz, futura Mondaí, que estava passando por problemas econômicos. No ano de 1926 se concretizou a compra dos 100 primeiros lotes, garantidos pela Caixa Rural e particulares.

Na região de Itapiranga, o processo de colonização, segundo Neumann (2016), foi formado pelo processo migratório inter-regional do início do século XX, conhecido como Projeto de colonização de Porto Novo¹ (Itapiranga), no qual a região recebeu um significativo número de imigrantes alemães de religião católica. Também a região formou a colônia de Porto Feliz (Mondaí), que tinha como propósito inicial formar uma colônia de alemães protestantes. Mas com os problemas financeiros da empresa Chapecó-Pepery e da colonizadora Meyer, formou-se a colônia modelar Porto Feliz, com uma área menor, distante do projeto inicial porque parte foi vendido para a colonizadora *Volksverein*. No dia 31/07/1926 fundou-se uma colônia alemã católica através do Padre Max Von Lassberg.

Segundo Franzen (2014), a *Volksverein* era uma entidade associativa fundada para dar assistência à população de descendência alemã e católica no sul do Brasil da colônia velha. Essa associação chegou a ter no período da Primeira Guerra Mundial cerca de oito mil associados, considerada colonização étnica e confessional por aceitar somente migrantes que fossem de origem germânica e católica. Nesse sentido, compraram terras nessa colônia famílias que buscavam novas fronteiras agrícolas originárias das colônias velhas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde as terras já estavam subdivididas e esgotadas. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto Novo, imigrantes que fugiam das duras condições de vida em vilarejos europeus, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnica e política, ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

Conforme Jungblut (2000), os jesuítas foram os grandes mentores do Projeto Porto Novo. A central das *sparkassen* ou Caixa União Popular (cooperativas de crédito, implantadas

¹ O projeto de colonização Porto Novo foi idealizado pela Sociedade União Popular – *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculado aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social. O empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*, e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928 a colonização recebeu o nome de Itapiranga, nome atual do município, gerando mais tarde a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste. (FRANZEN, 2014, p.65)

pelo padre Amstad, a partir de 1902) assumiu todos os custos e o Volksverein (Sociedade União Popular) promoveu a ocupação. Juntos foram as pessoas jurídicas e administrativas economicamente capazes de executar o projeto.

De acordo com Franzen (2014), a derrubada da mata era vista como um fator de sucesso do empreendimento colonizador pelas lideranças, pois aos olhos deles e de futuros compradores de lotes de terra, o desenvolvimento da região era medido pelas lavouras exuberantes e pelo caráter civilizatório do meio, já que em meio à floresta densa proliferava-se a visão de selvageria e isolamento. A derrubada da mata criava certo imaginário civilizatório aos olhos das lideranças locais.

É importante destacar que no lado gaúcho formou-se uma colonização mista, com famílias de caboclos e não católicos que habitavam a região de Itapiranga/SC.

Sentindo-se pressionadas, algumas famílias de caboclos, mestiços e europeus não católicos que moravam em Porto Novo, abandonaram a cidade e passaram a viver do outro lado do rio, em terras do que é hoje Pinheirinho do Vale/RS. História do município de Pinheirinho do Vale, 2018.

Nesse período, ainda em Pinheirinho do Vale/RS, município vizinho de Itapiranga, haviam grileiros, os quais haviam se apossado das terras da costa do Rio Uruguai. As terras já eram habitadas por pessoas de diferentes etnias, o que impossibilitou a colonizadora Volksverein de comprar terras nesta região.

Para Zarth (2016), a realidade é que a região é formada por vários grupos que convivem atualmente num mesmo espaço. É fundamental pensar a história da Fronteira Sul como um território de múltiplas dimensões socioculturais, onde convivem historicamente grupos sociais com interesses conflitantes.

É importante destacar que esse processo de colonização da região formou uma identidade regional com costumes e tradições que foram pensadas durante o processo de formação da colônia. No lado de Santa Catarina, durante os primeiros anos da colonização que foi de 1926 até meados 1960, essa região tinha sua cultura e costumes próprios baseados nos ensinamentos da religião. A partir desse contexto, busca-se apresentar a formação dessa cultura, das comunidades e os costumes existentes nessa região, pois esses aspectos estão relacionados na luta de resistência contra a barragem de Itapiranga.

3.2.4 Aspectos históricos e culturais das comunidades ameaçadas

Neste tópico, através da análise de livros escritos na região, histórico das comunidades, jornais, documentos que foram produzidos pelo MAB e entregues ao Ministério Público Federal, Parecer Técnico do Ministério Público Federal e pesquisas bibliográficas, foi possível descrever questões históricas, culturais e tradicionais e a formação das comunidades ribeirinhas ameaçadas pelo projeto da barragem.

O livro de Paulino Eidt, *Os sinos se dobram por Alfredo* (2016), apresenta a história do projeto de Porto Novo, mencionado na literatura Teuto-brasileira como uma das colonizações mais fechadas e coercitivas da migração europeia no Brasil. O personagem fictício Alfredo apresenta o projeto de colonização homogêneo de uma população inteira, que teve suas biografias construídas a partir de calendários litúrgicos e eventos religiosos. Homens isolados geográfica e culturalmente, induzidos a dedicar a maior parte de suas preocupações e de suas atividades a garantir ações coletivas.

Segundo Eidt (2016), o personagem Alfredo representa como eram os costumes, tradição e como viviam socialmente os colonizadores dessa região. Recolhido entre os fracassados e vitimados da desterritorialização do início do século XX, foi inserido numa frente agrícola de subsistência, espaço onde a sobrevivência só foi possível mediante a criação de um laço social horizontal.

A singularidade do espaço de Alfredo foi o caráter oficial da segregação racial e confessional; o poder pastoral em detrimento do estatal; os limites e as fronteiras cerradas do seu mundo; a falta de oxigenação cultural com novos valores e concepções de mundo; o reduzido número de pessoas, que tomaram decisões estratégicas, além de práticas coletivas altruistas que dão impressão de uma história circular. A Cultura de Alfredo foi mais fechada do que aberta. Uma verdadeira blindagem imunológica atuou por décadas no espaço de Alfredo. (EIDT, 2016, p.24)

Ao falar de ações coletivas, Franzen & Mayer (2016) destacam que foi através delas que os imigrantes europeus se instalaram e mantiveram um modelo comunitário de vivência, pois os núcleos foram projetados para acolher as formas associativas da comunidade (igreja, clubes, escola, cemitério e áreas de lazer). A formação do ethos comunitário foi condição necessária para a sobrevivência em meio a floresta, em face da total ausência do estado nas primeiras décadas após a colonização. Nas comunidades, terras foram reservadas para que as localidades pudessem edificar seu centro comunitário, com igreja, escola e casa do professor. Todas essas construções foram feitas com trabalho coletivo e doações dos moradores.

Através do histórico entregue por algumas comunidades ao ministério público é que se percebe esse modelo comunitário descrito pelos autores acima. O histórico da comunidade de

Catres, município de Mondai/SC, enfatiza que a colonização da comunidade teve início nos anos de 1926 a 1927, destacando como primeiros moradores o Sr. Herbert Grünwald juntamente com sua mãe. Pelo relato dos colonizadores, o senhor Herbert retornou para a Alemanha, onde teria morrido como combatente na segunda guerra mundial.

O documento apresenta as demais famílias que foram chegando nesse período vindas do Rio Grande do Sul, em sua maioria de Arroio do Meio. Destaca, ainda, as dificuldades enfrentadas por esses colonizadores ao encontrar uma região de selva, sem nada construído, quando o Rio Uruguai era utilizado para buscar através de canoas alimentos e outros mantimentos para a sede de Mondai e Itapiranga, ambas a uma distância de 25 km.

Sobre a comunidade, o histórico aponta que aos poucos, com o serviço coletivo, os pioneiros com enxadas e picaretas foram abrindo estradas e em 1944 surgiu a primeira capela que servia de igreja e escola.

Figura 9 - Primeira Capela da comunidade de Catres- Mondai/SC



Fonte: Arquitetura e urbanismo, 2017. Disponível em:
<<http://patrimonioaltouruguai.blogspot.com/2017/02/igreja-de-linha-catres-mondaisc.html>>.
Acesso em 08 de outubro de 2021.

A primeira missa nesta capela foi celebrada pelo Padre Teodoro Treiss e a primeira professora foi a senhora Lucia Elisabeta Maria Krenzel. Ela iniciou as atividades no dia 26 de fevereiro de 1946, data da criação oficial da escola. Sobre a construção da nova igreja o documento destaca:

A comunidade não parou. Já em 1961 iniciou-se a construção da nova igreja. Todos ajudaram com muito trabalho e dinheiro e no dia 28 de fevereiro de 1963 foi colocada a pedra angular. Foram vários anos de muito trabalho e sacrifício e finalmente em 1968 a comunidade teve êxito e a igreja de alvenaria, que contém mais de 240 mil tijolos maciços e será a maior do município, pode ser inaugurada, o que orgulha muito o povo de Catres. (Arquivo MAB. Ofício-013/2010)

Abaixo segue imagem da igreja e estruturas comunitárias descritas acima, a partir dela também se contempla o Rio Uruguai.

Figura 10 - Igreja da comunidade de Catres- Mondaí/SC



Fonte:Arquitetura e urbanismo, 2017. Disponível em:
<<http://patrimonioaltouruguai.blogspot.com/2017/02/igreja-de-linha-catres-mondaisc.html>>.
Acesso em 08 de outubro de 2021.

No histórico da comunidade ainda é descrito o sentimento da comunidade sobre a ameaça de ser atingida pela barragem.

“Catres é uma comunidade forte e é um lugar bom e bonito de se viver e muito bom de morar e trabalhar. Mas não sabemos por quanto tempo, pois as ameaças da inundação para a construção da barragem de Itapiranga estão presentes. Mas enquanto estivermos aqui, queremos continuar unidos e fortes pelo nosso ideal. Vamos lutar com toda coragem e união para impedir que algumas pessoas de gabinetes nos expulsem e destroem a comunidade e a cultura que herdamos dos nossos pais e avós. Somos ordeiros até um limite. Não nos abatemos pelas ameaças e lutaremos por nossos direitos”. (Arquivo MAB. Ofício-013/2010)

Outra comunidade ameaçada é a Linha Chapéu, Itapiranga/SC. É a comunidade mais antiga do município e teve seu início, segundo histórico da comunidade, no dia 25 de junho de 1925. Em 1952 a comunidade decidiu em assembleia que iriam construir uma igreja de material, que hoje é considerada patrimônio da comunidade. Esta construção custou 70 dias de serviço

gratuito para cada um dos moradores além do material. Abaixo segue ata da assembleia escrita em língua alemã.

Figura 11 - Ata de Reunião escrita em língua alemã

Protokoll der Gemeindeversammlung am 4. Juni
1952 in der Kapelle von Linha Chapéu. (Maria Hilf)
Zugegen 31 Mitglieder.

Mit dem katholischen Gruss wurde die Versammlung eröffnet.
Einleitend betonte H. H. Pater Vig. die Wichtigkeit der
Gemeindeorganisation der katholischen Kirche.
Anliegen der neuen Pfarrei u. der Gemeinde von
Chapéu, sollte zur Beratung kommen.
Betreffs des Pfarrautos gelten folgende Bestimmungen;
jedes Pfarreimitglied bezahlt R\$ 500 auf den Jahresbeitrag.
Dies für 1952. Das Auto ist unentgeltlich für Monatsbe-
suche und Krankenruf. Bei Begräbnissen R\$ 300 pro K^m.
Ausserhalb des Monatsbesuchs R\$ 400, für Benutzung
als Prassa auto R\$ 500 pro K^m.

Anliegen der Gemeinde

- 1) Alle ohne Ausnahme erkennen die Notwendigkeit eines
Neubaues an.
- 2) Unter den gangbaren Wegen für Platzbestimmung,
wurde einstimmig dieser Weg erwählt: Die Gemeinde
übergibt die Platzbestimmung dem H. Pater Vig. und dem
Kirchenvorstand.
- 3) Einstimmig wurde beschlossen Kirche und Schule getrennt
zu bauen.
- 4) Gebrauchmachend von der ihnen durch die Gemein-
versammlung übertragenen Vollmacht beschliessen H. Pater Vig.
und der Vorstand als Bau-Platz der neuen Kapelle, die
Stelle der alten Kapelle zu wählen.
- 5) Einstimmig wurde beschlossen von jedem Mitglied
R\$ 1.000,00 als Anfangsbeitrag für die Baukasse zu
erheben.
- 6) Mit 25 Stimmen gegen 6 wurde beschlossen den Bau in
Stein auszuführen. Aus. G. Hofm. Hansen G. v. J.

A tradução da Ata é a seguinte:

Data 04 de junho 1952, presença 31 sócios
 Presença Padre Vigário que expôs no início algumas normas da paróquia.
 2º itens:
 1º Todos sem exceção sentem a necessidade de uma nova igreja;
 2º A comunidade deixa o Padre e a diretoria decidir o lugar da nova igreja;
 3º Por unanimidade decide-se que a escola e a igreja devem ser dois prédios;
 4º Como foi decidido pela Assembleia, Pe. e a direção decidiram o lugar onde estava a capelinha de madeira
 5º Foi decidido que para iniciar, todos os sócios contribuíssem com R\$ 1.000,00;
 6º Por 25 votos a favor e contra 6 votos decidiu-se construir com tijolos. Traduzido por Miguel Hofr.
 (Arquivo MAB. Ofício-013/2010)

Abaixo, imagem da igreja construída com doações e trabalho voluntário.

Figura 12 - Igreja da Linha Chapéu- Itapiranga/SC



Fonte: Portal de turismo de Itapiranga, sem data. Disponível em:
 <<https://turismo.itapiranga.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/17662>>. Acesso em 08 de outubro de 2021.

Em Linha Chapéu também se encontra a casa dos primeiros moradores, família de Johan e Margareth Leimeisen Dünkersleben, vinda de Hundsbach, sul da Alemanha. Segundo histórico da comunidade, no dia 03 de maio de 1925, depois da assinatura do passaporte pelo Cônsul alemão de Hamburg eles iniciaram a longa viagem. Johan e Margareth, com seus 11

filhos, chegaram às margens do Rio Macuco, na terra anteriormente adquirida, no dia 25 de julho de 1925. Já no primeiro ano a família perdeu três filhos que foram enterrados no pomar. Segue abaixo a imagem da casa com os túmulos dos pioneiros localizados na comunidade e conservados como patrimônio.

Figura 13 - Túmulos e casa dos primeiros moradores da comunidade



Fonte: Mototerapia, sem data. Disponível em: <<http://flaviopetry.blogspot.com/2016/12/interior-de-itapiranga-eigrej-paroquia.html>>. Acesso em 08 de outubro de 2021.

Outros dois projetos podem ser reconhecidos no processo de formação da identidade da comunidade da região com os princípios da igreja. São eles o Seminário e Colégio Agrícola na comunidade de Sede Capela Itapiranga/SC. A realização dos projetos coordenados pelos jesuítas teve grande participação comunitária. Segundo análise do Ministério Público Federal realizada através de entrevistas com moradores da região, os mesmos apresentaram que trabalharam “9.048 dias de graça” para construir o que foi projetado pelos jesuítas, pessoas que responderam ao chamado do líder religioso e comunitário Padre Puhl. Segue abaixo a imagem do Colégio Agrícola.

Figura 14 - Vista aérea das estruturas do colégio agrícola



Fonte: Arquivo do MAB.

Sobre o poder da comunidade, Eidt (2016) comenta através do personagem Alfredo sobre a evolução das comunidades.

(...) O progresso da colônia continuava encorajando extraordinariamente suas lideranças. Nas conversas, falava-se das grandes realizações erigidas sistematicamente, de degrau em degrau, e que encarnavam a vida coletiva. Atribuía-se o sucesso a sólida e exuberante identidade do povo alemão e a incontestável orientação dos padres jesuítas. Todos estavam absolutamente convencidos de que, graças ao emprego consequente das energias, a colônia havia se desenvolvido de modo singular, servindo de parâmetro para julgar as demais colônias em formação. Alfredo nota, nas conversas, que a maioria das pessoas achava extremamente improvável o sucesso das colônias etnicamente mistas, que estavam se espalhando sobre a região oeste de Santa Catarina.(...) (Eidt, 2016, p.223)

Segundo Franzen & Mayer (2016), a comunidade exercia um poder e um papel fundamental na vida de seus moradores, impondo regras sociais, morais e de disciplina. O fator religioso do povo que veio se instalar na região de Itapiranga foi um dos valores que sobreviveram e foi determinante no modo de pensar e agir das comunidades.

Este processo de fechamento do grupo social pode ser visto como uma forma de autodefesa. Assim, a exclusão de índios, caboclos e demais etnias e culturas que não se enquadram nos critérios de colonização, pode ser vista como um processo de autodefesa da cultura, da língua, da religião e dos valores da comunidade

itapiranguense. Os pioneiros pensavam que quanto mais fechada e vigiada a comunidade, maiores as chances de sobrevivência do grupo social e mais gerações poderiam desfrutar das vivências de acordo com os costumes e princípios.(Franzen & Mayer, 2016, p.97)

Sobre os costumes, a comunidade controlava o modo de vestir das pessoas, também as condutas e posturas tinham prescrições de acordo com os costumes e valores da época, sendo que aqueles que não as seguissem sofriam consequências penosas, humilhantes e desonrosas para si e para toda a família. “O infrator, com certeza, era mal falado em toda a comunidade” (...) Nas festas populares, existia uma comissão de homens (com elevada idoneidade moral) que fiscalizavam e garantiam o cumprimento de condutas e posturas (JUNGBLUT, 2005, p.345).

Assim, para Franzen & Mayer (2016) a comunidade ia regulando as condutas sociais nos bailes, nas ruas, na sociedade e na igreja. Para que a comunidade estivesse presente na vida de todos, era necessário que seus membros abrissem mão de parte de sua liberdade e de seus costumes de origem, para formarem um novo conjunto comum de regras sociais, através das quais aconteceria a integração e o desenvolvimento das relações pessoais.

Regras e normas surgiram com a criação das comunidades e passaram a fazer parte dos costumes das pessoas da região. Assim, esses agrupamentos criaram estruturas de controle e defesa das comunidades, processo que está intimamente ligado à questão da barragem, pois ela ameaça a extinção dessa cultura, dos costumes e das estruturas que foram construídas com doações e serviço voluntário. Essa ameaça é muito bem explicada por Thompson (1984): ele nos diz que estes sujeitos se inserem no cenário histórico quando são submetidos à perturbação social, movimentando-se em busca da manutenção das suas práticas. O autor ainda sugere que na esfera sociopolítica, o modo de viver, pensar, agir, os hábitos, os costumes e as tradições dos sujeitos individuais e coletivos são elementos de resistência e criação de uma nova cultura ou de manutenção do modo de vida existente.

Cabe destacar que esse modo de vida e os costumes que foram constituídos na região são determinantes para poder entender a resistência das famílias contra a barragem. Também é importante abordar a questão econômica da região, neste sentido, busca-se fazer uma relação sobre o discurso de desenvolvimento com a barragem mais próxima, a UHE Foz do Chapecó, empregando o debate do desenvolvimento da região.

4 A EXPERIÊNCIA DE LUTA E RESISTÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS

As obras de Thompson (1981, 1984, 1987, 1988 e 2001) são importantes referências teóricas e analíticas para destacar a experiência de luta e resistência contra a construção da barragem de Itaipiranga, é através dos escritos desse autor que se pode trabalhar a questão da resistência e experiência dos ameaçados por esse projeto.

Com o avanço do modo de produção capitalista na construção de barragens para geração de energia, o atingido(a) vê serem postos em risco o seu modo de vida, sua cultura, sua comunidade, o seu modo de produção e subsistência, a sua autossuficiência, as suas relações sociais locais e as suas formas tradicionais de proteção social. O resultado disso é um conflito de classe.

É dialogando com esse conflito que serão utilizadas as contribuições de Thompson, para quem essa disputa de interesse resulta no que ele entende por classe. Ela acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. Essa inovação quebra com a forma binária de entender a classe: meios de produção – trabalhadores, e introduz um novo elemento: a experiência.

Sobre a experiência, o autor diz que a “[...] experiência foi, em última instância, gerada na vida material, foi estruturada em termos de classe, e conseqüentemente o ser social determinou a consciência social.” (THOMPSON, 1981, p.189). O conceito de “experiência”, portanto, informa que as “estruturas objetivas” geram efeitos sobre as vidas das pessoas, no momento em que a consciência social é determinada pelo ser social, sendo tarefa dos cientistas a investigação sobre o que essas “estruturas” fazem às vidas das pessoas, e como elas reagem.

De acordo com Thompson (2001) a categoria de experiência é o elemento central da análise histórica dos “sujeitos”. Para o autor, tal categoria seria determinante na compreensão das relações subjetivas que implicam suas ações e objetivos, pois seria essa experiência que exerceria uma pressão sobre a consciência social, propondo novas questões e proporcionando, por esse meio, um exercício intelectual mais elaborado. Experiência surge porque homens e mulheres são racionais, e refletem sobre o que acontece a elas e ao seu mundo. Como um investigador das ações humanas, Thompson (2001) procurou inserir a importância de elementos presentes no convívio social, como a cultura e a tradição. A atenção dele convergia para entender como o costume se manifestava na cultura dos trabalhadores e, conseqüentemente, como influenciava a formação da consciência e a organização de classe. Dessa forma, poderia

ser determinada na maneira como homens e mulheres reagem às mudanças cotidianas, e essas, por sua vez, implicariam diretamente no seu modo de vida.

Foi a categoria de experiência que permitiu a Thompson (2001) dar ênfase aos sujeitos e às suas relações sociais, políticas e culturais. O autor fala da existência do ser social (sujeito em si, que adquire e compartilha suas experiências) e coletivo (em que as experiências comunitárias dialogam juntamente com a cultura, costumes e tradições), intercedendo em relação às sujeições estruturais, sendo a experiência a intermediadora entre o ser e a consciência.

É importante trazer presente o que Thompson (1984) entende por “classe”: segundo ele, é um termo heurístico, uma categoria histórica derivada da observação do processo social em um longo período de tempo. Para este autor existem classes porque as pessoas se comportam repetidamente de modo classista, descobrindo regularidades em respostas para questões similares. As classes surgem, assim, em decorrência de suas lutas e, portanto, estão ligadas às suas relações e lutas históricas. As classes surgem da vivência de relações de produção por homens e mulheres e do experimentar suas situações determinantes, dentro de um conjunto de relações sociais, com uma cultura e uma série de expectativas herdadas, modelando estas experiências em formas culturais, conforme seus quadros culturais. Assim, classe se torna inseparável da noção de “luta de classes”: “clase se define a sí misma en su efectivo acontecer. (...) Las clases, en este sentido, no son más que casos especiales de las formaciones históricas que surgen de la lucha de clases (THOMPSON, 1984, p.39).

“As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”. (THOMPSON, 2001, p.274)

Assim, Thompson considera que a classe está diretamente ligada à experiência, onde a luta de classes é prioritária no processo de formação de uma classe. É na ação concreta de enfrentamento a determinada situação que o sujeito vai adquirir a consciência de classe. Para ele as lutas de classes são anteriores à formação das classes e estão presentes no contínuo ato de socialização das raivas e indignações aparentemente individuais.

É dentro desse perfil, que se procura resgatar a experiência de ações individuais e coletivas dos ameaçados pela barragem de Itapiranga, buscando conhecer as estratégias e lutas de resistência, bem como os resultados desse processo histórico de organização social.

4.1 A experiência de luta e a organização dos atingidos: a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens em Itapiranga

Para apresentar o rico processo histórico dessa experiência dos atingidos serão feitos aqui recortes temporais para melhor leitura da pesquisa. Inicialmente serão apresentados os primeiros passos da organização da população na região, mostrando que entidades estavam envolvidas, quais ações foram realizadas para que a barragem não fosse construída e os impactos que esse projeto já deixou na região ameaçada, além do processo de resistência no qual teve a consolidação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens- CRAB e a do MAB na região, entre os anos de 1970 e 1990.

O referencial teórico utilizado é Thompson, pois a análise dos costumes, das normas e do modo de vida das sociedades em relação à resistência e às mazelas impostas pelo avanço das forças produtivas é um ponto crucial para termos uma produção historiográfica feita a partir da ótica dos subalternos.

Para entender melhor como o processo de resistência aconteceu nesse período foram realizadas entrevistas com pessoas que foram indicadas pelo MAB, pois estavam envolvidas no processo desde a década de 1970. Foi entrevistado um agricultor que é liderança do movimento do MAB na região, um representante da Igreja Católica e um da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

As fontes primárias, como jornais, cartilhas e atas de reuniões foram encontrados no arquivo pessoal de um atingido entrevistado em Itapiranga, e outros materiais foram coletados na biblioteca municipal de Itapiranga e nos arquivos do MAB, disponíveis em sua sede em São Carlos/SC.

Desde as décadas de 1960 e 1970, a população da região de Itapiranga vem vivendo cotidianamente com a presença da questão da barragem. Segundo o caderno da CRAB, ao final dos anos 1970, no início da chamada abertura política, os trabalhadores rurais da Bacia do Rio Uruguai foram surpreendidos por notícias de que estava sendo planejada uma inundação na região. Desde 1967, a pedido do governo foram realizadas pesquisas para conhecer o potencial hidro-energético da região. Os levantamentos apontavam a possibilidade de se construir 25 usinas hidrelétricas, atingindo 77 municípios catarinenses e gaúchos e cerca de 200 mil pessoas.

A partir do conhecimento deste mega projeto é que iniciou o trabalho de informação e mobilização em toda a bacia do Rio Uruguai, fato confirmado pelo relato do entrevistado José Fritsch:

[...] eu queria começar bem onde deu origem disso tudo, eu trabalhava com Dom José² Gomes em Chapecó também junto com outros, padre Ivo tinha uma aproximação pela questão rural, tinha o pessoal do CIMI que morava em Xanxerê e veio a notícia de que o oeste de Santa Catarina e o Rio Uruguai, Rio Chapecó, Chapecózinho, o Rio Canoas e o Rio Pelotas iam ser construídas 22 barragens. Aí vai daqui, dali, reuniões nós fazíamos parte da organização da formação da Pastoral da Terra da CPT. [...] (FRITSCH, 2018)³

Através do relato, pode-se observar que José Fritsch teve contribuição junto com Dom José Gomes e outras entidades na formação da CPT. Em seguida, ele aborda como obtiveram informações da empresa que tinha realizado os estudos na Bacia do Rio Uruguai e como foram feitas as primeiras reuniões para discutir sobre o tema.

[...] tinha um companheiro nosso de lá que também era vinculado a pastoral da juventude, lá da arquidiocese de Florianópolis e aí nos conversando que tinha essa informação, de o que fazer com ela? O que é atingido por barragem? O pessoal já tinha uma lembrança do que tinha acontecido em Itaipu, na construção da barragem de Itaipu, as barragens do Paraná, e aí o (Chiquinho Veríssimo) conseguiu de um amigo dele da Eletrosul de Florianópolis todo um documentário, tipo um caderno, um folheto publicado, onde mais ou menos tinha o plano das 22 duas barragens a serem construídas aqui. E nos pegamos aquele livrinho transformamos em um mapa de Santa Catarina maior, nesse mapa de Santa Catarina a gente localizou todas as barragens, cidades próximas e tal, tiramos os slides, que a gente fazia os slides, tipo fotografia e tiramos fotografia do livro em parte e mais algumas explicação da história do que aconteceu na Itaipu da forma como foi Itaipu, grande parte do povo até hoje ainda não recebeu indenização né de agricultores e aquilo com aparelho de slide passando de município por município, paróquia por paróquia, comunidade por comunidade na beira do Rio mostrando o que ia acontecer, o que estava planejado. Aí o negócio pegou fogo né[...] quando os colono viam isso ficavam apavorado, aí por conta disso fomos fazer reuniões nas comunidades. (FRITSCH, 2018)

Conforme o entrevistado, esse foi um dos primeiros passos na organização dos atingidos por barragens na região. Eles organizavam reuniões nos municípios e comunidades para

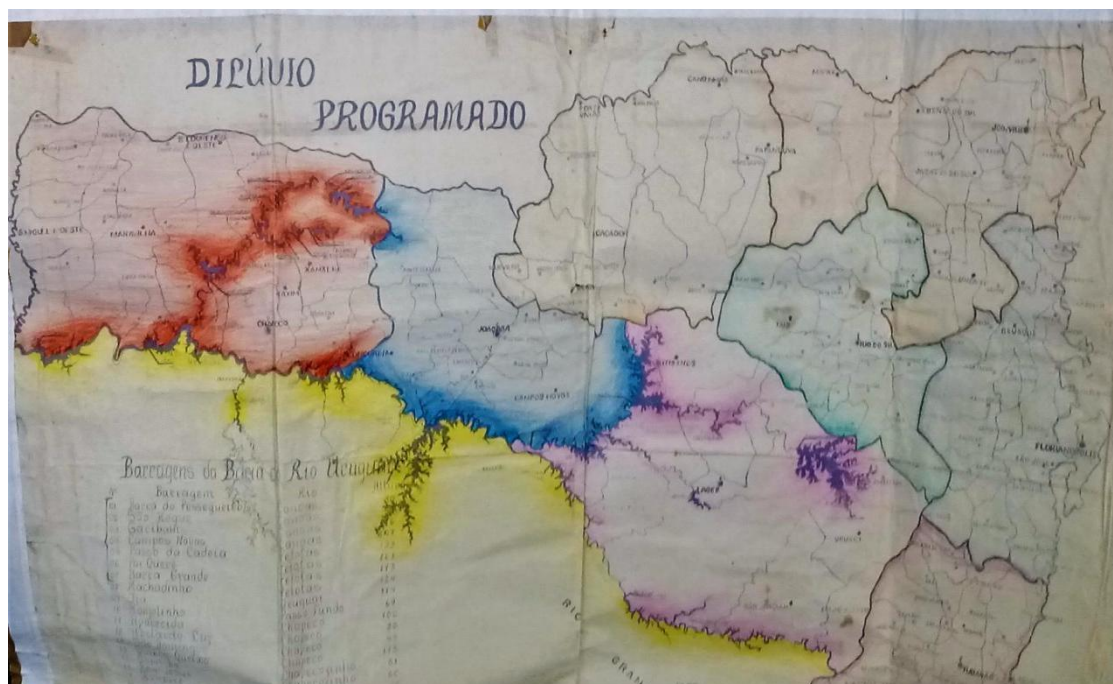
² Dom José Gomes foi bispo das Dioceses de Bagé, entre 1961 e 1968, e de Chapecó, entre 1968 e 1998. Ele nasceu em 25 de março de 1921 no atual município de Erechim e morreu, em Chapecó, aos 81 anos, em 19 de setembro de 2002. Teve um papel importante na formação de vários movimentos sociais na região, incluindo o MAB. Para conhecer mais a história desse importante personagem, buscar em RADIN, J.C., and CORAZZA, G. Dom José Gomes. In: Dicionário histórico-social do Oeste catarinense [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 50-52.

³ Todas as entrevistas que constam neste trabalho foram transcritas exatamente como os entrevistados falaram.

explicar o que estava sendo previsto e debater a situação com os ribeirinhos, para ver o que fazer frente à situação.

Abaixo segue a ilustração do mapa de Santa Catarina, usado para fazer as reuniões nas comunidades com título religioso (Dilúvio Programado). Na figura, as regiões atingidas estão pintadas com lápis de cores diferentes para identificar os locais, contendo uma legenda com nomes das 22 barragens, o rio que a barragem fazia parte e a potência das usinas projetadas.

Figura 15 - Mapa usado pelos atingidos nos 1980 para fazer reuniões nas comunidades



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Percebe-se a importância que a Igreja teve nesse processo, principalmente com a formação da Comissão da Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁴. Segundo Reis (2002), por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi realizada uma primeira reunião para a discussão da problemática das barragens, e teve como encaminhamento mais importante a criação de uma “Comissão de Barragens”.

⁴ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965. Cumpriu um papel importante na formação de lideranças e na organização social.

De acordo com Benincá (2010), a CPT ligada à Igreja Católica e outras entidades teve o objetivo de construir alternativas para os problemas enfrentados pelo trabalhador do campo e também para aqueles que estavam ameaçados pelos projetos de barragem.

[...] (1975) surgia a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o objetivo de ajudar a construir alternativas diante da grave situação enfrentada pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia.[...] A CPT nasceu ligada à Igreja Católica, mas em seguida adquiriu um caráter ecumênico, incorporando agentes de outras igrejas cristãs. [...]a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil, pois os lavradores, onde quer que estivessem, enfrentavam sérios problemas. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra. (BENINCÁ, 2010, p.66)

Outro entrevistado, Arsélio Mossmann, fala como foi a inserção na CPT e como se deram os primeiros passos da resistência dos atingidos na região. Mossmann chegou à região em 1978, sua residência era na linha Jaboticaba/Itapiranga e depois de 2 meses morando no local foi convidado a participar de uma reunião da CPT em Chapecó, segue o relato:

“Então naquela época do regime militar e era meio restrito, o povo tava meio reprimido e amedrontado não tinha coragem de se expressar, como eu tinha participado do exército eles achavam que eu era o líder ideal para fazer esse curso da Pastoral da Terra, daí fomos para Chapecó né, o Dom José Gomes deu várias palestras e falava que o povo tem que se organizar, tem que se expressar, contra as injustiças que estavam acontecendo com o regime militar, que livre expressão era proibido, os partido político era banido, então fui fazer o curso lá em Chapecó, oito dias ficamos lá no velho seminário. (MOSSMANN, 2018)

Em seguida, Mossmann relata como ficou sabendo do projeto das barragens e quem eram os interessados em fazer a construção. O entrevistado comenta sobre quais eram os interesses das empresas multinacionais, os prejuízos para as famílias atingidas e a revolta em saber das possíveis conseqüências:

[..] e lá nós ficamos sabendo, pelos últimos dias que o bispo apresentou que o que tava vindo no Brasil, as empresas multinacionais estrangeiras, tavam querendo tomar o país né e como mais forte era uma empresa norte americana um projeto chamado Conesul né, que eles falaram que era um projeto de 25 grandes hidrelétricas na bacia do rio Uruguai e que isso ia atingir os pequenos agricultores e ia expulsar 200 mil famílias no projeto total[...] os grandes projetos eram para industrialização dos países desenvolvidos, das grandes fabricas poluidoras que lá não eram mais permitido para instalar ali no sul do país, que ali era um povo trabalhador, povo manso né, de origem européia e nosso destino era ir na transamazônica né, para abrir outros campos de grande produção e alertaram nós que nós era só para mão-de-obra barata, servir de mão-de-obra barata, e também lá para abrir essas grandes florestas, para fazer grandes planícies para depois os grandes novamente assumir e nós ser de mão de obra e pião. (MOSSMANN, 2018)

Ao falar dos grandes projetos e das consequências, Mossmann destaca que através do aprendizado da Igreja a tarefa era apresentar na comunidade essa questão. E dessa forma, iniciaram os grupos para organizar a resistência:

Então isso fez nós liderança se revoltar também de indignação de ver esses projetos faraônicos que os países estrangeiros se apoderar dos nossos rios, nossas famílias ser destruídas, nossas organizações da comunidade, isso nos revoltou e daí quando nós retornemo nas comunidades então era nosso compromisso de apresentar isso na comunidade, o que nós tinha aprendido a desejo do bispo ai eu foi na comunidade e apresentei isso né[...]. (MOSSMANN, 2018)

Ao falar da memória e da liderança, Bosi (1994) afirma que o sujeito não é uma figura neutra na memória política:

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a. (BOSI, 1994, p.453)

A CPT foi o grande instrumento para articular os atingidos na época, promovendo cursos de formação e estimulando para criar grupos de discussão nas comunidades. Dessa forma, formou-se as comissões contra as barragens em diferentes locais da bacia do Rio Uruguai.

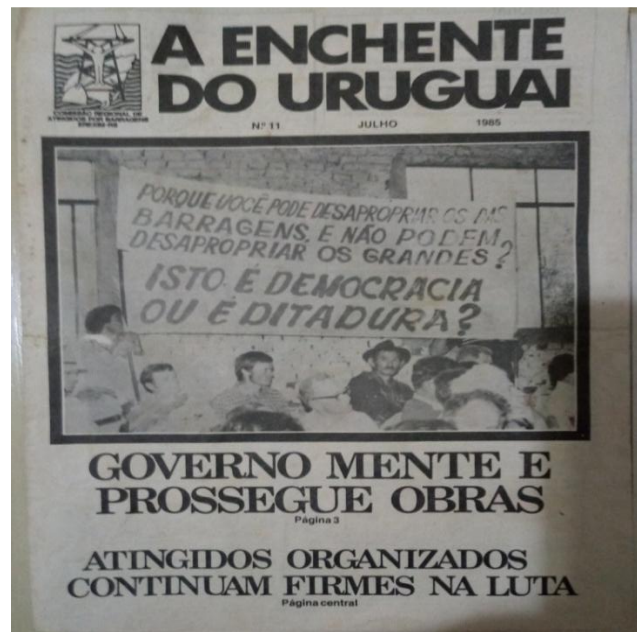
Nota-se que nesse processo o bispo da diocese de Chapecó daquele período, Dom José Gomes, cumpriu um papel fundamental de mobilizador e conscientizador, mas principalmente como formador de liderança, defendendo os trabalhadores de injustiças sociais que estavam acontecendo na época.

Mossmann relata, ainda, que com o apoio dos padres da época, em um domingo foram realizadas reuniões em 20 comunidades, dividindo as lideranças para que pudessem presidir as reuniões. Segundo ele, era preciso levar o ensinamento para as pessoas. Ao falar da primeira reunião da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens- CRAB, ele lembra que foi em 1979 no município de Concórdia SC e que foi convidado a participar pela organização de Erechim. De acordo com o entrevistado, existia um grupo em Erechim que estava organizado e ele esteve várias vezes naquela cidade participando de reuniões e cursos.

De acordo com o Boletim denominado “A Enchente do Uruguai”, de julho de 1985, na página sete apresenta a história dos atingidos até aqueles dias, destacando uma trajetória de 7 anos de organização. O periódico organizado pela CRAB destaca que com algumas informações a respeito do projeto das 25 barragens, foi possível ir às comunidades e levar ao conhecimento da população. Apresentava, ainda, que a população não acreditava nesse projeto,

e à medida que se tinha provas oficiais as dúvidas apareceram e vários problemas foram levantados na época, o que levou os atingidos a organizar sua comissão. Segue abaixo a capa do jornal produzido na época:

Figura 15 - Capa de jornal de 1985 informando ações dos atingidos



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Segundo Mossmann (2018), a partir de 1978 várias reuniões aconteceram nas comunidades atingidas, com ajuda dos padres, pastores e presidentes de sindicatos. A primeira ação que marcou para ele, aconteceu na comunidade de Santa Fé Baixa (Itapiranga), onde foi feito um ato religioso e colocado uma cruz ao lado da capela. Na cruz, havia uma mensagem que dizia “Queremos Terra e não Barragem”. Abaixo segue um registro do encontro ocorrido nesta comunidade, nela é descrito como aconteceu o ato religioso e listado o nome das pessoas escolhidas para fazer parte da comissão dos atingidos.

Figura 16 - Ata de reunião ocorrida em 1984 (1)

Reunião Contra as Barragens em Santa Fé Pojez
 Dia 8 de Julho domingo noite
 com proscrição de luzes e o povo
 cave cando uma cruz de smetro
 em litresão au campo do sumarei
 onde aune a pñensão ecologica
 a cruz com dizeres quicr em a terra
 enão Barragens, em seguida aue
 tribuna livre com diversos oratores
 como P. selendo di Sificado Santo Puz
 Durslio Mossmann, e algumas pessoas de
 Soufé, em sinal de protesto contra as Barragens o povo
 cangeou a cruz em sinal dum sibolo de luda que crist
 dambem sofreu e morreu na cruz por que lise a verdade
 oue mai o menos 130 pessoas entre velhos e crianças

comissão
 Otto Raucher
 Lino Maier
 Ines Sausen
 Vite Sausen
 Dloisio Luft
 Jose Boarscheidt
 Rogue S. Wolfart
 Afonso Preis

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Observa-se no registro que a Cruz era um símbolo de luta, um símbolo religioso que é transformado em sinal de protesto contra as barragens.

A atividade foi lembrada pelo *Jornal A Enchente do Uruguai* de 1984 (apud MAB, 2018), o qual destaca que, para os atingidos de Santa Fé Baixa, no dia 8 de julho se comemora um ano em que foi colocada uma grande cruz no centro da comunidade, simbolizando o início da luta contra as barragens. Ainda no jornal, é noticiado que os moradores dessa comunidade se uniram em trabalho coletivo para fazer uma lavoura de milho de um hectare, para isso essas famílias se reuniram para fazer primeiramente o desmatamento desse hectare e em seguida fazer o plantio. Da mesma forma, as mesmas famílias se reuniram para fazer a colheita do milho e ao final da tarde encerraram com uma confraternização na comunidade, mostrando a união das famílias como um primeiro passo para a organização financeira da comunidade.

No livro de Atas de Arsélio Mossmann, é visível a grande participação dos atingidos nas reuniões das comunidades, que tinha como título “Reunião de conscientização e formação de comissão” e como objetivo impedir a construção das barragens. Nessas reuniões eram feitos esclarecimentos, formação da comissão da comunidade e também o convite para que toda a família entrasse na luta. Segue abaixo uma das atas daquele período:

Figura 17 - Ata de reunião ocorrida em 1984 (2)

Reunião DE CONCIÊNCIA 23-06-84

Sede Capela

JR. CELSO: TEMOS QUE CORAER O AISCO, "DAR UM PASSO NO ES-
CURVO", DE QUE AS BARRAGENS NÃO SEJAM CONSTRUÍDAS.
JÁ, E TEMOS QUE LUTAR CONTRA AS BARRAGENS
PRINCIPALMENTE PARA DEFENDER A NOSSA CULTURA.

A. MOSSMANN: COM A DEMORA DA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS O PROBLEMA
NA SORIEL SE TORNA SEMPRE MAIS.

WEBER: A COMISSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA QUE ESTUDA A
CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS POUCO CASO FAZEM DOS PROBLEMAS
QUE NÓS VAMOS ENFRENTEAR COM ESTE "PELADO-SORIEL".

"NÃO ME IMPORTA QUE ME CRITIQUEM AGORA OU DAQUI À LIN-
QUÊNTA ANOS MAS NÃO TENHO MEDO DE LUTAR EM FAVOR DO POVO
MESMO QUE OS "GRANDES" SÃO CONTRA ISTO".
"PREFIRO MORRER AQUI NA LUTA DO QUE MAIS TARDE
ESTAR TRÁ BALHAAR MAIS TARDE COMO MÃO DE OBRA
BARRATA OU PASSAR FOME NA PERIFERIA DA CIDADE."

(RES. SINDICATO (LAURO) O GOVERNO PROCURA DESINFORMAR O POVO
PARA QUE FIQUE DE BRACOS CRUZADOS, ENQUANTO
ISTO O GOVERNO FAZ O QUE QUER.

URBANO FÜHR; VAMOS ENTREGAR AOS INTERESSES DOS GRANDES O QUE
OS NOSSOS ANTEPASSADOS CONSEQUIRAM COM MUITO
SACRIFÍCIO.

Fonte: Arquivo pessoal de Arsélio Mossmann.

É visível na Ata o posicionamento contrário à construção da barragem e também a consciência que expressavam enquanto trabalhadores, de que a barragem geraria consequências sociais e culturais. Além disso, todas as falas reafirmavam a importância de resistir à construção da usina.

O *Jornal A Enchente do Rio Uruguai* (apud MAB, 2018) destaca que a luta dos atingidos nessa região iniciou em 1984 com uma concentração na Praça de Itapiranga, organizada pela CRAB com apoio dos Sindicatos e da Igreja. Nota-se que para o CRAB esse era um dos primeiros encontros, mas através dos relatos dos entrevistados e do livro de atas fica claro que os atingidos vinham se organizando desde 1978.

A primeira grande reunião com a Eletrosul aconteceu no dia 17 de outubro de 1984 na comunidade de Sede Capela Itapiranga. A reunião fez parte da capa do *Jornal Informativo Agropecuário de Itapiranga* (apud MAB, 2018), com foto da reunião dizendo que participaram mais de 1.000 pessoas. A reunião contou com a presença de 7 engenheiros da Eletrosul, teve início às 9 horas da manhã e terminou às 13 horas e 15 minutos. O jornal cita que "[...] a reunião em certos momentos tornou-se tensa e houve incidentes verbais [...] os agricultores avisaram a Eletrosul: não tragam as máquinas que nós não vamos permitir a construção da barragem. Preferimos morrer a perder nossas terras nesta obra faraônica."

Ao falar dessa atividade, Mossmann (2018) relata que juntamente com o presidente do Sindicato que coordenou a reunião, muitas pessoas participaram e quatro prefeitos da região estiveram presentes. Mesmo sem experiência em conduzir esse tipo de atividade, deixaram os representantes da empresa sem condições de justificar a construção da barragem, questionando sobre o tratamento que a população atingida teria caso fosse construída a barragem.

“[...] eu me lembro das primeiras atitudes daquela reunião, daí vieram os engenheiros com os rolos de mapas embaixo do braço né, do projeto Itapiranga[...] para apresentar para o povo. Pensei nós começar assim já se entregando, daí já entregamos a Lala, daí pensei não vai acontecer nada disso [...] para começar a reunião eu falei, antes que eles abrissem o mapa, eles não vão abrir nenhum mapa, primeiro eles tem que abrir um mapa e mostrar onde é o destino deste povo? Né!, onde é que nós vamos ser expulsos daqui? onde é nossa terra? nós vamos ter nosso colégio agrícola? onde é que nós vamos ter nossa escola? nossa igreja? nossa cooperativa? e isso eles tem que apresentar primeiro!, onde é que vai ser nossa terra? Antes que eles abrissem o mapa do projeto, se eles tiver esse mapa podem abrir. Um se olhou para outro pra lá e para cá, faze o que né? (MOSSMANN, 2018)

O entrevistado lembra que através das informações que eles tinham sobre o projeto da barragem contestavam os dados apresentados pelos engenheiros. E relata como foi tensa a reunião.

Eu era presidente da mesa né! Daí convidamos eles, eles apresentaram alguma coisa. [...] eu me lembro que o professor Pedrosa tinha um amigo lá, já tinha um escritório lá em Erechim né, então eles tinham... mais tarde depois eu consegui o livro, mas eles tinham amizade com esse funcionário, ele passou um livro para eles, que eles tiravam os prazos, do Xerox da bacia do rio Uruguai, então quando eles falavam uma coisa que a bacia era assim não é tanto, eu tinha informação eu abria a pasta enfiava lá dentro puxava a fola desses números e nós temos informação da mesma Eletrosul onde diz que a barragem vai ser dessa altura, de 50 metros de 5 turbinas, que cada turbina iria produzir tanto de energia, o lago seria de mil e quinhentos metros de largura, de 150 metros, agora não me lembro de comprimento, me fugiu da memória, de tanta potência e eles vem ali e querendo enganar o povo, essa ali é a informação da própria Eletrosul de Florianópolis e Erechim, como é que eles vem nos mentindo ali? E eles se olhavam como é que esse cara tem essas informações né, e eles não conseguiram penetrar no povo e conquistar apoio do povo, e foi e foi e os caras não se ariscaram mais, nem, apertado para ir no banheiro, nem se ariscavam mais. Porque o banheiro era no segundo andar, a sociedade era de dois piso né. (MOSSMANN, 2018)

Ainda no decorrer da reunião, o entrevistado cita que foi aberto para o povo falar, porque era um ensinamento da pastoral deixá-los se manifestarem. Segundo ele, o povo questionava bastante chegando ao ponto de um representante levantar e dizer:

“[...] se é assim nós vamos se retirar de Itapiranga, aqui não dá para construir barragem, eu tenho 15 anos de engenheiro de hidrelétricas no exterior e aqui no Brasil e eu nunca vi um povo tão ferroz contra a barragem que nem aqui. Todo mundo é

contra faz o que? Os prefeitos tinham que na marra se apresentar! Você é a favor ou contra? O povo pediu né! O prefeito de Itapiranga é contra ou a favor? Sem querer ele tinha que dizer que era contra porque senão ele ia apanhar (risos) não eu sou contra. Então que argumento a Eletrosul tinha para continuar a reunião, pediram pelo amor de Deus para parar”. (MOSSMANN, 2018)

Através desse ocorrido, percebe-se que era muito forte o posicionamento contrário à barragem da população na região. Estavam muito preocupados com a questão das terras e suas estruturas comunitárias, pois o sentimento de perda de tudo isso fazia com que lutassem fortemente para defendê-las.

O *Jornal Informativo Agropecuário de Itapiranga* (outubro de 1984, apud MAB, 2018) informou que foram erguidas cruzes nas esquinas das comunidades de Chapéu, Macuco, Catres, Sede Capela e Fortaleza, em protesto contra a barragem. Em uma das cruzes o tema era “A nossa união termina com a barragem”. Em outro trecho do jornal, o informativo reproduz a fala do representante da comunidade de Chapéu, Eugênio Lottermann: “Conclamo a todos para que nos unamos e juntos formemos uma força para que o capitalismo egoísta não nos consiga vencer, mas sim, mais uma vez, tenha que ceder o passo a justiça e conseqüentemente a paz e ao progresso”.

Abaixo, uma foto das cruzes que eram colocadas como símbolos de resistência, uma delas com datação de 1985, na comunidade de Catres, Mondaí/SC. E outra plantada em 2004, marcando outro passo de resistência.

Figura 18 - Imagem das cruzes colocadas como símbolo de resistência



Fonte: Arquivo MAB.

Na contracapa do *Jornal Informativo Agropecuário de Itapiranga* de outubro de 1984 (apud MAB, 2018), foi apresentada uma matéria com o título “Sindicatos entregam documento com 1 milhão e 200 mil assinaturas contra as barragens”. Nessa matéria foi destacado o documento com o abaixo assinado, entregue ao Presidente da República, Ministro extraordinário para assuntos fundiários, Eletrobrás, Eletrosul e governos do estado de SC e RS, pedindo para que o governo não levasse mais adiante o projeto de construção das 25 barragens na Bacia do Rio Uruguai. Nesse documento, os atingidos argumentaram os motivos pelos quais eram contra as barragens.

José Fritsch lembra que, para conseguir marcar a reunião em Brasília para entregar o documento com o abaixo assinado, tiveram que fazer mobilização e ocupar o escritório da Eletrosul em Erechim/RS.

Os principais argumentos descritos no jornal eram que as autoridades entendessem que havia uma sobra de energia naquele período; que percebessem o discurso contraditório de outras barragens já construídas (que diziam melhorar a qualidade de vida da população, mas na prática pioravam as condições de vida das famílias, gerando perda de cultura, escolas e Igrejas); que não havia um projeto de reassentamento das famílias; que não concordavam com o deslocamento e exploração dos trabalhadores rurais, das colonizadoras do norte do país, evitando choque de hábitos de vida, clima e outros; que essa atitude era um descaso com os índios, a destruição de sua cultura sem o menor respeito pela vida; e que a respeito da questão ecológica deveria prezar-se pela continuidade da existência da vida, bem como da vegetação natural da região e alta fertilidade do solo.

Os manifestantes argumentavam também sobre o desequilíbrio que provocaria entre a fauna e a flora, destruindo espécies vegetais raras e animais aquáticos que se desenvolvem na água corrente. Entre outros argumentos, destacava-se que com a barragem aumentaria o desemprego e a violência; poluição dos rios; endividamento interno e externo; lucro para as empresas multinacionais; diminuição da terra de produção de alimentos; diminuição da iniciativa da população com os grandes projetos na busca de fontes alternativas de energia; isolamento de regiões e concentração do controle energético.

Percebe-se que através desses argumentos contrários o povo estava consciente das contradições do setor elétrico vigente nesse período e dos problemas que poderiam ser causados na região de Itapiranga.

De acordo com Mossmann, outra forte concentração foi realizada no município de Riqueza/SC. Relata que foram com 03 caminhões cheios de gente de Itapiranga para arrancar

todos os marcos que a Eletrosul havia colocado na barranca do rio. Segundo ele, ninguém sabia quando haviam sido colocados esses marcos. No entanto, o povo sabia onde estavam e se dirigiram até lá, arrancaram os marcos e jogaram-nos de cima da ponte de Iraí/RS para dentro do rio. A ação é lembrada também pelo Pastor Günter Adolf Wolff:

“Em 84 e 85 foi todo um movimento de arranque dos marcos, em 25 de julho de 85[...] tinha uma concentração aqui na Santa Lúcia (Palmitos) e foi levado 3 marcos e jogados no Rio Uruguai[...] como forma de protesto né, e vinha muita gente, [...] ninguém vinha de ônibus, pessoal vinha de caminhão, cheio de gente, 50, 60 pessoa em cima empilhado, gritando pelo caminho e descendo costeando o rio, o pessoal sabia, aqui tem um marco, ali tem um marco. Iam lá arrancando e jogando no rio.” (WOLFF, 2018)

Mossmann (2018) fala na entrevista o quanto o povo estava bem organizado, e relata outra atividade importante que aconteceu em Itapiranga na luta contra a barragem. O presidente da Eletrosul e o senador da época, Bornhausen, vieram a Itapiranga fundar o Partido da Frente Liberal- PFL, conforme seu depoimento:

“[...] aconteceu mais uma grande reunião que impacto para nós ter um sentimento que essa barragem não ia sair mais. Veio uma vez uma notícia de um radialista, era amigo meu também e veio dizendo que hoje à noite, imagina como o povo estava organizado, pelas quatro e meia ele passou na minha casa e disse que hoje à noite vai vim o presidente da Eletrosul e o senador [...] o Bornhausen, vinha a Itapiranga formar o Partido PFL,[...] era o momento de fazer um protesto hoje à noite e eu fui então, peguei meu carro e fui avisar, o presidente, avisar a minha comunidade e dei o recado e você vai organizar essa comunidade e eu fui lá ainda ligeiro com nosso secretário que era professor universitário ele bateu os documento para o ato de hoje à noite que nós ia apresentar [...] daí de noite fumo lá em Itapiranga as 5 horas e reunimos mais que 350 pessoas, hoje tu imagina hoje? caminhão cheio de Chapéu veio a Itapiranga né, de momento porque era o presidente da Eletrosul, é o inimigo nosso né ! Pronto!” (MOSSMANN, 2018)

O autor detalha como aconteceu o ato nessa reunião partidária, os atingidos fizeram a intervenção com gritos e diziam “Fora Eletrosul, povo de Itapiranga não quer barragem”. Os atingidos presentes solicitaram o microfone e fizeram diversas falas contra a construção da barragem, em seguida passaram a palavra para o presidente da Eletrosul, mas como ele falou que primeiro iriam discutir sobre política, os moradores se levantaram e saíram da reunião. Mossmann (2018) cita um fato interessante que aconteceu: “[...] todo mundo se levantou e fomos se retirando e o povo que vinha na reunião, disseram terminou a reunião? Sim, terminou! e esse povo também saiu junto, terminou, ficaram só eles lá na mesa (risos)”[...].

Através dessas ações citadas acima, observa-se que a resistência era muito forte. Qualquer atividade da Eletrosul ou de representantes era motivo de marcar posição e mostrar

que os atingidos eram contra a barragem. Tudo isso representava a organização e consciência que as pessoas possuíam na defesa de território e tinham claro quem era seu “inimigo”.

Para Fritsch (2018), a organização era muito forte e discutiam não só assuntos da barragem, “[...] mas também discutia a conjuntura, os problemas do governo, porque tinha problema de banco, porque não tinha crédito, então transpassava, todas outras lutas também passava pela luta da organização das barragem [...]”. Para ele, as pessoas tinham consciência de classe. Ao tratar sobre consciência de classe, Thompson (1987) afirma que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987, p.10)

Para o entrevistado Günter Adolf Wolff (2018), o processo de mobilização e formação criou consciência de classe para as lideranças de Itapiranga:

“[...] eles tem, tem uma consciência mais elevada né, mais clareza, que vai além da defesa da sua própria terra, porque se a gente vê o discurso de alguns, eles tem o discurso de esquerda né! Por quê? porque nesse período nesse período de 30 anos de luta eles participaram de muita mobilização, participaram de muitos encontros de formação que o MAB fez e aí o pessoal vai aprendendo e vai vendo que o problema todo é o capitalismo, que a barragem é apenas uma parte do capitalismo, que a energia é essencial na reprodução do capitalismo e alguns tem o entendimento de que a gente precisa construir uma sociedade socialista, mas a grande massa não, creio que não. Mas isso é o avanço que o processo de luta de massa traz consigo, que cria consciência de classe entre os atingidos”. (WOLFF, 2018)

Mesmo que a barragem não tenha sido construída, os relatos de impactos causados na região chamam a atenção. Muitas famílias venderam e saíram da região para não precisar conviver com incertezas, outro impacto negativo é que a atividade econômica paralisou, muitos deixaram de investir em aviários, chiqueiros, porque não sabiam como seriam as indenizações. Segundo relatos dos moradores locais, a incerteza fez com que as comunidades parassem de se modernizar, de melhorar as casas e a perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico parou praticamente em toda a bacia do Rio Uruguai.

Mossmann (2018) também relata os impactos que já foram causados, como a retirada de serrarias, moinhos, marcenarias, alfaiatarias, colégios agrícola, mecânicas e atividades de comércio, de maneira geral, que havia em sua comunidade e foram para outras regiões. Ainda, lembra que a estrada à beira do rio (a estrada estadual mais antiga que liga o município às

idades vizinhas) encontrava-se sempre em péssimas condições. Era uma reivindicação antiga da região em fazer asfalto, mas o governo fez outro acesso ligando os municípios, com receio que seria um investimento que ficaria embaixo d'água. Essa falta de investimento em estradas, baseada na expectativa de que a barragem fosse construída, foi desmotivando as pessoas a permanecer na região.

Segundo a cartilha da CRAB intitulada “Nossa história em debate”, a CRAB foi fundada com a finalidade de unir a luta dos atingidos pelas várias barragens que estavam no projeto em 1979. E a partir dessa data, esse seria o instrumento de organização e luta daqueles que fossem assumindo a CRAB. Seu principal slogan nesse período era caracterizado pela luta de resistência na terra, com o tema “Terra sim, barragens não”. A cartilha destaca ainda que as reivindicações, abaixo-assinados, manifestações públicas, a estruturação do movimento em comissões locais, municipais e regionais, as audiências, articulações nacionais e internacionais fizeram com que a organização dos atingidos fosse reconhecida pela sociedade civil e pelo governo.

A CRAB se designava como um movimento popular autônomo, que visava reunir, esclarecer e organizar os atingidos direta ou indiretamente pelas barragens e obras complementares pré construídas ou projetadas na bacia do Rio Uruguai, para a defesa de seus direitos, sem fronteiras de países, cor, sexo, religião ou opção político-partidária.

Em 1989 a identidade da CRAB era entendida como um conjunto de cinco regiões organizadas: região I- barragem de Itá e Machadinho; região II - barragens de Itapiranga e Iraí; região III- barragens de Lages e Vacaria; região IV- barragens dos rios Chapecó e Chapecozinho e região V- barragens binacionais.

Através da análise de documentos da CRAB, é possível identificar que no final dos anos 80 o movimento estava empenhado na estruturação da Comissão Nacional de Atingidos por Barragens, pela necessidade de se articular nacionalmente e internacionalmente. Dentre as avaliações da sua 4ª assembleia em 1989, era motivo de preocupação o fato de que o movimento permaneceu na luta de resistência e pouco avançou no sentido de exigir dos órgãos responsáveis alternativas para o setor energético. Para responder esse e alguns desafios ainda maiores, se colocava naquele momento a necessidade da reestruturação do movimento, no compromisso de pensar alternativas para o setor energético, com participação popular e preservando o homem e a natureza. Conforme processo histórico do MAB:

As experiências de luta local foram extremamente importantes e desencadearam em um processo de articulação. Em 1989, foi realizado o **Primeiro Encontro Nacional**

de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que contou com a participação de representantes de várias regiões do País. Foi um momento onde se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. (MAB, 2018)

Essa atividade de caráter nacional deu início a uma organização mais ampla e articulada, permitindo que dois anos mais tarde fosse realizado o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil em março de 1991, onde se decidiu que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso.

4.2 Ações e estratégias de resistência contra a construção da barragem

Para dar sequência na pesquisa serão apresentadas aqui todas as ações realizadas pelos atingidos durante os anos de 1990 até 2017. Buscar-se-á responder ao problema de pesquisa, entender como diferentes entidades locais que possuem interesses diferentes e que em outros locais em sua imensa maioria se coloca a favor das barragens, nesse caso, se unem contra a construção. Diante disso, serão descritas as principais afirmações desses sujeitos sociais na resistência contrária. Ainda, serão pormenorizadas as mobilizações, seminários e ações coletivas de resistência, para identificar as principais lutas que foram desenvolvidas e quais desdobramentos se deram ao longo desse período histórico. Esse capítulo compreende uma parte mais narrativa do que analítica sobre o caso estudado, porém, esta se mostra fundamental à medida que avançamos na análise da resistência na região, principalmente envolvendo os atingidos no que diz respeito às formas de organização e suas experiências coletivas.

É importante destacar que durante os anos 1990 a nível nacional o MAB estava se consolidando através de quatro congressos nacionais e um internacional, nesses encontros se definiram os métodos organizativos do movimento e a linha de combate contra as políticas neoliberais e o processo de privatização do setor elétrico que estavam em pauta pelo governo na época. O movimento avançou na elaboração das linhas gerais sobre o que poderia vir a ser um Novo Modelo Energético e um Projeto Popular para o Brasil, além de afirmar nesse período a prioridade da organização de base e da luta de massa como principal forma de fortalecer o movimento e alcançar seus objetivos. O MAB foi afirmando e formulando sua concepção de movimento popular, dando relevância à participação popular de atingidos inseridos

organicamente no movimento, fazendo debate e formulando propostas a serem incorporadas pelo conjunto da organização.

Na região de Itapiranga, durante os anos 1990 os atingidos participaram desse processo de organização do movimento, participando das atividades a nível nacional e consolidando o MAB na região com as diretrizes tiradas dos congressos nacionais. Nesse período, tanto o governo quanto as empresas estavam construindo as barragens de Machadinho e Itá, ambas no Rio Uruguai. Os ameaçados pela barragem de Itapiranga se deslocaram para essa região em atos organizados pelo movimento para ajudar os atingidos a lutarem pelos direitos que estavam sendo negados.

Nos anos 1990 o projeto da barragem de Itapiranga ficou parado e não teve nenhuma ação concreta na região, ficando apenas como potencial a ser explorado. É o que afirmam os pesquisadores abaixo:

Dentro do quadro institucional, a Eletrosul podia construir a barragem de Itapiranga. Mas esse projeto não se concretizou nas décadas de 1980 nem de 1990, pois a Eletrosul concentrou-se em outro projeto (Itá) além da resistência das comunidades locais na região de Itapiranga (LETURCQ; FUSIEGER; SANTOS apud ROCHA; PASE; LOCATELLI, 2014)

Os autores apresentaram os interesses da estatal Eletrosul e destacaram a resistência existente na região, contando sobre a mudança nos planos devido ao deslocamento dos interesses em locais com “menor” conflito social.

Mencionam-se também as mudanças conjunturais pelas quais os atingidos pelo projeto da barragem passaram a enfrentar, tais como o processo de privatização do setor elétrico durante os governos de Fernando Henrique Cardoso nos anos de 1995 e mais tarde segundo Rocha (2012), durante o governo Lula a participação do estado em conjunto com a empresas privadas.

É válido ressaltarmos que, durante o processo de criação e consolidação da resistência em Itapiranga em meados dos anos 1980, até os dias atuais, o conflito entre atingidos e Estado transformou-se em atingidos e setor privado. Essa mudança ocorreu devido às privatizações do setor elétrico brasileiro, iniciadas a partir de uma Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que oferecia as linhas gerais para as concessões dos serviços públicos, que tiveram, na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, definidas as normas para outorga e prorrogações das concessões específicas para o setor hidrelétrico (BRASIL, 1995a, 1995b). Segundo essa legislação, o Estado assume definitivamente a condição de parceiro da iniciativa privada na instalação de hidrelétricas, o que, no governo Lula, foi ratificado por meio da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual estabelece as normas gerais para as Parcerias Público-Privadas (PPP) (BRASIL, 2004).

Não cabe aqui fazer uma análise mais profunda das consequências que essas novas formatações trouxeram para o setor energético nacional, mas pode-se perceber que as dificuldades em fazer a resistência em um momento de crise energética vivenciada no início dos anos 2000 retoma com mais força a intenção de fazer a instalação da barragem, e com essa nova configuração de parceria público e privado, os atingidos passariam a ter mais dificuldades de enfrentamento, pois seu “inimigo” mudou e passou a ter novas formas de agir. No início, durante os anos 70, o Estado fez a investida para construir, no final dos anos 90, o setor privado e após 2004 as empresas e o governo juntos passam a ser enfrentados.

No ano de 2002 houve uma retomada do projeto da barragem de Itapiranga, a ANEEL autorizou a Engevix/Desenvix a fazer novamente um estudo de inventário da barragem. Como foi descrito acima, nesse momento o capital privado tem autorização para dar continuidade aos estudos. Como o projeto sempre esteve nos planos do governo, mas não tinha feito nenhuma ação concreta na região nos últimos anos, a notícia causou um grande impacto na região, o processo organizativo necessitava de mais articulação e mobilização dos atingidos para enfrentar a situação.

Depois de várias reuniões das comunidades com lideranças regionais, o movimento sentiu a necessidade de fazer uma atividade maior. Foi o que aconteceu no dia 04 de abril de 2002, na comunidade de Sede Capela Itapiranga/SC: em um seminário com a presença de mais de mil atingidos e autoridades representativas, com repasse de informações e debates definiu-se que não se aceitaria na região qualquer negociação ou estudo. Esse seminário teve como objetivo esclarecer aos atingidos os direitos e a legislação existentes relacionados à questão da barragem. Foi encaminhado que todas as decisões desse seminário seriam encaminhadas ao poder público dos municípios participantes pelos integrantes da comissão de cada município. Segundo arquivos do MAB, nesse período foram feitas várias reuniões nas comunidades para discutir sobre a possibilidade da realização desses estudos.

No dia 24 de julho de 2004, na linha Santa Fé Baixa, município de Itapiranga SC, realizou-se uma grande mobilização, ficou marcado no encontro a colocação de uma cruz na sede da comunidade com os dizeres "Terra sim, barragem não". Abaixo segue a imagem do momento da Instalação da cruz.

Figura 19 - Instalação da cruz em Linha Santa Fé



Fonte: Arquivo do MAB.

Os organizadores dessa mobilização foram o MAB, CPT, Diocese de Chapecó, Diocese de Frederico Westphalen, Sínodo Uruguai e IECLB. Um ato simbólico e religioso que deixava sua marca através da cruz, simbolizando a resistência das comunidades contra a barragem. Segundo o MAB essa atividade foi muito importante para fortalecer ainda mais a luta contrária, pois foi deliberado no encontro a instalação de cruz na comunidade que destacou um novo marco, simbolizando a resistência. Nesse mesmo ano houve a iniciativa da criação de uma comissão interestadual dos atingidos por barragens, que foi se consolidando aos poucos e assumiu um papel importante anos depois.

No ano seguinte, em 2005, o movimento apresentou para o governo uma pauta intitulada “desenvolvimento da região sem barragem”, uma proposta para que o governo passasse a investir nas pequenas propriedades dos agricultores, incentivasse a produção alternativa de energia e decidisse de forma democrática o desenvolvimento da região. Um dos pontos relevantes da pauta foi a apresentação do projeto Alto Uruguai, projeto construído entre o MAB, universidade Unochpecó, Eletrosul, Eletrobrás e UFRJ. Esse projeto tinha como objetivo ser piloto na produção de energias alternativas em toda a região, instalar em 29 municípios que o projeto abrangeria uma unidade de biodigestor como base ou demonstrativo e difundir a experiência na região. O projeto também previa a formação de professores e agentes comunitários para a questão energética. A principal intenção desse projeto apresentado nesse período era demonstrar para a sociedade e o governo que Itapiranga não necessitava de grandes

barragens para se desenvolver e o projeto seria uma alternativa concreta para contrapor-se à barragem, pois essa causaria impactos ao meio ambiente, expulsaria populações e prejudicaria a economia dos municípios.

No ano de 2007 o projeto da barragem foi incluído em um dos programas mais expressivos do governo, no PAC (Programa de Aceleração e Crescimento). A inclusão do projeto no PAC, por sua vez, fez com que os atingidos realizassem novas frentes de resistência. No dia 24 de fevereiro de 2007, segundo arquivos do MAB, foi realizado na comunidade de Linha Chapéu, Itapiranga/SC, uma reunião da coordenação da região, com a presença de mais de 100 lideranças. Nesse encontro foi definido por unanimidade a posição contrária à construção da barragem e a imediata retirada do projeto da barragem do PAC. Nessa mesma atividade definiram a realização de um abaixo assinado, que seria posteriormente enviado aos órgãos competentes para que fosse cancelado definitivamente o projeto da barragem e também uma carta às comunidades atingidas sobre as definições encaminhadas no encontro.

CARTA AS COMUNIDADES

24 de fevereiro de 2007, Linha Chapéu

Mais de 100 lideranças do Movimento dos Atingidos Por Barragens – MAB, da região de Itapiranga, reunidos em reunião da coordenação na comunidade de Linha Chapéu, município de Itapiranga (SC) no dia 24 de fevereiro de 2007, definiram por unanimidade sua posição contrária a construção da barragem de Itapiranga. As lideranças exigem também a retirada do Projeto da barragem de Itapiranga do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o cancelamento definitivo do empreendimento.

Foi definido também a realização de abaixo assinado, onde serão coletadas assinaturas em toda a região para que os moradores possam se manifestar. O abaixo assinado será enviado aos órgãos competentes para que viabilize o cancelamento definitivo da barragem de Itapiranga.

As Lideranças organizadas no MAB estão se mobilizando na busca de projetos para gerar o desenvolvimento da região sem barragem, principalmente nas áreas de alternativas de fontes alternativas de energia que gerem renda aos agricultores sem causar impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Está sendo preparada para final do mês de março de 2007 a realização de um seminário para discutir o tema “Energia e Desenvolvimento” para debater o assunto com toda a população e lideranças da região, o seminário estará aberto à comunidade em geral.

As lideranças estão cientes da decisão tomada, pois, essa atitude e a continuidade da luta histórica de resistência que está sendo travado há décadas pelos agricultores em toda a bacia do Rio Uruguai. Os agricultores entendem que as grandes obras não geram desenvolvimento, e os grandes prejudicados são os agricultores e os municípios da região. As lideranças afirmam que a terra e os rios são bem públicos e devem estar a serviço do povo, e não transformados em mercadoria, como querem as grandes empresas privadas nacionais e multinacionais.

Linha Chapéu – Itapiranga (SC) 24 de fevereiro de 2007.

ÁGUAS PARA VIDA E NÃO PARA MORTE. (MAB, 2015)


A atividade mencionada na carta às comunidades aconteceu no dia 12 de maio do mesmo ano, na comunidade de Sede Capela, Itapiranga/SC. O encontro, que contou com a presença de mais de 750 participantes, resultou em um manifesto de posicionamento contrário à construção da barragem e a retirada da mesma do PAC. Esse manifesto (documento) apresenta alguns dos impactos que o projeto causaria para a região, fala da forte resistência dos atingidos e aponta novas formas de produção de energia. Nele ainda está descrito um grito de ordem da região “Nossa terra, Nosso Rio, nossa cultura não se vende! Nossa terra, Nosso Rio, Nossa Cultura se defende!” mostrando a forte defesa em torno do local onde vivem e a cultura da região.

Pelos arquivos existentes e jornais da época, percebe-se que o ano de 2007 foi intenso, de muitas ações realizadas na região para impedir que a obra saísse do papel. Uma delas, que ficou marcada na memória da população da região, foi uma mobilização que aconteceu com carreta de tratores e buzinaço no dia que estava acontecendo uma reunião da empresa responsável pelos estudos na prefeitura de Itapiranga. Os agricultores cercaram a prefeitura com os tratores e entraram na reunião. Segue o relato:

Em 22 de agosto de 2007, cerca de 300 integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) ocuparam o auditório da Prefeitura de Itapiranga, onde estava sendo realizada uma reunião sobre a retomada do projeto de implantação da usina hidrelétrica na região. A reunião havia sido marcada pelos técnicos da empresa Desenvix, que na época realizaria o estudo de viabilidade econômica e ambiental com os representantes dos municípios atingidos pela instalação da usina. A reunião foi cancelada em razão da mobilização do MAB. De acordo com Arcélio Mossmann, um dos coordenadores do MAB em Itapiranga, a manifestação teve como objetivo principal o impedimento, naquela ocasião, de todas as reuniões agendadas entre os empreendedores e os municípios que seriam atingidos pela usina: “Nós não vamos permitir que nenhum estudo seja feito e também que esta barragem seja construída. Queremos que todas as reuniões agendadas sejam desmarcadas agora mesmo, através de ligações telefônicas para os Prefeitos”, disse Mossmann. (Mapa de conflitos, 2021)

Após o ocorrido, os atingidos solicitaram que os prefeitos, vereadores e entidades para reafirmarem seu posicionamento contrário e para que a luta de resistência continuasse forte. A exemplo da declaração abaixo, os prefeitos de todos os municípios ameaçados fizeram a declaração dando apoio e declarando a posição contrária à construção da barragem. Segue abaixo uma declaração feita pelo prefeito municipal de São João do Oeste, manifestando sua posição.

Figura 20 - Declaração do prefeito municipal de São João do Oeste



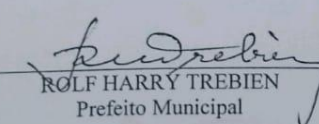
Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE

DECLARAÇÃO

Eu, **ROLF HARRY TREBIEN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santa Cruz nº 385, cidade de São João do Oeste – SC, CEP 89897-000, portador do CPF nº 242.578.770-49 e RG nº 2.643.194, na qualidade de Prefeito Municipal e representante legal do município, inscrito no CNPJ sob o nº 80.911.936/0001-03, declaro para os devidos fins, que sou expressamente contrário à construção da barragem no Rio Uruguai, município de Itapiranga, esperando providências imediatas para o cancelamento da obra e sou a favor do movimento dos atingidos pela barragem.

Para maior clareza firmo o presente.

São João do Oeste – SC, 13 de setembro de 2007.


ROLF HARRY TREBIEN
Prefeito Municipal

Fonte: Arquivo do MAB.

Além dos municípios, algumas entidades manifestaram sua posição dando apoio ao movimento na luta contrária. Abaixo segue o Manifesto do Sicoob de Itapiranga/SC, destacando sua história na região e a preocupação com a possível construção da barragem.

Figura 21 - Manifesto da empresa Sicoob



Manifesto contra a construção de Barragem no Rio Uruguai em Itapiranga - SC

Em 1926 iniciava a colonização de Porto Novo, hoje Itapiranga, então distrito de Chapecó. As primeiras moradias foram se estabelecendo às margens do majestoso Rio Uruguai.

O povo que para cá vinha tinha o firme propósito de estabelecer residência e promover o desenvolvimento próprio e da comunidade em geral. Certamente muitas foram as dificuldades para estes desbravadores. Adquirir a terra, preparo, cultivo, aquisição de insumos, aquisição de mantimentos, enfim, demandas para as quais poucos recursos existiam.

Na busca de alternativas criou-se em 21 de outubro de 1932 a Caixa Rural União Porto Novo, hoje Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Itapiranga – SICOOB CREDITAPIRANGA SC. O financiamento de terras, o custeio da produção, a possibilidade de guardar as sobras financeiras foram os ideais que nortearam o início desta instituição.

Iniciada por 41 pioneiros, conta hoje com mais de 9.000 cooperados que buscam como outrora a satisfação de suas necessidades financeiras tanto ativas como passivas. A cultura cooperativista está sendo passada de geração para geração.

O SICOOB CREDITAPIRANGA SC nos seus 75 anos foi parte importante para o progresso e desenvolvimento desta região. Sempre apostando em projetos promissores financiou principalmente a atividade agropecuária. Na década de 60 patrocinou um estudo para desenvolvimento que culminou com a criação de importantes empresas e entidades que ainda nos dias atuais são referencia e indispensáveis para toda a região, a saber, Frigorífico Safrita hoje Seara Cargil, Laticínios, Colégio Agrícola em Sede Capela, empresa de apoio técnico a agropecuária hoje Epagri.

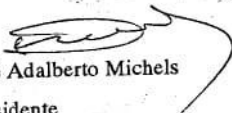
Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga
 Rua do Comércio, 248 - Centro - Itapiranga/SC - CEP 89896-000
 Telefone: (49) 3677-0087
 E-mail: creditapiranga@creditapiranga.com.br
 CNPJ: 78.483.310/0001-00




Já de longa data a notícia de intenção de construção de barragem no leito do Rio Uruguai nas proximidades da cidade de Itapiranga volta a tona impacientando os prováveis atingidos solidarizados por toda a comunidade regional. **Como instituição representativa demonstramos aqui a nossa preocupação e posicionamento contrário a este investimento.** Temos em nossa área de ação as comunidades de Santa Fé Baixa, Dourado, Sede Capela, Chapéu, Fortaleza, Jaboticaba e Macuco como prováveis atingidas, sendo todas elas comunidades organizadas e bem constituídas, sobretudo com propriedades rurais bem desenvolvidas. Temos nestas localidades 968 associados, cerca de 10% do nosso quadro social, 11% do volume emprestado representando R\$ 2 milhões e 14% do volume captado representando R\$ 3,6 milhões. A construção da barragem simplesmente acabaria com uma história construída por gerações, investimentos e sonhos empregados nestas terras, além do impacto social, cultural e ambiental inestimável.

Diante do exposto endossamos o movimento pela não construção da barragem em nossa micro região havendo inclusive outras alternativas de produção de energia, como eólica, solar, dejetos de suínos transformado em biogás entre muitas outras.

Itapiranga(SC), 14 de setembro de 2007.


José Adalberto Michels
Presidente


Lili Marasca
Gerente Financeira

Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga
Rua do Comércio, 248 - Centro - Itapiranga/SC - CEP 89896-000
Telefone: (49) 3677-0067
E-mail: creditapiranga@creditapiranga.com.br

Fonte: Arquivo do MAB.

O manifesto acima destaca os impactos sociais, culturais e ambientais que as comunidades atingidas sofrem e apresenta que outras formas de geração de energia são possíveis.

Após ter juntado os manifestos e declarações contrárias, os atingidos em conjunto com as prefeituras protocolaram junto a deputados, senadores e governo federal a retirada da barragem de Itapiranga do PAC.

Nos dias 29 e 30 de abril de 2008, na igreja matriz de Itapiranga foi organizado um seminário para discutir sobre a possível construção da barragem. Segundo o *Jornal Força do Oeste*, 2008 (apud MAB, 2018), a presença dos interessados foi tão grande que chegou a lotar o espaço. Para esse seminário foram convidados prefeitos de municípios atingidos pelas barragens de Itá e Foz do Chapecó, ambas construídas no Rio Uruguai para falar da experiência, dos pontos positivos e negativos que aconteceram na região onde foi implantada a barragem. Também tomaram a palavra professores e pesquisadores do tema, para destacar os impactos de uma obra como essa projetada na região. Os atingidos pertencentes às comunidades ameaçadas fizeram várias perguntas e deixaram clara a posição contrária.

Durante esse seminário, o MAB apresentou um levantamento econômico feito em conjunto com as prefeituras ameaçadas. Somente o movimento econômico da agricultura camponesa e do comércio das comunidades atingidas dos municípios de Mondaí, Itapiranga, São João do Oeste, Pinheirinho do Vale e Caiçara passou de 150 milhões de reais por ano. Porém o desenvolvimento previsto pela barragem seria de apenas R\$ 5 milhões anuais a título de compensação financeira para a região, ou seja, 30 vezes menor do que a produção normal. A apresentação desses números deixou a empresa sem discurso em torno da proposta que eles vinham apresentando para a região.

Segundo o dirigente do MAB, esses dados esclareceram para a região que a empresa promete um falso progresso e mais uma vez o movimento em conjunto com as prefeituras mostraram os impactos que seriam causados se a barragem fosse construída. Para o movimento, “os números são um verdadeiro absurdo comparados com a estimativa de lucro que a usina geraria. A barragem produziria por dia em torno de 1 milhão e 100 mil, dos quais 6,7% seriam repassados aos municípios”.

No ano de 2009 ocorreram várias ações de resistência. Logo no início do ano os agricultores expulsaram técnicos da FURB. Segundo o *Jornal Expresso do Oeste*, o fato chamou atenção da comunidade.

Na tarde de segunda-feira, o agricultor de Linha Ervas, em Mondaí, Nelson Kuffel, presenciou a chegada em sua propriedade de uma van da qual desceram seis pessoas desconhecidas. Duas delas estavam com roupas camufladas e portavam aparelhos GPS. Os desconhecidos entraram na propriedade e procederam a uma análise da vegetação ao redor. Kuffel supôs instantaneamente que o levantamento se

relacionasse à construção de uma barragem em um trecho do Rio Uruguai pertencente à cidade de Itapiranga. E, na sequência, avisou trinta vizinhos do que vira e convocou-os a impedir a conclusão do estudo. (...) O repúdio a obra e a uma eventual obrigação de ter de desocupar as terras que cultivam e habitam levou os trinta agricultores, afora Kuffel, a dirigirem-se até o local em que estavam os pesquisadores e intimá-los a ir imediatamente até a prefeitura de Mondaí. (Jornal Expresso do Oeste, 2009, apud MAB, 2018).

A intenção dos agricultores era que os pesquisadores explicassem na presença do prefeito as razões do estudo. O acontecimento mostra a tensão que a região estava vivenciando nesse período. Segue abaixo entrevista concedida ao jornal, onde o prefeito deixa claro que essa região é palco de conflito.

Figura 22 - Entrevista com o prefeito de Mondaí

“Aquela área é palco de conflitos”

O prefeito de Mondai, Lenoir da Rocha, viu-se, na segunda-feira, diante do primeiro conflito social no município desde a sua posse, em janeiro. Segundo ele, a equipe do Inventário Florístico-Florestal de Santa Catarina (IFSC) não deveria regressar a Linha Ervas nem desenvolver suas pesquisas em qualquer outra comunidade sujeita a ser inundada se a barragem em Itapiranga for realmente concretizada.

Rocha sugere que os pesquisadores escolham outras áreas do município, onde não haja famílias preocupadas com possibilidade de construção do empreendimento. Confira a entrevista.

Expresso d'Oeste — O senhor concorda com o prosseguimento do inventário florestal em Mondai?

Lenoir da Rocha — Esse projeto existe, não há a menor dúvida. A prefeitura poderá até ajudar os técnicos ambientais a chegar até as florestas contanto que elas não estejam naquela parte do município em que vivem os possíveis atingidos pela barragem de Itapiranga.

EO — O senhor acredita que, no caso de retornarem para aquela mesma comunidade onde estiveram na segunda-feira, os pesquisadores possam sofrer represálias físicas dos agricultores?

LR — Eles precisam ter consciência de que aquela área é palco de conflitos. Os moradores têm medo de que a barragem os obrigue a ir embora de suas casas. Estamos à disposição da universidade, mas, de preferência, os seus técnicos devem pesquisar outras regiões do município.

EO — O que o senhor se opõe ao projeto da barragem em Itapiranga? Que informações tem sobre ele?

LR — Não sei em que nível de planejamento está esse projeto. Não tenho informações concretas a respeito dele. O interesse da prefeitura é garantir os direitos dos possíveis atingidos pela barragem. Antes de qualquer decisão sobre o assunto, é indispensável resolver essa questão.

Fonte: Jornal Expresso do Oeste, 2009, apud MAB, 2018.

Segundo o jornal, os agricultores não se satisfizeram com as explicações dos pesquisadores. “Vocês estão mentindo”, disse Roque Theobald, um dos representantes dos produtores. “A partir de agora não vamos mais garantir a segurança dos senhores em nossas

comunidades”. Após um longo diálogo, a equipe retirou-se do município e um dos pesquisadores comentou: “A situação chegou ao ponto que só o que nos resta é irmos embora”.

No mês de maio de 2009, o *Jornal Mensageiro do Sul* (apud MAB, 2018) noticiou que o movimento estaria fazendo reuniões nas comunidades e discutindo informações referentes à barragem, buscando soluções para que pudessem viver sem o temor da ameaça da construção. Por outro lado, apontava que reuniões estavam acontecendo de forma secreta nas sedes dos municípios, onde técnicos das empresas tentavam convencer autoridades locais a colaborar com seus objetivos. Ainda conforme o jornal, uma autoridade de Itapiranga que não quis seu nome revelado temendo represálias dos possíveis atingidos, disse que as reuniões eram de convencimento de autoridades locais e que a construção só seria viabilizada se a maioria da população estivesse a favor.

Uma das atividades aconteceu no dia 15 de maio de 2009 na casa da cultura, município de Mondaí. Segundo o *Jornal Globo Regional*, de 2009 (apud MAB, 2018), um encontro entre MAB, atingidos pela eventual construção da barragem e autoridades debateram e definiram um plano de ação contra a barragem. Um dos encaminhamentos foi de realizar um grande ato público a ser realizado em Itapiranga para solicitar a retirada do PAC e defender demandas da região.

Uma outra estratégia, usada pelo movimento para não dar espaço a posições favoráveis à construção da barragem, foi articular junto às prefeituras municipais e entidades locais a criação de uma Comissão Interestadual para assuntos de barragem. Isto porque havia indícios de que um pequeno grupo estava se organizando para criar um comitê pró barragem, a fim de ganhar apoio favorável na região e fazer a “propaganda” da empresa. A experiência local dos atingidos em saber que essa seria uma ferramenta para combater o movimento, antecipou-se e criou uma comissão representativa e com a participação dos que de fato tem interesse pelo assunto. Segundo o *Jornal Mensageiros do Sul*, de 2009 (apud MAB, 2018), um dos líderes do movimento pelo “não” é integrante da comissão Interestadul, Arcélio Mossmann, suspeita que haja articulações de pessoas favoráveis à construção para conquistar a obra, o que seria altamente prejudicial à população que será atingida. Diante disso, a luta pela retirada do assunto do PAC colocaria um ponto final nesse pesadelo.

Ao falar da comunidade Catres Mondaí, de onde foram expulsos os pesquisadores da FURB, um trecho do *Jornal Globo Regional* comenta que:

“ Catres é uma comunidade forte e um lugar bom e bonito de se viver e muito bom para morar e trabalhar. Mas as ameaças de inundação da suposta construção da

barragem de Itapiranga estão presentes. Hoje, a comunidade caminha com o seguinte lema: “Enquanto estivermos aqui, queremos continuar unidos e fortes pelo nosso ideal. Vamos lutar com toda coragem e união para impedir que algumas pessoas de gabinetes nos expulsem e destruam a nossa comunidade e a cultura que herdamos dos nossos pais e avós. Somos ordeiros até certo limite. Não nos abatemos com ameaças e lutaremos por nossos direitos.” (Jornal Globo Regional, 2007, p.3, apud MAB, 2018)

Fica claro o temor de que a obra, além de destruir laços culturais, pode acabar com o convívio comunitário, algo muito forte para as famílias da região, que ao longo de muitos anos construíram suas relações sociais e comunitárias com espírito de coletividade e unidade.

Outra situação enfrentada pelos ameaçados pela barragem, foi uma especulação imobiliária que estava acontecendo nas comunidades possivelmente atingidas. Alguns “investidores” que se beneficiaram em outras barragens com a compra e venda de áreas atingidas começaram a comprar áreas na região ameaçada e fazer plantio de árvores frutíferas para serem indenizados com a construção da barragem. Os moradores ao perceberem esse movimento especulativo tiveram desentendimento. O relato dos moradores é destacado na reportagem do *Jornal Globo Regional*:

“[...] certos interesseiros se infiltram em nossas comunidades para criar conflito entre os vizinhos, com mentiras absurdas e conversas sem cabimento. Um ser meio loco” querendo comprar terras de possíveis atingidos por barragens a preços abaixo dos praticados normalmente e ainda fica devendo para os proprietários de lotes de terra. Este indivíduo chegou a prestar queixa na delegacia de polícia. Quando alguns dos líderes do movimento de atingidos pela barragem foram intimados a depor, o mesmo voltou atrás desistindo do processo por falta de argumentos, comprovando as mentiras que inventou contra os líderes do movimento de que teria sido agredido fisicamente e verbalmente” desabafam os moradores.” (Jogo Globo Regional, 2009, p.8, apud MAB, 2018)

Percebe-se, através do relato acima, que os moradores em áreas ameaçadas tiveram que enfrentar diferentes situações durante esse período. Houve ainda denúncias feitas aos órgãos sanitários sobre o plantio de mudas com doenças e também queima de casa comprada por especuladores que chegaram a culpar os atingidos pelo sinistro.

A prática de especulação imobiliária é muito comum em regiões onde é construída barragem. Os dito “investidores” compram áreas dos atingidos a preços baixos, fazem construções diversas e plantio de frutíferas e flores, de tal modo que não seguem padrões técnicos mínimos, para ganhar da empresa um valor alto de indenização. Esses especuladores começam a fazer parte do convívio local e a fazer propaganda da barragem e esperam que saia o mais rápido possível a construção, pois o único interesse é o econômico. Por isso o conflito se instala em locais onde a população não concorda com a construção da barragem.

Outra experiência de luta e resistência aconteceu um dia antes de um grande encontro programado em Itapiranga, no dia 12 de agosto de 2009, quando técnicos contratados pela empresa Desenvix iniciavam a coleta de rochas e pedras para fazer estudo geológico. Segundo o *Jornal Força d' Oeste*, 2009 (apud MAB, 2018), uma das equipes estava próximo à ponte do arroio Dourado e outra no arroio Fortaleza, em Sede Capela. Tão logo os agricultores perceberam a movimentação, comunicaram as lideranças e em pouco tempo reuniram mais de 30 agricultores, proibindo as equipes de continuar o trabalho. Os agricultores tomaram os aparelhos de celulares e trouxeram as equipes até a prefeitura, onde mantiveram contato com a direção da empresa, de Porto Alegre/RS, que ordenou seu retorno. Segundo um dos líderes do movimento, os habitantes locais entenderam isso como provocação, já que haviam notificado a empresa por escrito que não aceitariam nenhum estudo antes de contato com autoridades federais. Esse acontecimento, portanto, se tornou mais um marco histórico de resistência.

E, por falar em resistência, nos dias seguintes o MAB, em conjunto com várias entidades e movimentos sociais, organizaram um grande seminário entre os dias 13 e 14 de agosto de 2009. Nesse encontro, no primeiro dia foi dada importância para a luta histórica de resistência e foi realizado um debate sobre o setor elétrico nacional, com uma missa programada para a noite. No segundo dia, de manhã foi feito um debate sobre a construção de um modelo de produção de energia e desenvolvimento que dispensa a construção de barragens. À tarde aconteceu uma grande manifestação com passeata, que contou com a presença de mais de 1500 pessoas pelas ruas da cidade. O comércio local, em solidariedade aos manifestantes, fechou as portas durante a caminhada e no final do encontro foi feito o erguimento de uma cruz simbolizando a resistência, próximo à praça da cidade e ao Rio Uruguai. Na foto abaixo o jornal local dá destaque com uma edição especial e ressalta a resistência como título da reportagem.

Figura 23 - Reportagem sobre a resistência das comunidades atingidas por barragens



Fonte: Arquivo do MAB.

Nesse encontro foi também elaborado um manifesto de Itapiranga. Segue abaixo o documento, com as afirmações definidas pelos participantes dos dois dias de atividade.

Figura 24 - Reportagem sobre a resistência das comunidades atingidas por barragens

MANIFESTO DE ITAPIRANGA

Durante os dois dias de mobilização foi lançado um manifesto intitulado Manifesto de Itapiranga, onde os manifestantes se pronunciaram em defesa das propriedades, da cultura, da história e das comunidades da região, bem como contrários à construção da hidrelétrica. Veja abaixo o teor da carta:

“Nós moradores e entidades da região ameaçada pela UHE Itapiranga, do campo e da cidade, reunidos nos dias 13 e 14 de agosto de 2009 no município de Itapiranga SC, manifestamos nossa posição contrária à construção da barragem de Itapiranga e exigimos o cancelamento definitivo do empreendimento.

Essa decisão é continuidade da luta histórica de resistência dos moradores em toda a bacia do Rio Uruguai. Entendemos que as grandes obras não geram desenvolvimento, e sim, prejuízos para os ribeirinhos, para o comércio e os municípios da região. Empresas como Engevix e Densvix recentemente se envolveram em várias fraudes de estudos ambientais e portanto não tem a confiança do povo. As lideranças afirmam que a terra e os rios são bens públicos e devem estar a serviço do povo, e não transformados em mercadoria, como querem as grandes empresas privadas nacionais e multinacionais.

Não somos contra a produção de energia e o desenvolvimento, mas contra a concentração das riquezas e do domínio das águas por parte de empresas transnacionais e estrangeiras e o enriquecimento de poucos em detrimento de maiorias. Para nós, desenvolvimento é injetar os recursos do PAC e BNDES em projetos alternativos como a Energia Eólica, Solar, PCHs, Biomassa.

Manifestamos nosso propósito em lutar e nos organizar na busca de projetos para gerar o desenvolvimento da região sem barragem, principalmente alternativas de energia, construção de casas, asfaltamento da estrada Beira Rio ligando Itapiranga à Mondai; Construção da ponte sobre o Rio Uruguai ligando Itapiranga (SC) a Barra do Guarita (RS); créditos subsidiados; redes de água para fornecimento de água potável para os agricultores; investimento em turismo; atividades que gerem renda sem causar impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais, consideramos:

Considerando que a hidrelétrica prevista no município de Itapiranga (SC) e Pinheirinho do Vale (RS) causará fortes danos ao ecossistema local e regional;

a) Considerando que a região ameaçada pela inundação com a barragem são de terras muito produtivas, em 2008, somente o movimento econômico da agricultura camponesa e do comércio das comunidades atingidas dos municípios de Mondai, Itapiranga, São João do Oeste, Pinheirinho do Vale e Caiçara passou de 150 milhões de reais por ano. Porém o desenvolvimento previsto pela barragem é de apenas R\$ 5 milhões anuais a título de compensação financeira (Royalties) para a região, ou seja 30 vezes a menos do que a produção normal.

b) Considerando que há forte resistência da população da região e das lideranças políticas e de entidades da sociedade civil organizada da região na qual está prevista a instalação da hidrelétrica;

c) Considerando que há outras diversas formas alternativas de geração de energia, que teriam um impacto ambiental reduzido ou quase nulo, além de poder servir como fonte de geração de renda para a população desta região de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

ITAPIRANGA (SC), 14 de agosto de 2009.

Fonte: Arquivo do MAB.

Esse manifesto reafirma a luta contrária à construção da barragem e destaca a resistência, mas também frisa que a população vai lutar por um desenvolvimento sem barragem e expressa as principais reivindicações dos municípios e comunidades ribeirinhas (pauta

importante que discute com a comunidade como um todo, não apenas comunidades atingidas). Ela dialoga com o meio rural e o urbano, contempla as reivindicações da sociedade regional e mostra para todos também que não precisa ter barragem para ter desenvolvimento regional, pelo contrário, fortalece a região com investimentos e preserva a cultura, as comunidades e o meio ambiente.

Nesse período posterior, segundo arquivos do MAB foram enviados documentos como pedidos de providência, manifestos e cartas a Governadores de SC e RS, senadores e Presidente da República, também pautas de reivindicações a várias lideranças nacionais e estaduais. Foi intenso o processo na busca pela retirada da barragem de Itapiranga do PAC.

Um fato marcante para os atingidos da região e que gerou consequências judiciais aconteceu no dia 30 do mês de setembro de 2009, momento em que uma empresa estava fazendo levantamento topográfico na comunidade de Linha Sede Capela, interior da cidade de Itapiranga. O fato foi noticiado no *Jornal Expressão* do dia 01 de outubro de 2009 (apud MAB, 2018) e também no *Jornal Força do Oeste* do dia 08 de outubro de 2009 (apud MAB, 2018). Ambos relatam o ocorrido e destacam o conflito existente sobre a questão dos estudos relacionados ao projeto da barragem.

Figura 25 - Reportagem de outubro de 2009

ral Edição 214 13
01 DE OUTUBRO DE 2009

Atingidos por projeto de barragem expulsam agrimensor

ITAPIRANGA - Na manhã de ontem, dia 30, o agrimensor Romildo Streck, que trabalha para a empresa "Agrimensura Serviços Topográficos de Chapecó", realizava atividades de levantamento altimétrico em região de conflito da área que poderá ser inundada, caso se concretize a construção da UHE de Itapiranga. Quando o agrimensor chegou na propriedade de Neri Delavy, em Sede Capela, foi avisado pelo proprietário que o pessoal atingido já o estava procurando. O grupo de atingidos conduziu o agrimensor, com sua camionete, até o Colégio Agrícola, onde entrou em contato com a empresa. Posteriormente, o agrimensor foi conduzido pelos atingidos até o Hotel a fim de recolher seus pertences e, em seguida, até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde foi expedido documento para a empresa de Chapecó, comunicando que o agrimensor não tinha autorização do município de Itapiranga para realizar esse levantamento motivo pelo qual, em nome da Comissão Interestadual dos Atingidos, foi solicitada a imediata paralisação das atividades e também o seu retorno para sua origem. Durante a mobilização dos atingidos, a empresa chapecoense, através de sua assessoria jurídica, solicitou e obteve, apoio policial, para garantir a segurança do agrimensor.



Junto com o agrimensor foram encontrados vários mapas com fotos de satélites

Fonte: Arquivo do MAB.

Ao saberem que novos estudos estavam sendo realizados na região, mais uma vez a ação foi interrompida pelos moradores da região. Segundo o processo penal 018.11.002483-1, TJSC, o fato se deu na manhã do dia 30, em uma propriedade particular na qual um técnico chegou para fazer o levantamento. O proprietário do imóvel solicitou a paralisação do estudo, em seguida avisou os vizinhos e lideranças para comparecerem no local. Após informar de que nessa região estava proibido fazer estudos da barragem, solicitaram que o técnico acompanhasse os moradores até o colégio agrícola da comunidade para falar com o proprietário da empresa. Após algumas horas, os moradores acompanharam o técnico até o hotel no qual estava hospedado e depois pediram para ele se dirigir até o sindicato para que lhe fosse entregue um documento, local de onde logo depois, com a chegada da polícia, o técnico teria sido liberado. Segundo o boletim de ocorrência, os policiais fizeram escolta do técnico até a cidade

de Mondaí, por motivos de segurança. A empresa entrou com processo contra algumas lideranças por danos morais e pela alegação de que alguns equipamentos haviam desaparecido durante a ação. As lideranças foram condenadas a pagar uma certa quantia em dinheiro e prestar serviços comunitários.

Com a criminalização das lideranças locais, o movimento em conjunto com as entidades decidiram fazer uma rifa para custear o processo. Os itens para sorteio foram doados pelas moradores locais e o valor arrecadado custeou as despesas do processo que passou de 50 mil reais.

A criminalização das lideranças é uma prática comum na construção de barragens, pois dessa forma fragilizam o movimento. No caso de Itapiranga, houve uma ação coletiva para não deixar as lideranças arcarem sozinhas com o processo, o que deixou a comunidade ainda mais revoltada com o acontecido.

Ainda em 2009 a Comissão Interestadual se reuniu para discutir uma ação junto ao IBAMA e outros órgãos sobre a licença expedida para empresas fazerem estudos na região. Antes de autorizar o estudo de impacto ambiental, o IBAMA deveria ouvir as entidades e autoridades locais para discutir sobre o assunto. Sendo assim, após assembleias nas comunidades a comissão se reuniu no centro de formação da Paróquia de Itapiranga para discutir a situação.

No ano seguinte, segundo o *Jornal Força do Oeste*, do dia 28 de fevereiro de 2010 (apud MAB, 2018), a empresa iniciou uma demarcação com “palanques” que mostraria o nível do lago da barragem. Na reportagem é destacado que o trabalho foi realizado em apenas dois municípios gaúchos, Caiçara e Vicente Dutra. De acordo com a matéria, algumas comunidades atingidas não aceitaram a demarcação e outras ficaram divididas, com a aceitação de algumas famílias. Ao entrevistar uma das famílias que aceitou a demarcação, a mesma relatou: “Eu e minha família acreditamos que a indenização pelo nosso terreno vai compensar e vamos melhorar de vida. Se a construção da barragem estiver realmente decidida, não adianta sermos contra, temos que lutar para recebermos indenização justa e esperar por uma vida melhor”. Dessa forma, fica claro que há famílias favoráveis à construção da barragem com a expectativa de um ganho econômico favorável, e foi justamente nessas regiões em que existia esse posicionamento que a empresa começou a demarcação, que logo em seguida foi paralisada devido à pressão da maioria.

Em junho de 2010, o prefeito da cidade de Mondaí SC em conjunto com o MAB, entraram com uma denúncia na Procuradoria da República, contra a empresa Engevix e a

Eletrosul (responsáveis pelos estudos de viabilidade técnica, ambiental e socioeconômica da UHE Itapiranga). Na denúncia, menciona a luta histórica e a resistência contra a construção, bem como os impactos sociais, culturais e ambientais que essa barragem pode causar na região. Solicita também que o IBAMA cancele a licença para os estudos e os órgãos federais cancelem a construção da barragem por todos os danos citados na denúncia.

No início de julho de 2010, o prefeito de Mondaí chamou para uma reunião a Comissão Interestadual e os prefeitos da região ameaçada. Na reunião, o prefeito fez o informe da sua denúncia em conjunto com o MAB na procuradoria e também de sua participação em uma audiência pública na cidade de Chapecó promovida pelo Ministério Público a respeito da usina hidrelétrica Foz do Chapecó. Segundo o prefeito, “o que assistimos foi uma choradeira, com depoimentos fortes de atingidos. Sabíamos antecipadamente que havia alguns problemas, mas jamais ao ponto que observamos”. (Jornal Expresso do Oeste, 2010, p.3, apud MAB, 2018).

Ao comentar a atitude do prefeito em fazer a denúncia na procuradoria, o secretário da agricultura de Mondaí ressalta que “o Prefeito Lenoir usou de uma estratégia correta ao buscar defender os interesses do município pelos meios legais, mas que fique muito claro, que ainda temos “um cartucho” para gastar, que é a mobilização popular, sempre de maneira pacífica, mas não voltaremos pela contramão se insistirem nesse projeto absurdo”. Ainda referindo-se à atitude do prefeito, o Secretário da indústria e comércio de Itapiranga comenta, “de que adianta termos uma barragem aqui se perderemos nossa qualidade de vida?”, assegurando ao colega Lenoir total apoio nos encaminhamentos tomados junto ao MPF. “Precisamos mudar nosso conceito de vida, de que se eu ganhar bem pelos meus bens o resto que se dane. O mais importante é defendermos o interesse do coletivo”, conclama Roberto Lengert. Na reunião foi encaminhada uma audiência pública com MPF para debater a questão da barragem de Itapiranga no mês seguinte.

No final do mês de julho de 2010, o MPF instaurou um inquérito civil público, motivado por representações do MAB e o Prefeito da cidade de Mondaí, com o objetivo de fiscalizar e exigir o cumprimento das normas ambientais e outros possíveis impactos socioeconômicos e culturais da região.

Em 2011, no mês de fevereiro a Comissão Interestadual se reuniu e planejou ações. Na reunião foi encaminhado que se fizesse um novo levantamento econômico da produção agrícola e comercial para demonstrar as perdas das comunidades e municípios ameaçados, caso fosse construída a barragem. Outros encaminhamentos foram: fazer reuniões com parlamentares a fim de assumirem a luta dos atingidos, reforçar a ação contra a barragem que está tramitando

no MPF e por último fazer rodadas de reuniões nas comunidades para levar informações e debater com o povo o andamento da luta.

Uma audiência pública foi promovida no mês de março, e o encontro serviu para reforçar o posicionamento contrário à construção, reivindicando o cancelamento definitivo da barragem e pedindo por desenvolvimento da região sem a necessidade de sua construção. Deputados estaduais e federais, entidades e movimentos sociais e os atingidos de toda região participaram da audiência. Na oportunidade, o movimento entregou uma carta compromisso com a pauta dos atingidos da região.

O MAB realizou ainda no mês de março uma audiência com o governador do estado de Santa Catarina. Na pauta de reivindicação estava o pedido de suspensão dos estudos da barragem de Itapiranga, bem como pautas relacionadas a outras barragens em andamento no estado. Na audiência, o governador da época, Raimundo Colombo, assumiu o compromisso de fazer uma reunião específica sobre a barragem de Itapiranga com prefeitos e lideranças da região e órgãos do Governo Federal. Também se comprometeu em apoiar projetos de geração de energia através do biogás, projeto proposto pelo movimento.

Outra investida aconteceu por parte do governo para que a barragem fosse construída, em julho de 2011, quando a empresa Eletrosul anunciou a abertura de um escritório no município de Itapiranga. A informação gerou revolta na comunidade pois tratava-se de uma nova ofensiva contra a comunidade local para construir a barragem. A partir desse fato novas especulações começaram a circundar a região, mas os atingidos logo se reuniram e pensaram formas de fazer o posicionamento, pedindo explicações para a direção da empresa Eletrosul e cobrando também a atitude da empresa.

Segundo o *Jornal Globo Regional* de 20 de julho de 2011 (apud MAB, 2018), ameaçados pela barragem de Itapiranga realizaram estudos. O Movimento dos Atingidos por Barragens realizou a segunda etapa de formação de lideranças no colégio agrícola, momento em que participaram jovens, mulheres e lideranças. Nesta etapa foi iniciado estudo sobre como funciona a sociedade, suas estruturas, classes sociais, e a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras no modo de produção capitalista, pois este é um sistema predador de recursos naturais e concentração de riqueza que se efetiva através da construção de barragens. Percebe-se que o movimento busca através da formação de lideranças, compreender a lógica do modelo energético dentro do sistema capitalista, onde a riqueza produzida na região através da barragem não é para atender os problemas da população local, mas um pequeno grupo de pessoas que se apropriam dos recursos naturais.

No mês de agosto de 2011, segundo o *Jornal Expressão* (apud MAB, 2018), o MAB entregou uma pauta de reivindicações para a presidenta Dilma Vana Rousseff, solicitando providências para pendências em barragens construídas no Rio Uruguai, principalmente a Foz do Chapecó e o cancelamento da barragem de Itapiranga. Abaixo foto da entrega da pauta no aeroporto de Chapecó, na imagem está a presidenta Dilma e Pedro Eloir Melchiors da direção do MAB.

Figura 26 - Reportagem sobre entrega de pauta de reivindicações à presidenta



Fonte: Arquivo do MAB.

A entrega da pauta para a Presidenta da República mostra que o movimento tem um respaldo e uma importância na defesa dos direitos dos atingidos por barragens a nível nacional, mas de certa forma, observa-se que as políticas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia eram de garantir que as obras fossem construídas. Um dos pontos de pauta do movimento, que estava sendo amplamente discutido na época, era a Política Nacional dos Atingidos por Barragens- PNAB. Nessa política, defendida pelo movimento, estava a garantia das populações ameaçadas por barragens terem o direito de decidirem se concordam ou não com a construção de determinada barragem. Ao mesmo tempo que reivindica essa pauta, apresenta para a sociedade que não existe uma política clara de tratamento dos atingidos por barragens a nível nacional.

Na questão da barragem novos acontecimentos seguiram o conflito na região de Itapiranga, o MAB recorreu ao Ministério Público sobre o andamento do cancelamento dos estudos, reuniu os ameaçados de todas as comunidades em reuniões de apresentação de como está a situação e realizou reunião com comissão Interestadual para reafirmar a luta contrária e buscar novas formas de barrar o projeto.

Nesse período, em outubro de 2011, o MPF suspendeu temporariamente o licenciamento ambiental da barragem. A ação requer que sejam aguardados por parte do IBAMA a conclusão de estudos dos técnicos do MPF sobre o Termo de Referência. Para o MPF, o Termo de Referência tem que atender à estrita observância das normas legais, destacando ainda na ação que uma equipe multidisciplinar do MPF irá concluir os estudos e apontar ao IBAMA para que sejam tomadas providências necessárias para garantir a legalidade do licenciamento.

No mês de novembro de 2011 o MAB, em conjunto com várias entidades, realizou um forte manifesto pedindo a retirada imediata do escritório da Eletrosul de Itapiranga, ato que também foi em comemoração ao dia do Rio e teve como tema “Em defesa da vida e do Rio Uruguai. Segundo o *Jornal Globo Regional*, 2011 (apud MAB, 2018), a manifestação aconteceu com uma caminhada de 10 Km, saindo da comunidade de Sede Capela, Itapiranga e se direcionando até a cidade. O jornal apresenta que participaram moradores de todas as comunidades ameaçadas, prefeito de Mondaí, cavalarianos e lideranças do movimento. No caminho, foram cantadas músicas aludindo ao Rio Uruguai, falas das lideranças e plantio de árvores. O ato continuou à tarde, com participação de várias caravanas de outros municípios atingidos, teve participação de mais de 500 pessoas que se deslocaram até o escritório da Eletrosul. Ali, entregaram um documento pedindo seu fechamento imediato. Abaixo, imagem do ato na frente do escritório.

Figura 27 - Manifesto pedindo a retirada da Eletrosul de Itapiranga



Fonte: Arquivo do MAB.

Os atingidos mostraram sua indignação com a abertura do escritório e segundo o jornal acima o Prefeito de Mondaí Lenoir da Rocha apud Justiça Federal (2014), classificou a abertura de “instalação clandestina” o escritório da empresa. Já o atingido Roque Theobald salientou que mandou um recado para o presidente da empresa, que retire o escritório de Itapiranga se não o povo irá tirar.

No início do ano de 2012 o MAB realizou um roteiro de reuniões em todas comunidades e municípios atingidos e também da Comissão Interestadual, realizou também uma audiência em Florianópolis com diretores da Eletrosul, solicitando a paralisação das atividades da empresa na região. Cobraram da empresa recursos para desenvolver a região com projeto de geração de energia através do biogás.

Em comemoração ao dia nacional de lutas do MAB, no dia 14 de março as lideranças da região se reuniram para planejar ações frente à circulação de técnicos da Eletrosul em algumas comunidades, houve conflito com técnicos que estavam visitando famílias da região, que chegaram a chamar a polícia para poder deixar o local. Diante disso o movimento elaborou uma cartilha para distribuir nas comunidades, com o intuito de divulgar cuidados que deveriam ser tomados e destacando a quem interessava a barragem. Segundo o movimento, para manter

a luta contrária ninguém deveria assinar nenhum documento aceitando os estudos para continuar resistindo.

No decorrer do processo da luta, em agosto de 2012 a Justiça Federal de Santa Catarina suspendeu o licenciamento da usina, o que representou para os atingidos um avanço na resistência o fato de a justiça reconhecer que existem falhas no processo e suspender o licenciamento ambiental.

Mas a luta não para, em 2013 foram feitas várias reuniões e formação de lideranças. Uma delas foi realizada no dia 18 de fevereiro no auditório da prefeitura de Itapiranga, reunindo os membros da comissão interestadual e possíveis atingidos. Na oportunidade, os atingidos debateram as informações mais recentes quanto ao andamento do projeto e planejaram ações de esclarecimento e resistência para o ano. Mesmo com os estudos paralisados por ordem judicial, havia a suspeita de que alguns grupos estariam se movimentando na região, conforme o comentário de Pedro Melchior:

“Eles não estão dormindo. Esse silêncio em relação a barragem tem alguma coisa por trás” para se contrapor a essa ameaça, a resistência contra a construção da hidrelétrica já programa um novo movimento. Foi marcado para o dia 14 de março um encontro regional na cidade de Itapiranga. Para o evento serão convidados representantes do Ministério de Minas e Energia, Governo do Estado, Ministério Público Federal e órgãos ambientais. A intenção é promover um grande debate em torno da possível construção da hidrelétrica no Rio Uruguai. “Não somos contra a produção de energia, mas é importante debater para que e para quem este empreendimento vai servir”. (Jornal Expressão, 2013, p.18, apud MAB, 2018)

Percebe-se que o movimento continua atento e fazendo ações para que a luta de resistência não deixe as empresas entrarem na região fazer estudos sem o consentimento da população.

Segundo o MAB, no dia 14 de março os atingidos saíram em passeata pelo centro da cidade, carregando faixas e cartazes que estampavam mensagens contra a possível morte do rio Uruguai, local previsto para sediar a construção da hidrelétrica de Itapiranga.

Após percorrer todo o centro, a marcha seguiu até o escritório da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), onde foi entregue uma pauta para ser debatida com a diretoria da empresa. Nela, os movimentos cobram melhorias na qualidade da energia distribuída e soluções para os constantes apagões na região, que estão trazendo prejuízos aos produtores e ao comércio. Esta mesma pauta de reivindicação seria entregue à empresa Rio Grande Energia, empresa responsável pela distribuição de energia no Rio Grande do Sul.

No dia 02 de abril de 2014 mais de mil pessoas, entre atingidos, comerciantes, pescadores, agricultores e população em geral participaram, em Itapiranga (SC), da Audiência Pública convocada pela Justiça Federal, pelo Ex-Juiz Federal, Marcio Jonas Engelman, de São Miguel do Oeste (SC), Ministério Público Federal e IBAMA, para discutir sobre a Ação Civil Pública do MPF (nº 5002025-30.2012.404.7210/SC), que suspendia há mais de dois anos o processo do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Itapiranga, localizada no rio Uruguai.

O objetivo foi ouvir a sociedade, entidades, prefeitos, vereadores, comerciantes, lideranças religiosas, sindicais e movimentos sociais sobre a posição frente à construção da barragem prevista há mais de 30 anos, da qual o MAB e demais organizações resistem contrariamente. As mais de 20 intervenções e questionamentos foram por unanimidade contra o projeto e o pedido do cancelamento definitivo da barragem de Itapiranga e demais hidrelétricas previstas nos Rio Uruguai.

Figura 28 - Foto da audiência pública de 2 de abril de 2014



Fonte: <<https://mab.org.br/2014/04/04/audi-ncia-p-blica-refor-posi-contraria-barragem-itapiranga/>>.

No próximo tópico, buscarei apresentar quais foram os posicionamentos das mais de 20 entidades. Dessa forma podemos compreender quais são as principais justificativas das entidades em resistirem contra a barragem, sendo que até o momento apenas destacamos as

principais ações que aconteceram durante todo o processo de experiência e resistência de uma luta histórica.

Nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2016, o MAB realizou seu primeiro encontro estadual na comunidade de Santa Fé Baixa. A escolha do município de Itapiranga para sediar o encontro foi devido ao fato de este ser um símbolo de resistência muito forte. O encontro contou com mesas, debates, noites culturais e atos políticos, tendo a participação de cerca de 200 atingidos. Na atividade foi reforçada a luta contrária à barragem de Itapiranga e encaminhadas as principais bandeiras de luta para o próximo período.

No ano de 2017 a ANNEL, por meio da superintendência de concessões e autorizações de geração, emitiu o despacho que tirou a autoridade da empresa Desenvix Energias Renováveis S.A, com a desistência formal da própria empresa que tinha autorização para realizar os estudos, mas devido à resistência dos atingidos não os realizou.

Figura 29 - Jornal Globo Regional de 08 de junho de 2017, destacando a conquista que o movimento teve com a luta de resistência

globo regional - São João do Oeste/SC
A notícia em suas mãos!

Quinta-Feira
08 de Junho de 2017 **17**

REPORTAGEM

Vitória do MAB e do povo!

Desenvix desiste da Barragem de Itapiranga

O Movimento dos Atingidos por Barragens, juntamente da Comissão Interestadual dos municípios ameaçados pela barragem de Itapiranga, entende que esta decisão por parte da empresa Desenvix, é fruto da luta de resistência contra a construção da barragem que ameaça a região desde o ano de 1982.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Superintendência de Concessões e Autorização de Geração, emitiu despacho nº 1.265 de 8 de maio de 2017, inativando a empresa Desenvix Energias Renováveis S.A, com a desistência formal da própria empresa que tinha autorização para realizar os Estudos de Viabilidade da UHE Itapiranga, com potência prevista de 724.600 kW, localizada no rio Uruguai, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A decisão foi publicada no dia 10 de maio de 2017 no Diário Oficial (seção 1, p. 50, v. 154, n. 88).

O Movimento dos Atingidos por Barragens, juntamente da Comissão Interestadual dos municípios ameaçados pela barragem de Itapiranga, entende que esta decisão por parte da empresa Desenvix, é fruto da luta de resistência contra a construção da barragem que ameaça a região desde o ano de 1982.

São várias décadas de organização, mobilizações, debates e questionamentos da população frente ao projeto de estudos de viabilidade, que motivou também uma Ação Civil Pública dos municípios e MAB no Ministério Público Federal pelas fraudes que fazem nos estudos socioambientais nas barragens. "A luta de resistência não vai parar, pois sabemos que as empresas e o governo querem o nosso Rio Uruguai e a terra para fazer apenas lucro com a venda da energia, sendo que outras empresas podem vir agora para fazer os estudos e por outro lado os atingidos e municípios não tem em nosso país uma política de direitos de atingidos" afirma Roque Theobald, da coordenação do MAB.

A história de desrespeito e as constantes violações dos direitos dos atingidos praticados pelas empresas e pelo governo em todo o Brasil nas construções de barragens demonstra a necessidade cada vez maior em que a sociedade organizada precisa construir um Projeto Energético Popular, no qual a água e energia são para a soberania, distribuição da riqueza e controle popular.



SOMOS CONTRA A BARRAGEM
Desde a primeira edição, até vitória final...
Globo Regional



Colocação de uma cruz, na entrada da cidade de Itapiranga, em agosto de 2009



“
A história de desrespeito e as constantes violações dos direitos dos atingidos praticados pelas empresas e pelo governo em todo o Brasil nas construções de barragens demonstra a necessidade cada vez maior em que a sociedade organizada precisa construir um Projeto Energético Popular, no qual a água e energia são para a soberania, distribuição da riqueza e controle popular.
”

Fonte: Arquivos do MAB

O MAB, em conjunto com as entidades, celebraram essa conquista, que só foi possível através de muitas ações coletivas e da unidade da região na luta contrária. É também importante destacar a experiência de luta do MAB, que nesse período histórico defende um Projeto Energético Popular que atenda às necessidades do povo, defendendo a soberania e também a distribuição da riqueza. Pautas fruto de um acúmulo e construção coletiva.

Através dessa narrativa histórica apresentaram-se as inúmeras ações desenvolvidas nessa resistência contra a construção da barragem. Nesta perspectiva, ao trabalhar sobre resistência, são importantes os apontamentos defendidos por Thompson (1988): a análise dos costumes, das normas e do modo de vida das sociedades no tocante à resistência e às mazelas impostas pelo avanço das forças produtivas é um ponto crucial para termos uma produção historiográfica feita a partir da ótica dos subalternos.

Por classe, entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. (Thompson, 1988, p. 8; grifo no original)

Ainda observa Thompson:

Pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (Thompson, 1988, p.356)

Segundo Thompson (1988, p.290), “[...] é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento”, e é pela mediação da experiência “[...] que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades” e regula a prática pela qual a produção é mantida e reproduzida.

Thompson (1981, p.405) afirma que “[...] a experiência é exatamente aquilo que faz a junção entre a cultura e a não-cultura, estando metade dentro do ser social, metade dentro da consciência social”. A experiência é também “[...] a influência do ser social sobre a consciência social”, na medida em que exerce a experiência, executa o diálogo entre o ser social e a consciência social, uma vez que “assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido” (THOMPSON, 1988, p.200-201). Segundo o autor, mudanças no ser social dão origem à experiência que, por sua vez, tem o papel determinante de mediar o processo de transformação da consciência social.

É mediante esse diálogo que podemos estabelecer uma correspondência entre o conhecimento e as propriedades “inscritas” na realidade material (Thompson, 1988). Nesse sentido, a experiência é fator indispensável na análise da história. Essa luta dos atingidos de Itapiranga mostra a grande experiência coletiva que ao longo dos anos foi construindo um movimento social que se identifica enquanto classe e pauta um novo projeto energético e de sociedade.

Diante da descrição das ações desenvolvidas nesse período na luta de resistência, observa-se que houve uma grande intencionalidade de reação aos interesses do governo e empresas que queriam construir a barragem, uma experiência que fica marcada na história como a barragem que não foi construída pelo enfrentamento dos atingidos.

Para conhecer melhor e com mais profundidade a luta de resistência, no próximo item busca-se-á responder o problema de pesquisa: apresentar as entidades que estão envolvidas na luta contrária e buscar entender o que levou todas essas entidades a terem o mesmo posicionamento.

4.3 Os diferentes sujeitos sociais na resistência contra a barragem

Neste tópico, será apresentado o posicionamento dos diferentes sujeitos sociais envolvidos na luta de resistência. Para ter melhor conhecimento da posição de cada uma em relação à construção da barragem, será usado entrevistas feitas em jornais da região e as principais falas gravadas na audiência pública realizada no dia 02 de abril de 2014, na cidade de Itapiranga. Cabe lembrar aqui, que são posicionamentos de mais de 20 entidades e que algumas dessas são as que em outros locais fizeram a defesa da construção de barragens. Talvez através desses posicionamentos consiga-se entender por que diferentes entidades se posicionam de maneira unânime contrárias à construção da barragem de Itapiranga e quais são os principais argumentos de unidade, que eles defendem.

Na audiência pública, as falas das mais de 20 entidades participantes foram contra a construção da barragem. A partir disso busca-se-á apresentar as justificativas apresentadas em seus posicionamentos, principalmente aqueles pontos que são defendidos pela maioria dos pronunciamentos e outros que merecem destaque pelo significado da resistência local.

Um dos pontos levantados pelas entidades e que merece destaque é que a população local já é atingida pelo projeto, conforme comentário do vice-prefeito de Caiçara/RS, representando as prefeituras do lado gaúcho. Segue o relato da gravação na audiência pública, com os principais argumentos:

“Nossa preocupação maior, nesse tempo que a gente vem se aprofundando dos estudos, o nosso município Caiçara RS, caso aconteça esse projeto atingirá uma das maiores áreas. Então a gente avaliando, conversando com a população que será mais diretamente atingida pelas águas caso isso aconteça, o'que a gente vem observando é que nós já somos atingidos, estamos sofrendo com esse projeto, nós estamos vivendo num processo de retrocesso, nós não estamos naquela área, aquela área não está sendo desenvolvida, um exemplo um agricultor quando começou a ouvir do projeto, comentar na sua comunidade, ele já começou a freiar né as suas metas os seus objetivos de crescimento né se ele pensava em reformar sua casa, ou construir outra casa ou galpão, chiqueirão, a gente viu que lá o pessoal desandou foram embora venderam suas terras, então nós já estamos sofrendo um retrocesso muito grande, muito sério, muito forte com esse projeto, então só ressaltando o que foi colocado (...) nós não temos por parte do estado uma lei que regulamenta definitivamente o atingido, não está claro isso né, então outra coisa, outro questionamento, como o doutor comentou aqui falta clareza das coisas, falta de informação, provocando oque? incerteza, um sério sentimento de insegurança, o povo fica bem atônito sem saber para que lado correr(...) (Silvano Faccin apud Justiça Federal, 2014)

Além de falar que a população local já está sendo atingida com a ameaça do projeto da barragem e sofre as consequências com isso, o vice-prefeito apresenta questionamentos a respeito da política de direitos dos atingidos e a falta de informações. Observa-se que são pontos importantes no debate de construção da barragem, pois se não há uma política de tratamento da população atingida as regras vão se dar conforme os interesses do governo e empresa e a população local não tem claro o que será seu direito.

O Padre Dionísio Kerbes, representando a diocese de Chapecó, a paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga e comunidades cristãs, fez uma fala muito forte de grande preocupação com o sentimento da população local, das comunidades, da cultura, do modo de vida, das relações sociais existentes na região e também sobre a vida do Rio Uruguai. Na sua fala, com fortes cobranças das autoridades, deixa claro que a população local não quer barragem e deve ser respeitada. Segue o relato.

“(...) Já faz trinta anos que o nosso povo sofre e parece que as autoridades responsáveis por esse país estão surdas que não ouvem e não querem ouvir a vóz do povo (...) nós que aqui estamos somos totalmente contrários à instalação de mais uma usina hidrelétrica nesse nosso querido e majestoso Rio Uruguai, e por isso mesmo contra qualquer continuidade de licenciamento. Nós somos um povo trabalhador, ordeiro e feliz, organizado e apaixonado por essa terra e por isso mesmo não podemos ser considerados como aventureiros, nem anarquistas e muito menos movidos somente por paixões emocionais. Somos um povo que preza pela cultura e o bem estar de nossas famílias e comunidades, temos uma história construída com sangue suor e lágrimas (...) somos comunidades muito bem constituídas e organizadas, somos conscientes e movidos pela razão e a paixão, sabemos os motivos da nossa luta contrária à construção da hidrelétrica(...). Não podemos admitir que em nome da ganância e do lucro de algumas empresas nossa história seja ignorada e jogada no lixo, num lago de morte. Não podemos admitir que no presente se ignore o passado. (...) Nossa história, nosso chão, nossa vida comunitária se tornaram um patrimônio social

e cultural e são impagáveis.(...) já sofreremos o bastante, pois já fazem mais de 30 anos que sofreremos o dano moral psicológico, social e econômico. (...)Portanto grande será o impacto social e cultural, sérias consequências provocará no grupo social, qualquer ação pública ou privada que alterar nosso modo de viver, trabalhar, divertir-se e organizar-se. (...) Não somos mercadoria, não queremos um lago estagnado e sem vida. (Padre Dionísio Kerbes apud Justiça Federal, 2014)

A fala acima do Padre, destaca o processo histórico de resistência, destaca que a história, a vida comunitária se tornaram um patrimônio social e cultural da região, apresenta também que o povo já vem sofrendo danos morais e psicológicos com a ameaça do projeto e alerta que se caso for construída a barragem grandes impactos culturais, sociais e ambientais serão causados.

O prefeito de Itapiranga, Milton Simon apud Justiça Federal (2014), também manifestou a posição contrária e solicitou ao MPF que seja tirado do PAC a barragem. Destacou a cultura forte da região, do povo trabalhador, das produções agropecuárias da agricultura familiar, destacou que existem duas empresas que geram mais de 4 mil empregos no município. Ressaltou, ainda, que a região é economicamente muito produtiva, jamais terá compensação que justifique essa construção. Além disso, Simon caracterizou a barragem como um empreendimento diabólico que ameaça a vida comunitária e social. O prefeito justificou, também, que existem outras formas de geração de energia e que a população quer desenvolvimento sem barragem, com asfaltamento na beira rio, contorno viário, a construção da ponte no Rio Uruguai e sistema sanitário no município. Itapiranga clama pelas comunidades, pela conservação da história e da cultura e pela manutenção da natureza.

O Prefeito da cidade de Mondáí/SC Lenoir da Rocha apud Justiça Federal (2014), que é Delegado de Polícia, representando, também, os Prefeitos dos municípios de Itapiranga e São João do Oeste/SC e dos municípios de Pinheirinho do Vale, Caiçara e Vicente Dutra/RS, destaca que há trinta anos vêm sendo ameaçados pelo projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Itapiranga, cuja obra ainda não foi iniciada em virtude da forte resistência por parte da população atingida, da ação dos movimentos sociais, das lideranças políticas, de entidades da sociedade civil organizada, sindicatos, cooperativas, igrejas, etc. Segundo ele, o posicionamento contrário à construção da barragem é muito firme, claro e consciente, uma vez que está alicerçado em fatos reais, pois está mais do que provado que para os municípios as barragens trazem prejuízos de toda ordem, quer seja econômica, social ou cultural, deixando um rastro de destruição e de miséria, desestruturando as comunidades, além dos danos ambientais incalculáveis, acabando, ainda, com a vida dos rios.

Para o prefeito, sabe-se que a produção de energia elétrica é indispensável para o desenvolvimento do nosso país, mas também que existem outras formas de produzi-la. Ao invés de grandes barragens, sugere que sejam feitos investimentos em fontes múltiplas de energia, priorizando as fontes alternativas: eólica, solar, biomassa, pequenas hidrelétricas, respeitando critérios de economicidade e sustentabilidade ambiental.

Lenoir da Rocha apud Justiça Federal (2014) apresentou um quadro com dados, extraídos das secretarias da fazenda dos municípios, que expressa os valores do movimento econômico das comunidades a serem atingidas pela barragem em comparação aos valores que os municípios receberiam como compensação financeira (royalties), cuja compensação é calculada proporcionalmente à área inundada no município naquele período, segundo dados da Engevix:

Tabela 5 - Movimentação econômica das comunidades em comparação aos valores Royalties

Município	Área Alagada (há)	Valor Econômico R\$/Ano	Valor Royalties R\$/Ano
Itapiranga/SC	739	77.000.000,00	1.483.204,00
Mondaí/SC	535	51.500.000,00	1.073.767,00
São João do Oeste/SC	99	20.860.000,00	198.697,00
Pinheirinho do Vale/RS	591	57.350.000,00	1.186.161,00
Caiçara/RS	593	37.800.000,00	1.190.176,00
Vicente Dutra/RS	231	16.400.000,00	463.626,00
Vista Alegre/RS	52		104.366,00

Totais	2840	260.910.000,00	5.699.997,00
---------------	-------------	-----------------------	---------------------

Fonte: Arquivos do MAB.

Observa-se que o prejuízo econômico para a região através desse levantamento é muito grande, que a compensação financeira por área alagada, mais conhecida como “royalties”, a serem recebidos pelos municípios são irrisórios se comparados às perdas do movimento econômico, acarretando em enormes prejuízos e diminuindo a receita orçamentária dos municípios.

Esse levantamento é algo novo adotado na experiência de luta dos atingidos da região de Itapiranga, segundo o MAB (2014), ao verificar que os municípios atingidos pela UHE Foz do Chapecó, (barragem construída a pouco mais de 100 km de distância no Rio Uruguai), tiveram perdas econômicas com a construção da barragem, decidiram em conjunto com os municípios ameaçados pela barragem de Itapiranga realizar o estudo. Com o levantamento feito os municípios constataram que a propaganda da empresa era enganosa e fortaleceu ainda mais a luta contra a proposta.

O prefeito de Mondai, em sua fala na audiência pública, ressalta outras preocupações ainda em relação a construção da barragem:

“Outra questão que muito nos preocupa diz respeito as 1500 famílias que serão desalojadas. Essas pessoas não têm nenhum interesse em se desfazer de suas propriedades. Elas gostam do lugar onde estão morando. É o lugar que escolheram para morar, trabalhar e criar seus filhos. É o melhor lugar para viver. Por isso, a indenização que for arbitrada, por mais elevada que seja, ela sempre será injusta. Não existe compensação financeira para um “ lugar sagrado”. Temos certeza Excelência, que muitas famílias só sairão de seus lares à força, mediante ação de despejo, o que é lamentável.

Sabemos que os proprietários nunca recebem uma indenização justa, os posseiros que não detém justo título, sequer são indenizados e os pescadores, simplesmente, não são reconhecidos como atingidos. Muitas dessas pessoas, são obrigadas a migrar para a periferia das cidades, ficando sem emprego, sem terra e sem casa, engrossando os bolsões da pobreza, vivendo na miséria. Esse é o destino de muitos dos atingidos, Excelência. E as empresas? Para as empresas, não interessam as pessoas e suas vidas. Para as empresas só interessa o lucro com a venda da energia, jogando para os municípios os problemas sociais. E o Governo? O Governo Federal, que deveria ser o defensor dos direitos sociais, nada faz para mudar a situação. Pelo contrário, sinaliza a construção de mais barragens.

E as comunidades? A maioria das comunidades atingidas por barragem ficam desestruturadas, enfraquecem e algumas desaparecem totalmente. De ressaltar que as comunidades de nossa região, são comunidades “especiais”, históricas, algumas quase centenárias, muitas delas constituídas por pessoas oriundas de berço germânico, cultuando as suas raízes e as suas tradições. Tanto as pessoas desalojadas, quanto as que restam nas comunidades atingidas, perdem a sua história, a sua identidade e suas referências como cidadão. Elas se espalham. Muitas delas jamais vão se encontrar. De considerar, também, o vínculo comunitário, cultural e solidário que essas pessoas

estabelecem, que constituem verdadeiras redes de apoio famílias entre elas e que são destruídos com a chegada da barragem.

E o Rio Uruguai? O nosso majestoso rio Uruguai, que já serviu de inspiração para muitas canções, que mata a nossa sede diariamente, está com os dias contados. (...) E a água? Dentre os vários problemas citados, temos a água como sendo o maior problema a ser enfrentado com a construção da UHE Itaipiranga. (ROCHA apud JUSTIÇA FEDERAL, 2014)

A posição dos prefeitos apresenta vários problemas que poderiam ser causados com a construção da barragem, mas cabe mencionar um que converge com as falas de outras lideranças acima mencionadas, que é a preocupação com as questões sociais, comunitárias, culturais, ambientais e econômicas. O que chama atenção é o forte apelo cultural das relações sociais existentes na região que está em risco, a questão histórica e de identidade regional moldados na forma da colonização deste local.

Outro posicionamento na audiência que merece destaque é do Luiz Carlos Borsuk apud Justiça Federal (2014), representante do Deputado Federal Pedro Uczai. Para ele, o país deveria dar mais importância à geração de energias alternativas, além de falar do monopólio das grandes empresas em torno da energia hídrica e destacar a importância da agricultura familiar no desenvolvimento da região, na geração de empregos e alimentos. Borsuk frisou ainda que a barragem não vai resolver o problema da falta de energia elétrica no país.

O Secretário de Administração do município de Pinheirinho do Vale/RS ressaltou que existem 4 olarias no município e que elas produzem mais de 1 milhão de tijolos por mês e, caso a barragem seja construída, as 4 seriam atingidas e acabariam parando com a produção. Segundo ele, muitas famílias preferem ser enterradas junto aos escombros das casas do que ir embora, e destaca também que a barragem pode extinguir o monumento histórico existente na barranca do Rio, da Coluna Prestes. Este monumento refere-se à área onde foi construído o túmulo do Tenente Mário Portela Fagundes, local da batalha ocorrida em 1925 às margens do Rio Pardo, no interior do município. O local onde se encontra o monumento em homenagem ao Tenente Portela e seus companheiros, representado pelo túmulo e 30 cruzeiros, simbolizando os que ali morreram em combate, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do RS, constitui um local de referência para a população e visitantes interessados nesse período da nossa história, da formação da Coluna Prestes.

Figura 30 - Monumento em homenagem ao Tenente Portela e seus companheiros,
representado pelo túmulo e 30 cruzeiros



Fonte: <http://www.ipatrimonio.org/pinheirinho-do-vale-sitio-de-batalha-da-coluna-prestes-e-tumulo-do-tenente-portela/>. Acesso dia 20/09/2021.

Em nome das Instituições de ensino da região falou Celso Schneider apud Justiça Federal (2014), apresentando fatos históricos e socioculturais da região. Ele lembrou que em 1960 foi realizado um diagnóstico para pensar o desenvolvimento da região. Segundo ele, foi empregado na construção do Colégio Agrícola em Sede Capela, Itapiranga, em torno de 100 mil horas de trabalho voluntário. No colégio, desde 1980 teve formação de técnicos em agropecuária, formando mais de 2000 mil técnicos. Hoje em dia, porém, não conta mais com essa modalidade de ensino. Essa construção está ameaçada de ficar embaixo d'água se a barragem chegar a ser construída.

(...) Não queremos que as gerações futuras nos acusem de omissos, dizia o Padre António Vieira, “pelo que fizeram serão de condenar muitos, pelo que não fizeram serão de condenar todos, a omissão é um pecado que se faz ao não fazer.” Neste momento nos encontramos como guerreiro missionário Índio Guarani Sepé Tiaraju, líder da resistência contra o opressor invasor espanhol e português no século XVIII, apesar de sermos uma nação democrática ou justamente por sermos é que temos o direito de manifestar e repetir sua frase profética que ressoa também nessa região “esta terra tem dono! estas escolas, estas comunidades, está agricultura sofrida e explorada tem dono! Foi a iniciativa privada que conquistou, construiu aquilo que temos hoje, agora o poder econômico irracional vem tirar a nossa propriedade, estraçalhar as nossas comunidades e escolas, sem falar da dimensão cultural, religiosa e sítios arqueológicos. Será que já não temos povo suficiente jogado pelo mundo na rua da desgraça por causa de megaprojetos e por causa da ganância do poder econômico? Para lutar é preciso acreditar e aqui acreditamos que é possível pensar em um mundo diferente em que a água volte a ser sinal de vida e não de morte e que se questione de uma vez para sempre, qual é o limite da política energética deste país? além de ser uma política que não privilegiava as pessoas, mas o poder econômico, capitalista e selvagem, e término dizendo, queremos o progresso, mas jamais à custa da desgraça alheia, muito obrigado! (Celso Schneider apud Justiça Federal, 2014)

O professor falou da construção coletiva das estruturas comunitárias e destacou que isso tudo está ameaçado com a construção da barragem, ainda mencionando as contradições de megaprojetos que deixaram muitas pessoas sem o tratamento adequado, fazendo uma crítica ao modelo energético vigente, ao modelo capitalista e também destacando que defende o progresso, mas não às custas da desgraça alheia.

O doutor Airton Sehen, representando a ASSEMIT- Associação dos Empresários de Itapiranga - apresentou para o público que a Associação empresarial também tem uma posição muito clara contra a barragem e justificou os motivos através da fala abaixo.

(...) vou transmitir o sentimento dos empresários de Itapiranga e região, (...) Excelência houve até rumores de que a classe empresarial da cidade de Itapiranga e região estaria de braços cruzados enquanto o processo da barragem corria a passos largos, estamos aqui para dizer o contrário gente, os empresários nunca ficaram à margem da discussão, tudo que interessa a população de nossa região interessa e muito para nós porque nós somos parte dessa população, inúmeras vezes o assunto fez parte das reuniões da ASSEMIT, e queremos hoje firmar o pé deixando bem claro nosso posicionamento, e digo alto e bom som, somos contra a construção da barragem! (...) Nosso posicionamento as empresas de energia, construtoras de barragens transmitem somente vantagens e não falam dos pontos negativos, (...) para começar excelência a nossa região é uma das mais desenvolvidas do Brasil, o nosso índice de desenvolvimento humano de Itapiranga é de 832, isso é primeiro mundo, (...) todos aqui atingidos têm atividades produtivas, não queremos esmolas de indenização em troca do nosso sistema de vida, queremos liberdade para continuar a produzir e viver, e aquela frase "águas para a vida não para a morte!" (Airton Sehen apud Justiça Federal, 2014)

O representante da associação comercial ainda alegou que, caso a barragem venha a ser construída, o dito “desenvolvimento” não vai ocorrer, porque as empresas não vão comprar nada de expressivo do local, apenas peças pequenas que não tem importância e tudo viria de fora: o cimento, os empregados, etc. Além disso, a população local só ficaria com os efeitos negativos, ter que dar conta de receber no pico da construção mais de 5 mil funcionários que utilizarão dos serviços públicos e os disputarão com a população local, sem contar que esses funcionários não investiriam na região. Em sua fala, Airton Sehen apud Justiça Federal(2014) ainda mencionou o impacto cultural que a obra poderá causar, dentre outros aspectos negativos:

(...) os pontos negativos, faltam dedos, números e falta tempo para falar tudo isso. Milhares de moradores da área alagada e da área de APP ao redor do lago vão morar em outras cidades, isso é uma afirmação! porque, não tem lugar em Itapiranga, em São João, a nossa região está ocupada, no interior você quer comprar terra? O banco da terra está emprestando dinheiro e porque o pessoal não tá comprando? porque não tem terra para vender! Cada pedacinho onde antigamente era mato, morro, tem plantação, esse pessoal ali dessas 5 comunidades, eles vão sair daqui! Isso é vantagem para as empresas? é vantagem para o povo atingido? há mais alguns poderiam dizer! Eles poderiam trabalhar na cidade né! mas falta emprego aqui? a mais agora os

agricultores agora vão lá fazer ficha na SEARA! (...) (Airton Sehen apud Justiça Federal, 2014)

Segundo ele, existem mil alvarás de empresas na região e todas dependem desse sistema de produção, impacto que deve ser considerado. Sehen apud Justiça Federal (2014) usa como exemplo o frigorífico da cidade, que tem falta de produção com a saída de produtores das comunidades ameaçadas, o que coloca em risco o funcionamento do mesmo. Além disso, com a construção da barragem os benefícios para o comércio e para a região seriam mínimos e poderia acarretar em aumento da marginalidade e criminalidade com a chegada dos trabalhadores de fora, e até mesmo da prostituição. Ele também aborda a questão do comércio, as 4 olarias, serrarias, e cerca de 30 a 40 empresas que existem na área ameaçada seriam afetadas de forma significativa, e o turismo seria prejudicado (segundo ele, ninguém quer ir em lago, não é vantagem para os habitantes). E termina defendendo a geração de energia sustentável com geração de emprego.

O representante da Associação Amigos do Rio Uruguai de Itapiranga- ARUI, Lazier de Col apud Justiça Federal (2014), cobrou do IBAMA sobre EIA Rima da Foz do Chapecó, como os estudos de impacto não previram os impactos que lá existem, como a submersão, os peixes que morreram, entre outros. Destacou, portanto, que existem problemas nos estudos de impacto ambiental.

Para representar as cooperativas falou Geovane Ker apud Justiça Federal (2014), que apresentou um histórico das cooperativas da região, citando a criação da Caixa Rural em 21 de outubro de 1932, para desenvolver a economia da região. Segundo ele, quase 82 anos nos inspiram quanto ao trabalho conjunto e empenho comunitário. Para se ter uma ideia, somente nas 6 comunidades atingidas de Itapiranga e São João do Oeste a SICOOB tem mais de 1000 associados na cooperativa, com capital de aplicação de créditos de mais de 15 milhões de reais. Não há dúvida de que o projeto da barragem gerará um enorme prejuízo à cooperativa, que em nenhum momento será contemplada em nenhum documento, as áreas mais nobres de geração agrícola serão simplesmente inundadas, sobrando morros de mata que não poderão ser utilizados, pois são áreas de preservação permanente. Abaixo ele faz algumas indagações e reforça a posição contrária.

(...)Será que é isso que queremos? Será que é isso que o governo quer? transformar terras produtivas de um povo que se organizou durante sua história, num espaço sem vida e perspectiva de crescimento? uma certeza nós temos! nós não o queremos! (...) Simplesmente não a barragem! (Geovane Ker apud Justiça Federal, 2014)

O posicionamento do representante das cooperativas apresenta uma questão importante que até então não havia sido mencionada, sobre as terras alagadas, terras muito produtivas, conhecidas como áreas de várzea que ficarão todas submersas. Áreas consideradas nobres na região, devido ao seu potencial produtivo. Ele também reforça a questão das comunidades e da forte cultura existente no local.

Mariluce Martins apud Justiça Federal (2014), representando a indústria e comércio diretamente atingidos, apresenta também os inúmeros prejuízos das atividades comerciais e até falência dessas empresas. Abaixo ela destaca as diferentes atividades existentes nas áreas ameaçadas pelo projeto e os efeitos negativos do projeto.

[...] em nome da indústria e do comércio, dos comércios atingidos pela hidrelétrica de Itapiranga, eu venho trazer a seu conhecimento o Dr. Juiz os inúmeros prejuízos que a implantação da hidrelétrica em discussão trará aos comércios e indústrias aqui constituídos, bem como semelhante se dará em todos municípios atingidos, prejuízos esses que em muitos casos serão irreversíveis trazendo por consequência o falimento de várias unidades comerciais seja dito, que na área a ser a vários segmentos e atividades comerciais dentre os quais estão, serralherias, borracharias, mecânicas, comércios varejistas, abatedouros, postos de combustíveis, pousadas, ferrarias, transportadoras, indústrias de móveis, indústria de fertilizante orgânico (...) olarias, ressaltando que todas unidades de Itapiranga serão atingidas, várias empresas integradoras no ramo de avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite dessas citadas todas atingidas diretamente, além de inúmeras unidades comerciais que serão atingidas indiretamente pelo êxodo populacional que ocorrerá devido a vasta área atingida em todos os municípios. (Martins apud Justiça Federal, 2014)

Segundo ela, em outras barragens os comerciantes foram muito impactados e não tiveram reparação das perdas. E como pode-se observar na fala abaixo já sofrem com a ameaça do projeto.

Somos conscientes, de que este projeto destruidor acontecer os impactos serão desesperadores a todos nós empreendedores que há tantos anos trabalhamos ferozmente pelo sustento de nossas famílias e ainda promovendo o crescimento e o desenvolvimento de nossos municípios, pois nós sim investimos aqui todos os lucros conquistados a cada ano de atuação, diante da constatação de que em nenhum caso de construção de outras barragens foram atendidas as necessidades mínimas de reparação dos comércios atingidos, devemos nós comerciantes ter o direito de lutar pelo que nós aqui construímos, pois se tivermos que sair daqui, muitas empresas não terão condições de restabelecer em outras áreas. (...) devemos denunciar também que há muitos anos o projeto desta barragem vem nos prejudicando, pois a pressão psicológica nos assombra embutindo em nós um sentimento de condenado sem direito a defesa, pois não havendo leis vigentes que definem e amparem nossos direitos de filhos dessa terra o governo nos deixa à mercê da boa vontade de multinacionais frias e calculistas (...). (Martins apud Justiça Federal, 2014)

A empresária citou a falta de política de tratamento clara para sua categoria, reafirmando o que já foi comentado por outras entidades. Também deixou claro que esse projeto é destruidor e que as empresas multinacionais não estão preocupadas com a população local.

O vereador Alcério Cardoso apud Justiça Federal (2014), representando os vereadores de Santa Catarina, destacou que existe um significado em torno da luta de resistência contra a barragem, até mesmo uma mística. Essa resistência tem ameaçado forças grandiosas, tratando-se de uma saga que representa muito, não apenas por ser contra, mas pelo fato de que a região tem uma história de mais de 80 anos, cultura de povo trabalhador, que produz e gera riqueza. Somadas, as comunidades de Itapiranga geram mais de 70 milhões por ano no município e, por todos esses fatores, acima de tudo a região quer respeito. O vereador ainda conclamou que o MPF leve o clamor do povo, pois é a vida de um povo que vai água abaixo se a barragem for construída.

Nilton da Silveira apud Justiça Federal (2014), representando os vereadores do RS, relatou que o interesse do povo é o cancelamento da barragem, que os agricultores estão organizados e que a barragem não traz desenvolvimento, além de afirmar que não existe nada que compense tudo aquilo que os habitantes produzem e tem em sua região. Em consonância com Silveira, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicente Dutra/RS, Valdecir Steffen apud Justiça Federal (2014), representando todos os sindicatos, explicou que a característica da região é baseada na agricultura familiar e os municípios são essencialmente agrícolas, a região é rica em produção de alimentos, defende a preservação da vida e é contra a barragem.

No mesmo sentido do cuidado com a vida, a representante do Movimento de Mulheres Camponesas, Maria Ana Kris apud Justiça Federal (2014), ressaltou que é preciso lutar pela vida, pois atualmente se olha muito pelo materialismo e não para o humano. Reforçou, ainda, que é preciso ter mais coragem, não ter medo, e continuar sempre lutando pela vida, porque o sistema capitalista está destruindo a vida de muitas pessoas e é preciso lutar contra o capitalismo. Falou ainda da insegurança das pessoas com relação ao projeto, das falsas promessas, fazendo uma dura crítica ao sistema capitalista.

Dante André Meller apud Justiça Federal (2014), gestor do Parque Estadual do Turvo, mostrou preocupação com a fauna que está ameaçada de extinção, de espécies que só existem nessa região. Segundo ele, a construção da barragem também pode trazer várias consequências negativas ao salto do Yucumã, uma das mais lindas belezas naturais da nossa região.

Pedro Eloir Melchiors apud Justiça Federal (2014) representou o Movimento dos Atingidos por Barragens, questionando “barragens para que? e para quem?” e os impactos socioeconômicos e ambientais das barragens. Ele fez, também, um resgate histórico do surgimento do movimento na região ainda no final dos anos 1970. Ao falar do porquê da construção de barragens no país ele citou a questão da indústria das barragens, conforme segue o relato:

(...) O Brasil não tem problema de tecnologia de produção de energia, o que existe por trás do setor elétrico brasileiro é uma indústria de geração de energia, nós chamamos da indústria das barragens (...) a geração de energia através da hídrica que representa mais de 70% atualmente em nosso país é uma indústria, onde empresas que vendem cimento, ferro, as empresas que vendem turbina, as empresas construtoras, as empresas que ganham dinheiro com a indenização dos atingidos, as empresas que fazem os estudos de impacto ambiental, como essa que tá aqui inscrita a Desenvix, Engevix, que não tem mais idoneidade em fazer estudo de impacto ambiental em nosso país, porque ela já foi multada pelo próprio IBAMA que está aqui presente, em mais de 10 milhões na barragem de Barra Grande, que fraudou o estudo de impacto ambiental da Foz do Chapecó, que deixou 23 km de Rio seco, inúmeras irregularidades por esse processo que nós chamamos de indústria da energia. (...) (Melchiors apud Justiça Federal, 2014)

Segundo o coordenador do MAB, as empresas que realizam os estudos de impacto ambiental não apresentam nos estudos os impactos negativos como deveriam ser e continuou sua fala destacando as contradições em relação às tarifas de energia elétrica e para quem esse modelo serve.

(...) Por outro lado, tem um outro setor, que são grupos econômicos nacionais e multinacionais que fazem da energia elétrica produzida a baixo custo da hidreletricidade em uma mera mercadoria, uma mera mercadoria essa, que é colocada na rede que é consumida pelo povo brasileiro, que são os consumidores cativos que pagam caramente pela tarifa de energia e nesse sentido existe os outros consumidores livres que é a grande indústria brasileira que exporta boa parte da matéria prima, onde que 6 empresas consomem 30% da energia brasileira, que é de ferro liga, de cimento, das metalurgia, assim por diante, que exportam ainda matéria prima sem trabalhar ela para outros países do mundo. Então esse é o modelo energético que nós do MAB lutamos a mais de 30 anos e saímos recentemente do encontro nacional do MAB em São Paulo, discutindo que a energia e a água é uma questão de soberania de um país e ela tem que tá sob controle popular, que essa riqueza produzida tem que ser do povo brasileiro. (...) (Melchiors apud Justiça Federal, 2014)

Ainda em sua fala, Melchiors apud Justiça Federal (2014) leu uma carta da coordenação nacional do MAB que destaca a importância da luta que está sendo travada na região como um dos grandes exemplos de resistência a nível nacional. Da mesma maneira, ele citou as grandes contradições na construção de barragens principalmente com a violação dos direitos e a exploração dos recursos naturais a serviço de um pequeno grupo de empresas que geram

grandes lucros. Também leu a pauta de reivindicações chamada de projeto popular de desenvolvimento sem barragem com o cancelamento imediato da barragem.

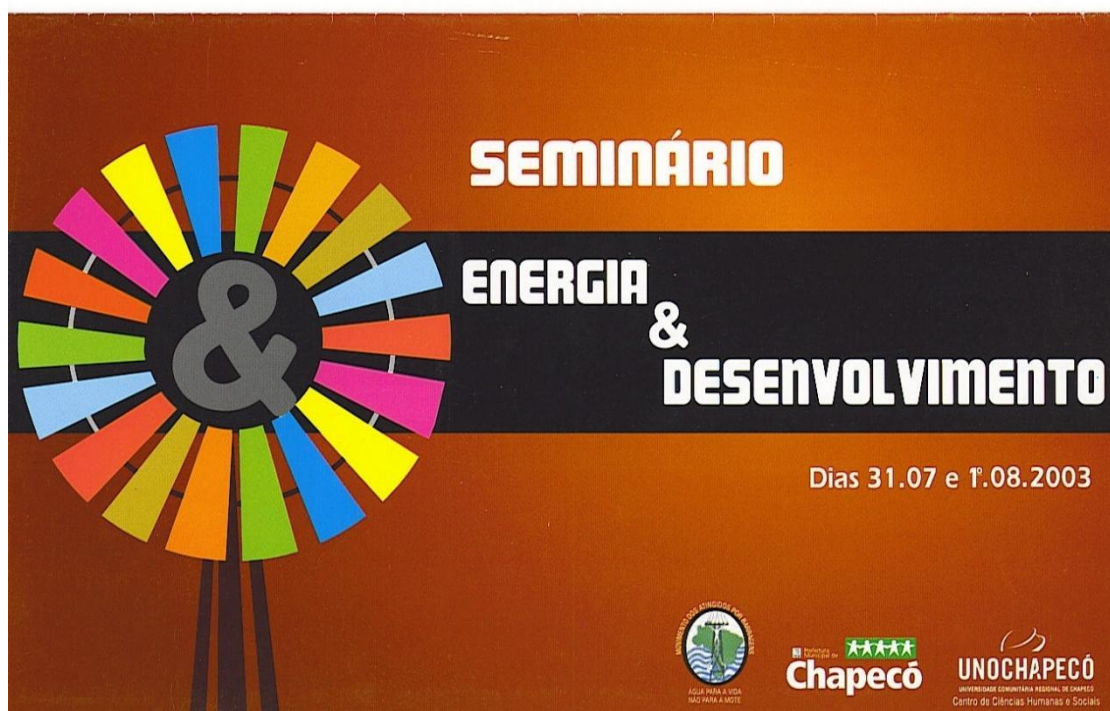
É possível concluir que existem vários pontos que são convergentes entre os sujeitos sociais, sendo o principal o entendimento de que a região já sofre consequências com o projeto da barragem. Todos manifestam sua posição por entender que a barragem irá destruir as comunidades, a cultura, o modo de vida das famílias e também que irá causar grandes impactos sociais, econômicos e ambientais na região. Existe também a defesa de uma pauta de desenvolvimento sem barragem e a produção de energias alternativas como contraponto ao modelo proposto.

Outro aspecto fundamental a ser observado é o caráter heterogêneo dos sujeitos sociais que se posicionaram na audiência pública, que mesmo tendo essas especificidades todas, argumentam justificativas e questionamentos contra o projeto, se articulando e se mobilizando contra a barragem.

4.4 Energia alternativa como contraponto ao modelo energético vigente: projeto de geração de energia através de biogás em comunidade ameaçada de Itapiranga

Fruto da luta e resistência contra a construção da barragem Itapiranga e das consequências geradas pelas barragens construídas na bacia do Rio Uruguai, em 2003 o MAB realizou em conjunto com a Unochapecó e Prefeitura Municipal de Chapecó um seminário chamado “Energia & Desenvolvimento”. O objetivo desse seminário era promover um amplo debate sobre geração de energia e sua relação com o Projeto de Desenvolvimento Regional. O seminário pretendia agregar diversos setores da sociedade, poder público municipal, estadual e federal, movimentos sociais, universidades, agentes econômicos regionais, para construir um diálogo com os setores representativos da região Sul, principalmente da região da bacia do Rio Uruguai diretamente impactada pelos projetos de barragens, para discutir e propor para a sociedade algo concreto na produção de energia. Segue abaixo o convite do seminário.

Figura 31 - Capa do folder do convite para seminário



Fonte: Arquivos do MAB.

Segundo o MAB, fruto deste seminário surgiu o projeto Alto Uruguai, no ano de 2004, através de uma iniciativa do movimento que, ao questionar a construção de barragens, propôs uma fonte alternativa de produção de energia, de forma verdadeiramente limpa, transformando um grande problema ambiental que são os dejetos de suínos em uma excelente alternativa de produção de energia, ou seja, transformando um grave problema social e ambiental em uma fonte de produção de energia. (Mab nacional)

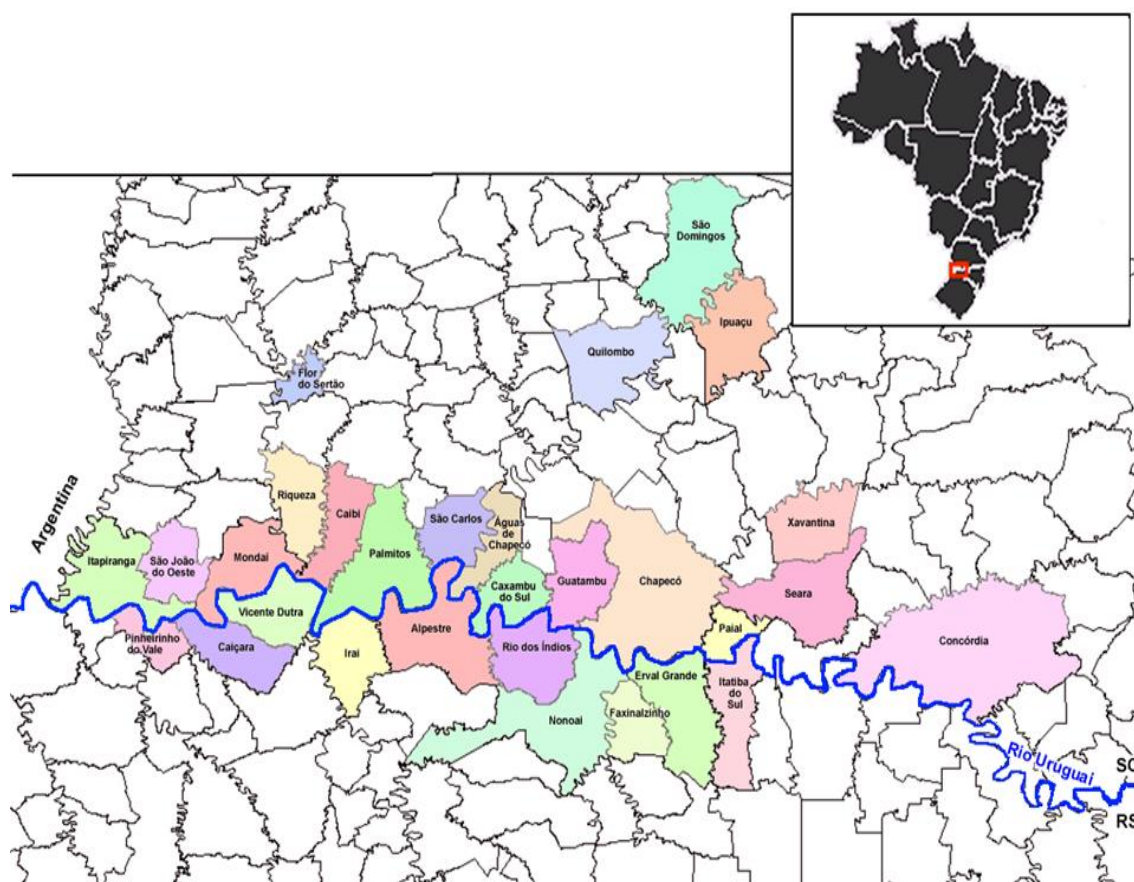
O Projeto Alto Uruguai: Cidadania, Energia e Meio Ambiente foi lançado oficialmente em maio de 2004. Tinha por objetivo realizar uma experiência piloto modelo em produção e consumo sustentável de energia elétrica, tendo por base o desenvolvimento sustentável de uma região na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, a partir de ações em três eixos: a conservação de energia elétrica, ou seja, a sua utilização racional e sem desperdício, a utilização de fontes alternativas de energia, com o aproveitamento de biogás como fonte de energia e placas de aquecimento de água e a universalização do acesso à energia elétrica aos habitantes da região selecionada. O Projeto tinha duração prevista para cinco anos, a partir de maio de 2005.

A coordenação do Projeto foi de responsabilidade da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Movimento dos Atingidos por Barragens -MAB, Eletrosul- Centrais Elétricas

S.A., Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- PPUR/UFRJ, Universidade Comunitária Regional de Chapecó- Unochapecó.

No total o projeto alcançou 29 municípios, sendo 10 no estado do Rio Grande do Sul (Pinheirinho do Vale, Caiçara, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande, e Itatiba do Sul) e 19 no estado de Santa Catarina (Itapiranga, São João do Oeste, Mondai, Riqueza, Caibi, Palmitos, São Carlos, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, Chapecó, Paial, Seara, concórdia, Xavantina, Flor do Sertão, Quilombo, Ipuacu e São Domingos). Segue mapa da região de abrangência do projeto:

Figura 32 - Mapa dos municípios pertencentes ao projeto



Fonte: Arquivo, Sadi Baran.

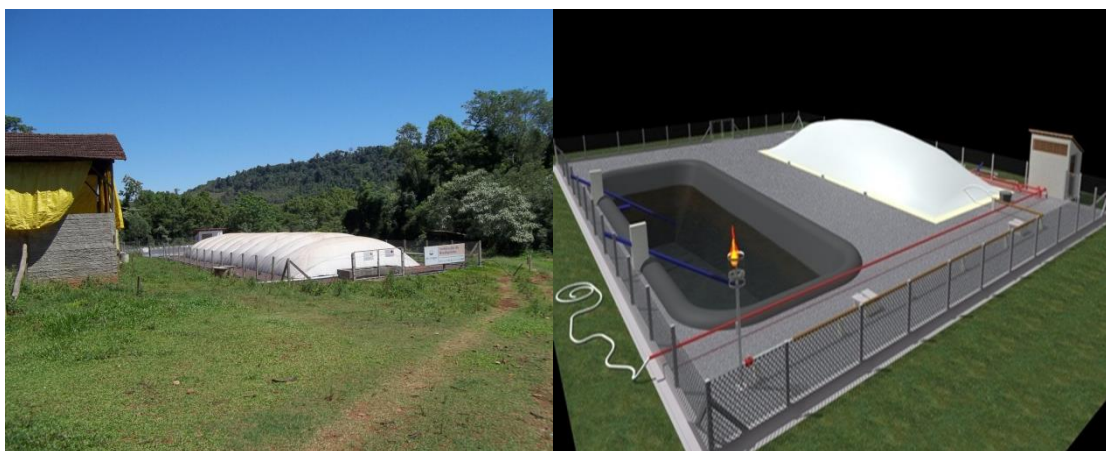
Sobre os três eixos citados acima, são eles:

EIXO 1 – CONSERVAÇÃO DE ENERGIA: o projeto tinha como meta e por objetivo realizar a capacitação de no mínimo 700 professores das escolas da rede municipal e estadual e a capacitação de 500 agentes comunitários, realizar a Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLANGE, capacitando servidores municipais para essa atividade.

A realização de diagnóstico energético na Região do Alto Uruguai, mobilização e sensibilização junto às comunidades, monitoramento e Avaliação.

EIXO 2 – PRODUÇÃO ALTERNATIVA DE ENERGIA: planejando a realização de **DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DOS 29 MUNICÍPIOS**, implantação de 35 biodigestores, uso do biogás como potencial energético e placas solares. Segue abaixo imagem dos biodigestores instalados, projeto do biodigestor modelo canadense.

Figura 33 - Modelo de biodigestores



Fonte: Arquivos do MAB.

EIXO 3 – UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA: era uma parceria com o Programa Luz Para Todos do Governo Federal. O Programa levou de forma gratuita a energia elétrica para as famílias do meio rural. Foram contempladas mais de 3.900 famílias dos 29 municípios.

No município de Itapiranga, na comunidade de Santa Fé Baixa, comunidade histórica de resistência contra a barragem e local onde seria o canteiro de obras caso a barragem fosse construída, o movimento buscou junto ao projeto a instalação de 10 biodigestores, pois existia na comunidade uma produção muito grande de suínos, que estava causando um problema ambiental e através da instalação dos biodigestores resolveria esses problemas e também iria produzir energia através de uma fonte alternativa, para contrapor à barragem. Segundo o movimento, essa era uma pauta que vinha sendo sempre discutida nas reuniões dos atingidos e que era entregue aos governantes, um projeto de geração de energia na região para mostrar que existem outras formas de geração de energia e não ficar só no debate contra a barragem.

Em dezembro de 2009 aconteceu o ato de inauguração e entrega dessas primeiras dez unidades de biodigestores do Projeto Alto Uruguai e a assinatura do termo de compromisso

para geração de energia elétrica entre a Eletrosul e a Associação Bioenergia. A associação Bioenergia foi criada pelo movimento para que as famílias atendidas pelo projeto tivessem uma ferramenta jurídica para representá-los e encaminhar as ações do projeto.

Segundo o MAB (2018), depois da implantação dos biodigestores, o movimento fez muitas reuniões e mobilizações cobrando da Eletrosul para dar continuidade ao projeto com a implantação de uma central de geração de energia elétrica através do biogás na comunidade de Santa Fé Baixa, Itapiranga, no qual só foi possível a continuidade do projeto com um Projeto de Pesquisa e Desenvolvido, realizado pela Eletrosul, o Projeto Estratégico de P&D da ANEEL nº14/2012. Este Projeto previa a construção de três novos biodigestores (um de Concreto, um de Ardósia e outro de Maderia); reparos em 10 biodigestores já construídos no Projeto Alto Uruguai I; a implantação de uma rede de biogás de aproximadamente 12km; o gasoduto, que conduzirá o biogás gerado em 12 propriedades para uma Mini Central Termelétrica - MCT com capacidade de 400kW; estudos técnicos quanto à qualidade dos efluentes gerados e tratados pelos biodigestores; estudos técnicos para implantação de um novo modelo de negócio para os proprietários envolvidos.

O Projeto nº14/2012 ainda está sendo desenvolvido no município de Itapiranga, um dos municípios contemplados pelo Projeto Alto Uruguai que tem potencial de gerar energia para mais de 600 residências. Abaixo imagens de dois modelos de biodigestores que estão sendo instalados, um de aço e outros dois de madeira (lado esquerdo) e a mini central com geradores (lado direito).

Figura 34 - Mini Central de biogás e biodigestores de aço e madeira



Fonte: Arquivos do MAB.

É importante ressaltar que esses agricultores farão a geração de energia elétrica, tendo controle de todo o processo de produção de eletricidade, garantindo a produção para o seu consumo com a possível venda do excedente, pois não existe regulamentação que permite a venda do excedente, somente abatimento do consumo próprio, algo que necessita de uma revisão nesse modelo que acaba beneficiando somente grandes empresas geradoras. Uma contradição no sistema elétrico brasileiro, com falta de energia, não incentiva a produção de fontes alternativas para a venda, no caso dos pequenos produtores. O biogás, além de ser uma fonte de produção de eletricidade e de resolver um sério problema ambiental, também será um forte agregador de renda dentro da propriedade, garantindo a melhor eficiência e otimizando a produção com fertilizante de qualidade, além de melhorar a qualidade de vida das famílias com a redução do cheiro dos dejetos, diminuindo a incidência de mosquitos e outras espécies que são atraídas pelos dejetos não transformados.

Esse projeto destaca-se como uma ferramenta fruto da experiência e resistência dos atingidos pelo projeto da barragem de Itapiranga. Demonstra através disso que a organização tem alcançado conquistas importantes ao conseguir implantar um projeto dessa natureza com benefício socioeconômico e ambiental para mostrar que não são contra a geração de energia, mas sim contra o atual modelo vigente no país.

Segundo Furtado (2021), essa experiência também confirma que a produção energética não precisa estar nas mãos das grandes empresas de energia elétrica. Transformar um problema ambiental, a poluição do ar e das águas decorrentes dos dejetos de animais em uma solução ambiental é real, podendo ser uma importante perspectiva energética e geradora de renda. Ainda de acordo com a autora, destaca-se como relevante aprendizado deste projeto a construção coletiva, que a geração e o consumo de energia devem ser decisões da sociedade como um todo e que para o MAB as energias alternativas são consideradas na perspectiva de uma transição energética para a construção do projeto energético popular e de uma mudança da política e do modelo energético.

Furtado (2021) comenta que essa experiência é uma das maiores iniciativas de produção de energia alternativa.

O projeto Alto Uruguai é a segunda maior iniciativa do MAB de produção de energia alternativa e de geração descentralizada, após a instalação das placas solares. Para o movimento (2009), o principal objetivo é “a realização de uma experiência em produção e consumo sustentável de energia elétrica com responsabilidade socioambiental”, visando “o aproveitamento de energias que não geram impactos sociais e ambientais, como as grandes barragens”. (Furtado, 2021, p.64)

É importante destacar que a primeira experiência citada por Furtado são as placas de aquecimento de água de baixo custo, ou seja, para reduzir o custo de energia no aquecimento de água. Nesse sentido a energia produzida por biogás é a primeira nesse âmbito.

Diante disso, pode-se afirmar que a concepção desse projeto de desenvolvimento se contrapõe ao da modernização capitalista que estabelece o modelo de barragem como uma estratégia. É um avanço dos sujeitos sociais que possuem a consciência alterada pela experiência de resistência e luta, conseguem construir uma proposta sustentável que valorize a comunidade e prioriza as questões locais para defender suas demandas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Barragem de Itapiranga foi um dos primeiros projetos a ser pensado para a bacia do rio Uruguai. Mas a experiência de luta e resistência dessa região não deixou consolidar a construção da barragem, através da pesquisa pode-se observar os principais fatores que levam a população e entidades locais a se posicionar fortemente contra a barragem e ser um destaque na luta de resistência a nível nacional.

O objeto de estudo deste trabalho foi o Movimento dos Atingidos por Barragens, mais especificamente como esse movimento se consolidou e fez resistência à construção da barragem de Itapiranga ao longo de mais de 40 anos. A pesquisa buscou destacar quais movimentos e entidades da região participaram da resistência, apresentar as ações e estratégias dos atingidos, buscou-se também responder ao problema da pesquisa, compreender que fatores levaram diferentes sujeitos sociais da região a resistirem contra a construção da barragem de Itapiranga.

É possível afirmar que os primeiros passos dessa organização foram através das contribuições das Igrejas Católica e IECLB. Os entrevistados relatam que o Bispo Dom José Gomes, da diocese de Chapecó, teve um papel fundamental de fomentar em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra - CPT, a organização dos atingidos, formar lideranças e criar grupos de reflexão. O fator religioso do povo que veio se instalar na região de Itapiranga, foi um dos valores que permaneceram e foi determinante no modo de pensar e agir das comunidades. Este processo de fechamento do grupo social pode ser visto como uma forma de autodefesa da cultura, da língua, da religião e dos valores da comunidade itapiranguense. Os pioneiros pensavam que quanto mais fechada e vigiada a comunidade, maiores as chances de sobrevivência do grupo social e mais gerações poderiam desfrutar das vivências de acordo com os costumes e princípios.

Dessa forma é que surgiram as comissões locais, que fizeram um grande enfrentamento contrário ao projeto da barragem de Itapiranga durante os anos de 1970 até 1990. É possível dizer que a organização dos atingidos naquele período foi fundamental para construir uma organização de caráter regional. A CRAB foi a entidade representativa dos atingidos das diferentes regiões da bacia do rio Uruguai nesse período dos anos 1970 a 1990. Essa organização potencializou a luta dos atingidos e serviu de ferramenta na defesa dos direitos. A luta contrária à barragem de Itapiranga e outras projetadas no Rio Uruguai construiu uma identidade dos atingidos. É importante destacar que a experiência de Itapiranga também contribuiu para que após os anos 1990 houvesse a consolidação do MAB a nível nacional.

Esse trabalho evidencia uma experiência histórica com diferentes ações de resistência contra a barragem, sabe-se que houveram a nível nacional outras experiências contra a construção de barragens, mas a de Itapiranga destaca-se pela diversidade e intensidade de ações realizadas e estratégias de resistência, tornando-se única e de destaque desse caráter.

É possível concluir que existem vários pontos que são convergentes entre os sujeitos sociais, sobretudo o entendimento de que a região já sofre consequências negativas com o projeto da barragem. Todos manifestam sua posição por entender que a barragem irá destruir as comunidades, a cultura, o modo de vida das famílias e também que irá causar grandes impactos sociais, econômicos e ambientais na região. Existe também a defesa de uma pauta de desenvolvimento sem barragem e a produção de energias alternativas como contraponto ao modelo proposto. Diante disso apresento quatro pontos que merecem destaque como experiência.

Uma das formas de resistência é a ação direta das famílias ameaçadas nas comunidades, ao perceberem que têm alguma movimentação estranha com técnicos fazendo estudos, passam a intervir e não deixam que aconteça, para que a barragem não seja construída. Também impediram que os especuladores comprassem terras na região para desestruturar as relações locais e criar a divisão das famílias.

A experiência local dos atingidos fez com que os mesmos usassem como estratégia na luta a realização do levantamento econômico para contrapor a propaganda da empresa, que estava apresentando para a região que iria trazer emprego e renda com a compensação financeira. Através do levantamento econômico realizado com as prefeituras, entretanto, percebeu-se que a região teria um grande prejuízo econômico se a barragem fosse construída. Foi importante aprendizado e pode servir de experiência para outras regiões ameaçadas para discutir a viabilidade econômica de projetos de barragens.

Outra experiência que merece destaque é a constituição da comissão interestadual para discutir questões relacionadas à barragem, uma comissão representativa de entidades diferentes. A formalização foi pensada para que não houvesse outro grupo paralelo de entidades e que não tivesse um grupo pró barragem. Nas barragens que já foram construídas na bacia do Rio Uruguai foi uma estratégia das empresas criar uma comissão paralela aos atingidos pela barragem, nesse caso através da experiência os atingidos saíram na frente e não deixaram que isso acontecesse.

A conquista dos atingidos em efetivar uma experiência de geração de energia através do biogás na região foi importante para mostrar na prática que existem outras formas de geração

de energia e contrapor o projeto da barragem, principalmente na comunidade onde seria o canteiro de obras. Evidencia também que é um avanço dos sujeitos sociais que possuem a consciência alterada pela experiência de resistência e luta, porque conseguem construir uma proposta sustentável que valorize a comunidade e prioriza as questões locais para defender suas demandas. Também é vista como a maior experiência de geração de energia alternativa do movimento a nível nacional.

Algo evidente e de destaque sobre o estudo realizado é o poderoso processo de pertencimento e coesão comunitária dos sujeitos, um processo histórico de trabalho coletivo para formação das comunidades e também das organizações e entidades de desenvolvimento local.

A partir de estudos realizados, a experiência de luta e resistência dos atingidos de Itapiranga é vista como destaque. Não foram observadas outras experiências a nível nacional com a diversidade de ações e experiências de Itapiranga.

A partir desse trabalho, novas observações podem ser feitas sobre o assunto, pois a complexidade do tema exige muitos debates no sentido de discutir novas fontes de geração de energia, bem como construir políticas para as populações atingidas por barragens e que o modelo energético possa estar atendendo aos interesses de toda sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AGRICULTORES DISCUTEM BARRAGEM COM ELETROSUL. **Jornal Informativo Agropecuário**, Itapiranga, nº 31, capa, outubro de 1984.

ANNEL. **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial>>: Acesso em: 20 de setembro de 2020.

BARON, Sadi & RENK, Arlene. **UHE Foz do Chapecó**, estratégias dos agentes envolvidos e o desenvolvimento regional. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v.1, p. 114, 2012. Disponível em < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5262045>> Acesso em 01 de março de 2021.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: PUC, Livros grátis, 2010.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (org.) **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARBONERA, Mirian. **Projeto de Recadastramento de Sítios Arqueológicos das mesorregiões oeste e planalto de Santa Catarina (PRESASC): Relatório Parcial 2: Chapecó/SC**, julho de 2021.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CERVINSKI, Gilberto Carlos. **A materialização do modelo energético brasileiro na bacia do Rio Uruguai**. Erechim, 2010.

COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). **Nossa história em debate**. Erechim: Gráfica Viane, 1989.

_____. **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 11, Erechim, 1985.

_____. **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 20, Erechim, 1988.

_____. **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 23, Erechim, 1988.

_____. **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 28, Erechim, 1989.

DESENVIX. **Cartilha de apresentação da UHE Itapiranga**. 2009.

EIDT, Paulino. **Os sinos se dobram por Alfredo**. 2. ed. Rev. E ampl. Chapecó, SC: Argos, 2016.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As transterritorializações na bacia do rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia, área

de concentração de Desenvolvimento Regional e Urbano). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FORTES, Alexandre (Org). Peculiaridades de E. P. Thompson. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Negro, Antonio Luigi e Silva, Sergio (Orgs). Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 2001.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do Rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FRANZEN, Douglas Orestes. **Frigorífico Safrita de Itapiranga: um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense**. Letra&Vida: Porto Alegre, 2014.

_____ Os católicos alemães e a política de cooperação transnacional: gênese da fundação e expansão da instituição Misereor. In: **Revista Latino-Americana de História**. V. 4, nº 14, p. 251-271, 2015.

FRANZEN, Douglas O. & MAYER, Leandro (org). **Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

FRITSCH, José. **José Fritsch: depoimento**. Entrevistador: Rudinei José Cenci. Chapecó: UFFS, 2018.

FURTADO, Fabrina. **Energia renovável em comunidades no Brasil: conflitos e resistências**. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES Jr., Dorival. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas 'fontes' e o controle dos excedentes**. São Paulo: USP/PIPGE, 2007.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Iris Gráfica & Editora, 2000.

JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo: um documentário histórico**. Itapiranga: Edições SEI-FAI, 2005.

JUSTIÇA FEDERAL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, IBAMA. **Audiência pública para discutir sobre a Ação Civil Pública do MPF (nº 5002025-30.2012.404.7210/SC)**, que suspende há mais de dois anos o processo do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica

de Itapiranga, localizada no rio Uruguai. Disponível nos acervos do MAB de Santa Catarina. Acesso em 15 março de 2021. Itapiranga, 2014.

LINO, Jaison Teixeira. **O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história.** In, História da Fronteira Sul. / Organizadores: José Carlos Radin, Delmir José Valentini, Paulo A. Zarth. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

LINO, Jaisson Teixeira; BRUHNS, Katiane. **Os arqueólogos e os índios...vivos! Reflexões sobre arqueologia pública, políticas públicas e sociedades indígenas.** Cadernos do CEOM -Chapecó, 2011 - Arquivos e tecnologias digitais. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/994>>. Acesso dia 28 de outubro de 2021.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e Barragens:** O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas. Florianópolis: Editora INSULAR, 2014.

_____ (org.). **Barragens Imaginárias:** A construção de hidrelétricas pela comunicação. Florianópolis: Insular, 2015.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/quem-somos>>. Acesso em 13 de junho de 2018.

_____. **Sobre o MAB.** Disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/historia> >. Acesso em 13 de junho de 2018.

MALVEZZI, Roberto. **Hidronegócio.** Disponível em < https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/2005/02/15_impr.shtml> Data de publicação: 10/02/2005. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

_____. **História do MAB.** Disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/historia> >. Acesso em 13 de junho de 2018.

MAPA DE CONFLITOS. SC – Potencial de impacto de projeto hidrelétrico leva MAB e pequenos agricultores de região limítrofe de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a bloquear reuniões dos empreendedores com prefeituras. Pesquisadores são impedidos de acessar pequenas propriedades rurais por temor de envolvimento com EIA-Rima. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

MOSSMANN, Arsélio. **Arsélio Mossmann:** depoimento. Entrevistador: Rudinei José Cenci. Itapiranga: UFFS, 2018.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura:** o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). 2009. 634 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

PICOLI, Bruno Antonio. **Sob os Desígnios do Progresso.** Xanxerê: News Print Gráfica Editora Ltda. 2012.

PINHEIRINHO DO VALE, **História do município**. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/p/pinhal-do-vale.05/11>>. Acesso dia 05 de novembro de 2018.

PINSKI, Carla, B (org). **Fontes Históricas**. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

POLI, Jaci. **Caboclo: pioneirismo e marginalização**. Disponível em <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2103>>. Acesso dia 06 de janeiro de 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 46ªed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir; ZART, Paulo A. (Orgs). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

RAMBO, Pedro Henrique Schuck. **Modelagem Matemática na perspectiva sociocrítica: construção de uma usina hidrelétrica na cidade de Itapiranga-SC**. 2019. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Matemática e Estatística, Porto Alegre, 2019.

REIS, Elisa. **Modernização, cidadania e estratificação**. In: BETHELL, Leslie. **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras 1995.

ROCHA, Humberto José. **Integração desintegradora: a trajetória de projetos hidrelétricos desde a IIRSA até as comunidades locais**. Artigo publicado na revista Mural Internacional. Junho de 2012.

_____. **Relações de poder na instalação de hidrelétricas**. Passo Fundo. Ed. UPF, 2013.

ROCHA, Humberto; PASE, Hemerson; LOCATELLI, Carlos (Org.). **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil**. Pelotas: Ed. Da Universidade de Pelotas, 2014.

ROHR, Pe Alfredo. **Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de pesquisas, n15,1996.

SILVA, Émerson Neves da. **Rebeldia camponesa na América Latina: análise comparada da luta agrária do MST e do Neozapatismo**. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SINDICATOS entregam documento com 1 milhão e 200 mil assinaturas contra as barragens. **Jornal Informativo Agropecuário**. Itapiranga. Nº31, p.03, outubro de 1984.

SPEZZATTO, Tiago Olympio. **O perfil das notícias da usina Foz do Chapecó no Jornal Expresso D' Oeste**. Artigo, Frederico Westphalen. 2012, p.51

THOMPSON, Edward Palmer. Intervalo: A Lógica Histórica. In a **Miséria da teoria: Ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: **Tradición, Revuelta y Consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Volume I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes Em Comum: Estudo Sobre Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1988.

_____. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In.: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

ZARTH, Paulo A. **Fronteira Sul: história e historiografia**, In. História da Fronteira Sul. / Organizadores: José Carlos Radin, Delmir José Valentini, Paulo A. Zarth. -- Chapecó : Ed. UFFS, 2016.

WOLFF, Günter, A. **Günter Adolf Wolff: depoimento**. Entrevistador: Rudinei José Cenci. Palmitos: UFFS, 2018.



Emitido em 13/01/2022

DISSERTAÇÃO Nº 1/2022 - PPGH - CH (10.41.13.10.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/01/2022 10:07)

CESAR CAPITANIO

TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CAPPG - CH (10.41.13.10)

Matrícula: 2069208

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.uffs.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2022**, tipo: **DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **14/01/2022** e o código de verificação: **25b87f8d0e**